

Estudos universitários; revista de cultura [da] Universidade Federal de Pernambuco | v. |1- jul./set.-- , de 1962— Recife, Universidade Federal de Pernambuco | Imprensa Universitária | 1962—

v. em trimestral

De jul. de 1962 até agô. de 1964 foi publicada sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade [do]Recife. Diretor: 1962-agô.1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1965-set. Murilo Humberto de Barros Guimarães e Newton Sucupira.

1. Educação superior — periódicos. I. Título.

378.5 (813.41) (05) CDU  
378.4 (CDD 16. ed.)

SD-BC 62-1278/rev.  
U.F.Pe.

A

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para:  
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS —  
Rua Gervásio Pires, 674 —  
Recife — Pernambuco — Brasil

# ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

## ENSAIOS

- Notas Sobre Uma Possível Teoria das Ciências — *Carlo Borghi* . . . . . 7
- Rio Branco, Diplomata-Geógrafo? — *Gilberto Osório de Andrade* . . . . . 57
- O Liberalismo Econômico no Brasil — *Vamireh Chacon* . . . . . 75
- Penosa Luta Diplomática — *Costa Pôrto* . . . . . 91
- Sobre Alguns Problemas Básicos Para Um Estudo Histórico do Direito no Brasil — *Nelson Nogueira Saldanha* . . . . . 123
- O Engenheiro: Sua Importância na Civilização Tecnológica — *Jayme Gusmão* . . . . . 139
- O Chefe de Família Rural no Nordeste do Brasil — *Tarcízio do Rêgo Quirino* . . . . . 147

## P O E S I A

- Parábola — *Tereza Tenório de Albuquerque* . . . . . 9

## COLABORADORES

### CARLO BORGHI

Físico nuclear, diretor do Centro de Energia Nuclear da Universidade Federal de Pernambuco.

### GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

Geógrafo, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, diretor do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE.

### VAMIREH CHACON

Estudou economia na Alemanha e nos Estados Unidos, sendo mestre em ciências econômicas pela Universidade de Chicago, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco.

### COSTA PÔRTO

Historiador, ex-ministro da Agricultura, autor de numerosos livros sobre temas históricos e literários, jornalista e professor universitário.

### NELSON NOGUEIRA SALDANHA

Professor da Universidade Federal de Pernambuco, doutor em Direito, autor de numerosos livros, sobre temas econômicos, jurídicos e sociais.

### JAYME GUSMÃO

Professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, autor de estudos sobre temas de sua especialidade.

### TARCÍZIO DO RÊGO QUIRINO

Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, especializou-se na Alemanha e nos Estados Unidos.

### TEREZA TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

Pertence à nova geração de poetas pernambucanos, tendo começado a publicar seus primeiros poemas em 1969 no Diário de Pernambuco.

## Notas Sobre Uma Possível Teoria das Ciências

CARLO BORGHI

“*Quid est veritas?*”

(Pôncio Pilatos)

### 1. — *Os observáveis e as definições*

1.1. — Nem sequer se precisa saber como o olho é feito, para saber olhar. Nem é necessário saber como é que se faz, para saber tocar, ouvir, sentir, gostar ou cheirar. E também, como já o cínico Diógenes sabia, é mais fácil lembrar do que esquecer, assim como não é sempre possível mandar parar o rio de imagens, emoções e pensamentos que pertencem ao conteúdo da nossa consciência, embora seja um rio cujas fontes e cuja foz ignoramos. Tudo isso se resume dizendo que, por meios que quase sempre ignoramos, nós continuamente temos *experiências* ou operamos *observações* de tipos diferentíssimos. Observações que não podemos ignorar, mesmo se quisermos.

Às experiências ou observações que temos, sabemos dar *nomes*, assim como às variações daquelas observações e às relações entre elas, ou que achamos de observar entre elas. Assim forma-se uma *linguagem*. Cada elemento de uma linguagem é produto por uma *protolinguagem* que é a maneira de criar uma linguagem por meio de *definições* de nomes, de adjetivos, de verbos, de advérbios e das regras gramaticais e sintáticas.

A preexistência de uma protolinguagem a uma linguagem foi posta em evidência quando foi possível *imitar* o processo

de formação de informações, nas máquinas computadoras. Então a protolinguagem é a que se costuma chamar *linguagem de máquina*.

Essa consta das operações que a máquina deve executar para ser informada de algum sinal que lhe chegue, para memorizá-lo, para reencontrá-lo ou lembrá-lo quando fôr necessário, e para fazer operações sobre os sinais percebidos e acumulados, e enfim para dar o resultado final.

A linguagem de máquina depende da estrutura da máquina. Da mesma maneira a protolinguagem com que o homem cria e organiza uma linguagem depende da estrutura do homem, isto é da maneira com que o homem reage aos "sinais".

1.2. — A protolinguagem humana inclui tôdas e sòmente as reações humanas aos sinais, quaisquer que sejam êsses sinais.

Os elementos pertencentes à protolinguagem humana serão chamados *observações*, que podem ser classificadas à maneira dos elementos de linguagem de máquina, segundo as diferentes operações, às quais elas correspondem. A classificação das observações é ela mesma uma observação, segundo a qual as classes de observações são as seguintes:

- (I) — *Sensações* (classe S) incluindo sensações *sensoriais* e sensações *emocionais*. As operações da classe S são chamadas  *fatos*.
- (II) — *Imagens* (classe B) que incluem as extensões espaciais e temporais, e os movimentos, assim como as formas (Gestalt) como independentes das sensações que as compõem.
- (III) — *Conceitos* (classe C) observações *sui generis* que catalogamos como mentais, incluindo (mas não necessariamente) a *abstração*.
- (IV) — *Lógica* (classe L) como operação de aceitação ou repulsa de regras ou relações entre conceitos, in-

cluindo as alternativas sim-não. A negação das regras de classe L é chamada *contradição*.

- (V) — *Memória* (classe M) incluindo *memorização* e *recordação* que podem ser também incluídas nos *fatos*.
- (VI) — *Ego* (classe E) e o correspondente Non-Ego, incluindo a observação de atos voluntários como "meus". As operações da classe E são *fatos conscientes*.
- (VII) — *Certeza* (classe T). Esta operação acompanha sempre tôdas as outras seis da protolinguagem humana, e poder-se-ia descrever como o elemento invariante para elas: tôdas as operações da protolinguagem produzem certeza, e sòmente elas. A classe T não é necessariamente coincidente com a díada sim-não, porque o *sim* e o *não* podem ser separadamente certos. A classe T pode ser expressada dizendo que *uma observação é demonstração de sí a sí mesma*; ou que *para ter certeza duma observação é necessário e suficiente repeti-la*.
- (VIII) — *Semântica* (classe R). Esta operação consiste em fixar arbitrariamente as relações ou correspondências entre resultados das operações de qualquer classe. Dois resultados de observações diferentes podem ser um *símbolo* ou o *nome* um do outro. Pela operação R a protolinguagem gera a linguagem. O estabelecimento de uma relação semântica entre os resultados de duas observações tem o nome de *definição*.

1.5. — Definimos *observável* cada resultado de uma observação de qualquer classe. Um observável pode ser a soma de muitos resultados de *classe igual ou diferente*.

Um observável contém e deve conter a indicação das operações ou observações necessárias e suficientes para observá-lo.

Êste conceito de observável foi descoberto pela primeira vez na Física, como fundamento da Mecânica Quântica, mas

não parece ser exclusivo da Física, mas sim implícito, na protolinguagem de homem, para todos os tipos de observações. Cada limitação arbitrária à aplicação dêste *princípio dos observáveis*, corresponde a uma limitação não observável da protolinguagem do homem, e portanto não poderia pertencer à mesma protolinguagem.

O fato de tomarmos frequentemente o “modelo físico” como referência não implica todavia que todos os resultados que encontramos sejam de caráter físico, mas somente significa que historicamente foi a Física a primeira a descobrir essas bases do conhecimento científico.

## 2. — O Conhecimento, a Indeterminação e as Estruturas

2.1. — Um importante observável do tipo que será chamado de físico, é que cada observação implica uma “perturbação” ou uma “indeterminação”. *Perturbação e indeterminação* substituem de modo observável o antigo antagonismo entre “objeto” e “sujeito” no conhecimento.

Quer dizer: uma definição de “observação” que não implique contradições deve conter o *fato* pelo qual para operar observações da classe S é necessário mudar ou perturbar aquilo sobre o qual a observação é operada. Isto “aquilo” será chamado *objeto* da observação, e quem opera a observação será chamado *sujeito*.

2.2. — Chamando de *absoluto* o objeto ou o sujeito sem a recíproca perturbação da observação, podemos dizer que um “absoluto” é *inobservável*.

2.3. — A afirmação feita acima sobre uma “recíproca” perturbação entre objeto e sujeito na observação merece alguns esclarecimentos. Com efeito, sempre no ambiente daquela que chamamos de ciência física e que aqui tomamos como ponto de comparação, a referida perturbação opera-se por meio da criação e aniquilação de algumas coisas chamadas *quanta*, no caso físico quanta de energia. Em lugar de aniquilação e criação pode-se dizer “absorção e emissão”, dos referidos quanta. Não há interação sem ambos os termos, absorção e emissão,

e isso significa a “recíproca” perturbação acima referida. O termo “observação” pode-se usar tanto no caso em que o sujeito é possuidor de um Ego quanto no caso em que não se tenha nenhuma razão para lhe atribuir algo de comparável. O termo “interação”, vale para todos os casos enquanto para a *interação em presença de um Ego*, usaremos a palavra *conhecimento*. Portanto, *tôdas as vezes que há um conhecimento, há uma interação entre um sujeito e um objeto, sendo inobservável cada um dos dois sem o outro, separadamente.*

Ora, definimos como *homogêneos* dois termos entre os quais há uma interação. Então *há conhecimento se ou até onde objeto e sujeito são homogêneos*, e por simetria, se dois termos são homogêneos e um deles possui um Ego, então pode existir conhecimento deles. É claro que a mesma coisa acontece quando ambos os termos possuem um Ego. A homogeneidade pode ser *total* ou *parcial*, segundo que tôdas ou somente parte das operações dos termos interagem entre si.

2.4. — Um único objeto está submetido a tôdas as possíveis interações com os outros objetos homogêneos. (Na linguagem da Física se chamam também de “complementares” os observáveis aqui chamados “homogêneos”). Um conjunto de todos os objetos que interagem ou são homogêneos, constitui um *Universo*. Pode-se dizer que *num Universo cada coisa perturba cada outra*, mais ou menos, porque entre cada coisa dêste Universo há trocas de “quanta” ou *informações* ou *perturbações*.

As recíprocas interações entre os elementos de um Universo determinam também o que definimos a *estrutura* dêste Universo, como se pode ver nos casos seguintes:

(I) — Um primeiro exemplo notável desta importante constatação é, mais uma vez, oferecido pela Física, onde a existência da indeterminação de Heisenberg determina a *estrutura quântica* (átomos, partículas, quanta, moléculas) do Universo físico, e também a existência da *coordenada* temporal, pela quarta relação de Heisenberg. A *estrutura quantizada*, negação de um *continuum físico*, é o “objeto” numa interação onde o

sujeito tem *conhecimento*, enquanto é consequência de tôdas as várias interações ou “informações” do Universo ao qual a estrutura se refere. (Veja “Fenomenologia e Definições da Dimensão temporal”, Estudos Universitários, Recife, volume 7 — 1967 — pp. 25-26).

(II) — Um segundo exemplo notável de “estrutura” como consequência de tôdas as interações de um Universo é aquele que se observa no *Universo biológico* (terrestre) do qual temos conhecimento, isto é, com o qual temos inúmeras e recíprocas informações ou interações. Com efeito, o fato de observarmos o Universo biológico (terrestre) como sendo “quantizado” de maneira *sui generis* (virus, genes, células, organismos, indivíduos), isto é a ausência de um “*continuum biológico*” análoga à ausência de um “continuum” físico, sugere que também esta estrutura é consequência das inúmeras interações do Universo biológico (terrestre) consigo mesmo e com o Universo físico ou outros possíveis. Esta analogia é acentuada pelo fato de observarmos o decorrer da vida com o equivalente biológico do tempo, o ritmo viver-morrer, consequência da “quantização biológica”, como o tempo físico é consequência da quantização física. É claro que o ritmo da vida inclui uma possível *evolução*.

(III) — Um terceiro exemplo é o que chamaremos de *Universo sociológico*, que se sobrepõe ao Universo biológico como êste se sobrepõe ao Universo físico. Em consequência de tôdas as recíprocas interações — informações entre indivíduos biologicamente completos, a associação desses indivíduos toma estruturas descontínuas, excluindo um continuum sociológico, com a estruturação de uma “quantização” (família, clan, tribo, “polis”, nação) e também de uma coordenada de tipo temporal à qual daremos por definição o nome de *história*, com muitas espécies de sub-histórias, e uma possível super-história. Observe-se que êstes Universos sociológicos não são necessariamente condicionados à presença de uma só “espécie” (definida geneticamente como o conjunto dos indivíduos que se podem reproduzir), nem tampouco exigem que uma ou tôdas as espécies sejam possuidoras de Ego. Pelo que podemos saber, vejamos

se o universo sociológico apresentado pela espécie do Homem, e os outros pelas térmitas ou as abelhas.

(IV) — O mesmo esquema indeterminação — quantização — tempo caracteriza os três tipos de Universos já descritos e também os outros dois que agora vamos descrever, muito embora que isso aconteça de maneira analógica. Com efeito, considere-se o que chamaremos de *Universo mental*, onde tôdas as observações de classe *S* e de classe *B*, definidas no parágrafo *I* perturbam ou dão informações às observações de classe *C*, enquanto as observações de classe *C* com as condições lógicas (de classe *L*) perturbam e dão ou procuram informações às observações de classe *S* ou *B*. Isso vale tanto para observações do instante atual quanto para aquelas contidas na memória (classe *M*), com a única condição comum que sejam “certas” (classe *T*).

A consequência desta mútua interação é a formação de “conceitos distintos” entre si não trocáveis, como no caso físico são as quantidades observáveis dimensionalmente diferentes e portanto não somáveis diretamente. Êste é o equivalente mental da quantização, enquanto o equivalente mental da dimensão temporal (caracterizada pela *unidirecionalidade*, veja “Fenomenologia e definições da dimensão temporal”) no Universo mental é o que chamamos de *causalidade*, ou *finalismo*, ou qualquer outra representação da relação irreversível causa-efeito que não é necessariamente relacionada com o tempo físico.

(V) — As inúmeras e diferentíssimas perturbações e informações entre o Ego e todos os outros Universos (inclusive os que eventualmente não temos lembrado aqui ou simplesmente dos quais não temos experiência consciente) determinam um Universo “*sui generis*”, o *Universo psíquico*, caracterizado por uma quantização de tão complexas e rigorosas exigências que cada Universo psíquico compreende somente *um* quantum, *um* Ego: isto é eu, você, êle, ela. O fato de ter perturbações e informações de outros Egos não faz com que êles pertençam ao meu Ego, mas antes pertencem à solidão do meu Ego. “Tu que estás passando, nunca saberás porque eu estou sorrindo”, dizia Baudelaire (*Les Fleurs du Mal*), descrevendo magistral-

mente a solidão do Ego. Além dessa tão rigorosa quantização, aquelas perturbações e informações já citadas põem também em foco um equivalente da dimensão temporal, à qual se dão muitos nomes, que se escrevem com repugnância porque são carregados de amor e de ódio, como consciência responsável, e outros. Aqui preferimos chamá-la de *ordem*, mas à condição de acrescentar o que se expressa com o verbo italiano "trovarsi", ou com o alemão "Selbstvorschung", isto é extrair do próprio Ego, progressivamente e irreversivelmente, uma estrutura exclusiva que é chamada "esta pessoa".

2.5. — Teríamos de acrescentar que é bem possível que haja outros Universos, além dos que aqui achamos encontrando-se na estrutura do conhecimento humano. Mas além dessa é necessário aqui fazer algumas observações, quiçá importantes, sobre os Universos que foram aqui sumariamente descritos.

1) — Antes de mais nada, nunca prometi a ninguém de ser infalível, e nessas páginas estão recolhidos só pensamentos humanos dum homem, nada mais e nada menos.

2) — A notável perseverança com que encontramos o *esquema indeterminação — quantização — tempo* é paralela à continuidade da racionalidade do real, que é objeto do artigo "As simetrias" desta mesma série, e que em termos pouco sofisticados mas eficazes temos expressado dizendo que a Natureza é lógica, isto é, toda a Natureza que chega ao nosso conhecimento pode ser emoldurada numa lógica só, sem contradições, naquele conjunto sensorial-mental que é formado pelo que Leibniz chamava "razões suficientes".

3) — No referido esquema indeterminação — quantização — tempo, é implícita a troca recíproca de perturbações — informações, que determina as *estruturas* já vistas. Ora, no Universo físico o que se troca é constituído por quanta (gama, neutrinos, pions, segundo as diferentes interações) e em definitivo é energia. Nisso talvez consista a "simplicidade" do Universo físico, e a razão pela qual o conhecimento dele é notavelmente mais avançado do que para os outros Universos, para os quais os "quanta" da perturbação — informação podem ser

de tipos diferentes, todos êles necessários mas nenhum deles suficientes sem os outros. Este assunto, do que se "troca" nos diferentes Universos, será reconsiderado quando classificarmos as ciências relativas a êles.

### 3. — *A Existência como discriminante no Real em relação com o Possível*

3.1. — Definimos como "possível" cada observável pertencente a um Universo mental, que portanto não contenha contradições. A ausência de contradições no âmbito daquele Universo, é condição necessária e suficiente para que um observável mental seja possível naquele Universo mental.

3.2. — O número de coisas possíveis é tantas vezes infinito quantos os Universos mentais possíveis, mas é sempre um infinito numerável, não um continuum, por causa da "quantização" implícita em cada Universo, isto é, na gíria matemática, é um número transfinito, Aleph. Isso terá certas consequências quando falarmos na Metaciência. (Veja 12.3).

3.3. — Além disso, *cada Universo pode ser representado por, pelo menos, um Universo Mental*, à condição que todos os Universos mentais obedeçam a uma mesma Lógica ou ao mesmo "código". E aqui é necessário frizar um pormenor muito físico obedece a *uma* só Lógica, sem lacunas e sem contradições. Mas já para o próprio Universo físico foi *observado* (isto é, é um fato) que esta lógica não é somente e sempre aquela chamada *Booleana* ou diádica, baseado no sim-não (como se encontra p. ex. nas aplicações da eletrônica em circuitos do tipo chamado flip-flop), mas pode ser e é frequentemente uma *lógica de espectro*, geralmente descontínuo mas (raramente) também contínuo, como no efeito Compton, onde não há somente duas "respostas" possíveis (sim-não) mas muitas e às vezes infinitas respostas, todas do tipo "talvez" formando um "espectro" no qual cada elemento tem uma bem determinada probabilidade (normalizada). Mas a lógica booleana não é contraditória com as lógicas não booleanas, pois ela mesma é uma lógica de espectro com somente dois termos espectrais, em lugar de muitos ou mesmo de infinitos termos. O conjunto

das Lógicas booleanas e não booleanas forma o Grupo Lógico no qual cada lógica suficiente para representar um dos Universos constitui um sub-grupo. E este é o sentido da afirmação feita no início desta Seção: sempre se encontra pelo menos um sub-grupo do grupo lógico (classe L) suficiente para representar um Universo devido a qualquer classe de observações.

Esta afirmação é conhecida desde os inícios da era científica, com palavras e formas diferentes, p. ex. como o “princípio da razão suficiente” de Leibniz, e com êste nome será aqui chamada, embora com sentido bem mais vasto do que o de Leibniz.

3.4. — Às vezes o princípio da razão suficiente é expressado numa forma que não é aceitável, dizendo que é sempre possível “racionalizar” um Universo devido a qualquer classe de observações. Esta forma não é aceitável quando o verbo “racionalizar” significa representar numa lógica escolhida arbitrária e subrepticamente, por exemplo: a lógica suficiente para representar êste Universo físico em que vivemos (que pois é só um dos Universos físicos possíveis). A escolha da lógica necessária e suficiente para representar um qualquer Universo (p. ex.: o número de dimensões e significado delas, os princípios conservativos e os invariantes, etc) deve ser determinada só pelas *observações* sobre aquêlê Universo, não a priori. Històricamente, muitas pseudo-filosofias surgiram do esquecimento dêste ponto elementar do “espírito científico”.

3.5. — Uma “representação” de um Universo qualquer num Universo mental M consiste no seguinte:

(1) — Cada Universo mental consiste numa “sequência lógica”, isto é, num grupo inicial de “axiomas” e de “regras lógicas”, e em todos os conceitos que são implícitos e deduzíveis daqueles axiomas com aquelas regras. Axiomas e regras constituem um *código* e os elementos da sequência lógica se chamam *demonstrados*.

(2) — Cada Universo observável U consiste num grupo eventualmente infinito de “sequências temporais” (próprias

ou analógicas) de *observações*, interpretando o “tempo” nos diferentes sentidos possíveis já vistos no parágrafo 2.

(3) — Um Universo observável U é representado num Universo mental M quando se pode encontrar pelo menos um código tal que todos e só os elementos (demonstrados) das sequências lógicas relativas a êste código correspondem a todos e só os elementos observáveis do universo U, ou de uma parcela dele. Então se diz que aquêlê código “*explica*” êsses elementos observáveis.

(4) — A experiência nos dá, entre os observáveis, o fato que esta “correspondência” pode ser de tipos diferentes: numérica, taxionômica, simbólica e talvez outras. Sobre êsses diferentes tipos veja-se o parágrafo 4.

Cada expressão dessas correspondências em termos semânticos definidos chama-se *uma lei*.

3.6. — Segundo a definição 3.1, todos os elementos de uma representação M são os elementos possíveis do Universo U na representação M. Mas os elementos que de fato são observados (nas classes S, B, C, L, T) como pertencentes ao universo U não são *todos* os elementos possíveis dele. Os elementos de U que são possíveis e observados de fato serão chamados *reais*. Define-se como *existência* o que discrimina os elementos possíveis dos elementos reais de um Universo U.

3.7. — Dado o Universo U, os elementos reais dele formam o que definimos *um Universo real U*, sendo que em geral não há somente um universo possível do tipo U. Isto é, um Universo real U é um dos universos possíveis do tipo U na representação M. Os universos U não reais não são absurdos ou contraditórios: somente, *não existem*, ou não se pode dizer que existem, até quando não forem observados. *A existência é constatada pela observação*, e somente por ela. Todos os possíveis Universos, que não sejam absurdos, isto é, todos os universos lógicos, têm a mesma probabilidade de existir, mas *não existe lógica observável que determine quais Universos “devem” ser reais e quais não*. Isto será expressado ou como

“*método experimental*” ou como “*a arbitrariedade da existência*” ou “*insuficiência das lógicas*”.

3.8. — Cada representação mental de um Universo *U* ou de parte dele será chamada uma *hipótese*, global ou parcial, sobre *U*. Em geral, cada Universo pode admitir mais do que uma representação mental baseada em hipóteses diferentes.

#### 4. — *Os Grupos mínimos invariantes como geradores das ciências*

4.1. — O conhecimento, como definido no parágrafo 2, enquanto depositado na memória, é um *conhecimento empírico* (ou fenomênico) de todos os Universos que interagem com o *homem* e vice-versa. Pode porém haver conhecimento empírico sem nenhuma correspondente representação mental. Todavia a *existência* da mente na protolinguagem do homem implica a existência permanente de pelo menos uma tentativa de constituir uma representação mental dos cinco tipos de Universo (veja parágrafo 2.4) isto é, de emitir hipóteses sobre êsses Universos, até mesmo ou especialmente quando alguém afirma: “*hypotheses non fingo*”.

E justamente foi aqui usada a palavra “tentativa” porque não parece que *exista* um método ou critério geral a priori para escolher as hipóteses a serem feitas, mas existe um critério que chamaremos “a posteriori”. Dir-se-ia que tôdas as hipóteses têm direito de nascer, mas não tôdas têm o direito de sobreviver. Êste critério, para assim chamá-lo, sobre a sobrevivência das hipóteses, pode-se expressar na maneira seguinte: uma hipótese que “*explica*” (veja 3.5) um conjunto já conhecido de observáveis de um Universo *U*, tem de “*explicar*” todos os conjuntos *novos* de sequências observáveis pertencentes ao mesmo Universo. Mas chamar-se-ão *pertencentes* ao mesmo Universo os observáveis obtidos com as mesmas operações da protolinguagem. Uma hipótese que resista a êste critério a posteriori chamar-se-á *uma teoria do Universo U*.

4.2. — Cada hipótese, e ainda mais cada teoria, deve ter em conta um fato fundamental que nos é dado pela obser-

vação, e que chamaremos *continuidade do real*. (Esta continuidade não contradiz às “*quantizações*”).

Existe a possibilidade de constatar essa continuidade tôdas as vêzes e em tôdas as maneiras com que é possível *comparar* sequências do Universo pertencentes a pontos distinguíveis da coordenada “temporal” própria daquele Universo. Então é possível determinar antes de tudo sequências cujos termos são observados sempre na mesma ordem ao longo do “tempo”, uns termos que estão sempre *depois* de outros e sempre os *mesmos*, em tôdas as maneiras com que observações distintas podem ser chamadas de “iguais” ou “as mesmas”. Essas serão chamadas de *sequências de observáveis sucessivos*, cujos termos são um *início* e um *fim*. Mais ainda, existe a possibilidade de observar entre as sequências de observáveis sucessivos algumas delas caracterizadas pelo fato que a transição entre o início e o fim é acompanhada pela observação de um ou mais, que um observável que *não muda* durante a mesma transição. Quando isso fôr observado, aquelas sequências especiais são chamadas *sequências ou transições causais*, ou também *correlações causais*, enquanto início e fim tomam os nomes de *causa* e *efeito*, e os observáveis que não mudam durante as transições causais são chamados *invariantes*. É claro que as correlações causais e os invariantes tomam sentidos diferentes nos diferentes tipos de Universos, tendo-se causas, efeitos e invariantes físicos, biológicos, sociológicos, mentais e psíquicos.

Como exemplo no caso físico, que é o mais simples, a noite e o dia são observáveis sucessivos, mas não formam uma sequência causal (pois a ordem noite-dia não é invariante, tendo também a outra dia-noite). Pelo contrário a sequência “*queimando madeira se produz calor*” é causal, pois existe pelo menos um invariante, quero dizer a massa dos ingredientes da combustão (Lavoisier).

Para os outros tipos, vejam-se as considerações contidas nos próximos parágrafos.

4.3. — As sequências causais são observadas como pertencentes a tôdas as maneiras possíveis com que os invariantes

podem ser *redistribuídos em observáveis diferentes e distinguíveis*. A escolha das hipóteses, para construir teorias que “expliquem” um Universo, consiste em procurar quais são os invariantes e o código para as redistribuições deles, necessários e suficientes para “explicar” tôdas ou parte das sequências observáveis interpretadas como sequências causais. Se e quando a gente consegue em determinar, por tentativas, um “grupo mínimo invariante” constituído por invariantes e por um código para as redistribuições deles, que explique todos os possíveis de um Universo, diremos que temos construído a ciência relativa àquele Universo, ou dir-se-á que *cada grupo mínimo invariante gera uma ciência*.

4.4. — A observação, isto é, o conteúdo da protolinguagem humana, nos dá a existência de *diferentes tipos de grupos mínimos invariantes*, e portanto de *diferentes tipos de ciências*. Esta diferença é causada pelas diferentes maneiras com que *de fato* podemos observar os invariantes e representá-los em termos semânticamente certos. Parece-nos que essas diferentes maneiras referem-se aos seguintes tipos de invariantes:

- I — *Invariantes numerais*, isto é representáveis com *números cardinais*.
- II — *Invariantes ordinais ou históricos*, expressáveis com *números ordinais*.
- III — *Invariantes, taxionômicos*, ou expressáveis por classes ou “Gesalt” ou morfologias.
- IV — *Invariantes abstratos*, expressáveis por símbolos e regras de código.
- V — *O invariante “liberdade” do Ego*.

Ao tratarmos das diferentes ciências, daremos pormenores sobre êsses invariantes.

4.5. — Os diferentes tipos de ciências que desta maneira aparecem como possíveis são os seguintes:

- I — *Ciências numerais*.
- II — *Ciências taxionômicas ou classificatórias*.
- III — *Ciências sociológicas e históricas*.
- IV — *Ciências abstratas*.
- V — *Ciências psíquicas e morais*.

A êste elenco teríamos de acrescentar as Artes, em posição *sui generis*.

4.6. — Se as ciências formam um conjunto, ou melhor um grupo, é possível que exista uma *metaciência* como ciência das ciências, e é possível que ela seja articulada em ramos diferentes, inclusive um de filosofia geral, e um teológico.

4.7. — As ciências catalogadas em 4.5. são as ciências *possíveis*, e não necessariamente as ciências existentes.

4.8. — O elenco de ciências dado em 4.5. não quer dizer que as ciências, por exemplo, relacionadas com o Universo Físico sejam tôdas e sòmente, suponha-se, numerais, o mesmo repetindo-se para todos os outros Universos. As ciências *reais* relacionadas com um Universo podem ser de muitos tipos: pelo menos haverá sempre tentativas de diferentes representações mentais dos diferentes conhecimentos empíricos que êste Universo proporciona para o Homem. Chamaremos de *ciências puras* aquelas que contêm sòmente elementos pertencentes a um dos tipos 4.5. Chamaremos *ciências mistas* as que são formadas pela justa-posição ou integração de partes pertencentes a tipos diferentes entre os 4.5.

4.9. — De outra maneira, tomando como ponto de referência os Universos 2.3. (I-V), ter-se-ão as seguintes classes de ciências, de algumas delas dando-se aqui o nome clássico ou histórico:

- (I) — *Ciências do Universo físico* (física, química, cristalografia, geologia, astronomia, etc. incluindo eletrônica e cibernética).

- (II) — *Ciências do Universo biológico*, sôbre classificação, morfologia e bioquímica, etc., dos objetos vivos.
- (III) — *Ciências do Universo sociológico* (dinâmica do Grupo, política, dinâmica histórica, dinâmica econômica e extra-econômica, comunicações entre culturas, Arqueologia, História, etc.).
- (IV) — *Ciências abstratas* (matemática numeral e simbólica, geometria, variedades Riemannianas, Grupos, números transfinitos, lógica simbólica, etc.).
- (V) — *Ciências do Universo psíquico* (psicologia, comportamento, ética, etc.).

5. — *Um teorema sôbre o Nada, e suas consequências*

5.1. — Uma compreensão mais aprumada da “continuidade do real” pode-se deduzir de alguns resultados que já foram objeto de considerações em precedentes artigos desta série. Um exemplo é a “lógica da Natureza” que é descoberta pelo estudo das Simetrias como uma “constante” da Natureza e um outro é aquela que já temos chamado “a notável perseverância do esquema indeterminação — quantização — tempo”. Mas uns aspectos bem mais profundos e quiçá de bem maior envergadura, encontram-se analisando com cuidado o conceito de “Nada”.

Antes de mais nada, o *Nada não compreende as coisas absurdas*, que, por assim dizer, nem sequer são Nada. Elas são simples fonemas ou sem sentido, ou contraditórios, que nem existem nem pode existir. Portanto o Nada deve pertencer à área das coisas possíveis. Uma coisa só possível mas não existente, ou cuja existência não pode ser constatada é um Nada, sem ser absurda. Desta maneira um Nada é o que na linguagem matemática (boubakizada), é “um conjunto vazio”. O “conjunto” representa a possibilidade, e o “vazio” a não-existência. Isto é, um Nada é tal sômente em relação à existência, mas não em relação a um qualquer Universo mental. O mesmo fato de se poder dizer que um Nada é alguma coisa como um

conjunto vazio implica que um Nada não pode ser um absurdo, ou em outras palavras um Nada deve ter uma definição sem contradições, com a única condição da não-existência.

5.2. — Mas então obtemos um teorema ou aparentemente lapalisseano ou paradoxal. Com efeito, consideremos o conjunto de todos ou Nada, isto é, o conjunto dos conjuntos vazios. O *Teorema do Nada* diz que *se cada Nada não é um absurdo mas sim um conjunto vazio, o conjunto dos conjuntos vazios não é vazio*, isto é o conjunto dos Nada não pertence ao Nada, de outra maneira o Nada seria um absurdo, que é excluído. Com efeito, se o conjunto dos conjuntos vazios fôsse vazio, nenhum conjunto vazio existiria, enquanto pelo contrário existem ou não são absurdos tantos conjuntos vazios quantos são as coisas possíveis mas não existentes. Portanto o *Nada como totalidade é contraditório*, o que em língua cabocla poderá ser expressado dizendo: é impossível que tudo se resolva em Nada, isto é *alguma coisa deve existir*.

Se o leitor pensar um pouquinho, verá que esta “estranha” conclusão tem mais parentesco com Anselmo de Aosta do que com Monsieur de La Palisse.

5.3. — Será que eu estou falando do Nada? Não, não estou, não vê? Mas estou me lembrando de alguns versos amargos:

“Ombre con ombre  
la conoscenza dipinge:  
Ombre cave di cose  
con ombre di parole”

(C. B., Inédito 1940).

isto é:

“O conhecimento pinta sombras por meio de outras sombras; sombras ôcas de coisas por meio de sombras de palavras”.

5.4. — Existe, e é bem conhecido por outras palavras, um outro aspecto do teorema já citado: o conjunto dos conjuntos vazios não é vazio. Com efeito o sentido de “conjunto dos conjuntos vazios” pode ser tomado em duas maneiras diferentes, que se integram entre si.

(I) — O conjunto dos conjuntos vazios pode significar o conjunto de todos os casos possíveis mas não existentes, de qualquer tipo e em qualquer Universo. Êste é o sentido da afirmação dada acima, pela qual “alguma coisa deve existir”, pois êste conceito do Nada como abrangendo todos os casos possíveis é contraditório, isto é não tôdas as coisas possíveis podem ser não existentes.

(II) — Mas a cada coisa existente no Universo físico, naquela representação mental dêste Universo que é chamada Relatividade, está relacionado um conjunto bem caracterizado de observáveis que se chama *linha de Universo* daquela coisa existente. A linha de Universo é o conjunto das observações de tôdas as distribuições de invariantes físicos pertencentes àquela coisa existente, nas sucessivas correlações causais em que esta coisa existente é envolvida ao longo da coordenada temporal. As sequências causais são bastante exigentes, pois nelas é necessário que os invariantes sejam conservados não de maneira qualquer mas ao longo de uma “geodésica”, como foi relatado em “Veredas da Moderna Cosmologia”. Tôdas as mudanças em que esta exigência não fôr satisfeita são rejeitadas, isto é caem no Nada, não existem: existiriam se as circunstâncias fôssem diferentes, mas essas não são diferentes.

Mesmo do ponto de vista “clássico” ou não-relativista, encontra-se um conceito análogo ao de linha de universo, no *Princípio da mínima ação* (sob as diferentes formas de Hamilton, Maupertuis, Fermat, etc.) que implicam uma *escolha* entre as infinitas possíveis trajetórias que ligam dois instantes sucessivos na existência de objetos físicos, sendo que aquela trajetória que implica um mínimo de “ação” é a que representa a trajetória *real*, enquanto as outras são rejeitadas sem porisso ser absurdas (Veja por ex.: E. T. Whittaker, *Analytical Dy-*

*namics*, N. Y. Dover Publ. (4) 1936, pp. 245, 255; e todo o capítulo XI pp. 28 e seguintes).

Para assim dizer, a linha do Universo ou a trajetória de uma coisa existente é acompanhada instante após instante por um sem número de outras possíveis linhas de Universo ou trajetórias que são rejeitadas, e portanto do ponto de vista da existência são conjuntos vazios pertencentes a um mesmo conjunto C. Para que C não seja vazio é *suficiente* que C compreenda pelo menos um elemento não vazio, ou que uma coisa existente deve pertencer a um conjunto C de coisas possíveis. Mas é também *necessário* porque a existência é arbitrária e portanto qualquer que seja C êste pode ser não vazio se e somente se pelo menos um dos seus elementos *existe*. Portanto, ao longo de sua própria linha de Universo, uma coisa existente não pode tornar-se Nada, isto é a *existência das coisas existentes se conserva conservando-se os invariantes relacionados com ela ou vice-versa*, pois êsses invariantes só se conservam se a existência das coisas existentes fôr conservada. Esta parece ser a origem dos *princípios conservativos* do Universo físico (massa-energia, carga, momento angular, etc.).

5.5. — Pode-se observar que os princípios conservativos no Universo físico não são “consequências” das simetrias do espaço de Minkowsky, mas sim casos especiais dos “produtos invariantes de tetravetores”, a serem acrescentados como *condições suplementares* justificadas pela experiência, como se sabe da “condição de Lorentz” na eletrodinâmica, e da “equação de continuidade” da Dinâmica Geral (veja “As Simetrias”, *Estudos Universitários*, vol. 9 (1969) pp. 10 e 21 § IV, C, 1º e 2º e 6º). Portanto o teorema aqui utilizado parece acrescentar alguma coisa de relevante ao formalismo das simetrias, no sentido que a existência arbitrária de uma coisa define um conjunto C de conjuntos vazios que nunca se pode tornar vazio se a coisa já existe.

5.6. — A relação entre o teorema do Nada e os princípios conservativos ao longo de uma linha do Universo (físico) dá à *continuidade do real* um sentido acessível à experiência, que de maneira um pouco antropomórfica poderíamos repre-

sentar dizendo: a existência das coisas já existentes encontra sempre pelo menos uma saída para continuar existindo em tôdas as circunstâncias, não obstante tôdas as transformações ou redistribuições que para isso sejam necessárias. Dessa maneira, no mundo físico, a existência das coisas é "arbitrária" (isto é ninguém pode realmente adicionar nada ao mundo físico), mas uma vez que esteja existindo é indestrutível. Poder-se-ia acrescentar esta consideração aos já importantes motivos para rejeitar a assim chamada "teoria da criação contínua" (veja, "Veredas da Moderna Cosmologia", Estudos Universitários, 8 (1968) pp. 29-32, e também E. M. Burbidge, Survey of current problems in extragalactic Astronomy, em Contemporary Physics, vol. I, p. 317, Trieste, 1968, editado por IAEA, Vienna 1969).

5.7. — Ora, se o conceito de *linha de Universo* tem os seus equivalentes nos outros tipos de Universo, contidos no conjunto dos observáveis e distinguíveis pelos diferentes tipos do esquema indeterminação — quantização — tempo, e se a mesma continuidade da racionalidade do real, que é fortemente sugerida pela permanência do referido esquema, faz com que o Teorema do Nada tenha para todos os Universos a mesma validade e extensão que tem para o Universo físico, então as consequências dêste teorema vão muito longe. Nem se poderá dizer que êle tem de ser relegado no Universo físico, especialmente no que diz respeito à correlação entre êsse Teorema e os princípios conservativos, pelo fato que o mesmo Teorema é um termo de um Universo *mental* e não físico, em si, e não há nenhuma necessidade *mental* pela qual as suas relações com o Universo físico tenham de ser privilegiadas ou exclusivas, o que seria uma grave e injustificável quebra na continuidade do real.

Portanto se e até onde fôr possível definir os análogos da linha de Universo para todos os Universos não físicos, o Teorema do Nada terá a sua aplicação, em todos os seus dois sentidos: 1) Não é possível que todos os possíveis de um Universo sejam somente possíveis; 2) cada coisa existente ao longo do seu próprio "tempo" permanece existente na mesma dimen-

são temporal com tôdas as transformações e redistribuições de "invariantes" características do tipo de Universo em pauta.

5.8. — Em consequência, para construir uma ciência será necessário encontrar um Grupo mínimo invariante relativo ao Universo ou à parcela do Universo do qual quer-se encontrar uma representação mental, mas pela continuidade do real e da racionalidade dele será necessário incluir naquele grupo mínimo invariante a forma específica de *princípios conservativos* derivados do teorema do Nada, sendo que êstes princípios conservativos não têm nenhuma necessidade de ser idênticos para tipos de Universos que não são idênticos. Talvez a maior dificuldade que se encontra para construir ciências que se enquadrem neste conceito geral, consiste justamente em encontrar os princípios conservativos que pertencem àquela ciência, segundo a exigência do Teorema do Nada, que parece não tolerar exceções. E a dificuldade é de maior envergadura para os Universos não físicos. Com efeito, *tôda a ciência física* consiste na formulação (numeral ou matemática) dos princípios conservativos, enquanto não temos certeza que essa *simplicidade* da representação mental do Universo físico seja compartilhada pelas representações mentais dos outros Universos, como é postulado sem nenhuma demonstração por teorias tão válidas quanto o contrário delas, e que acumularemos sob o nome anônimo de *monismos*. Todavia a mesma existência dêste problema, nos mostra que, *em fato de construir ciências estamos ainda no ABC*, talvez mesmo para os Universos mais "fáceis", como o descrevia um poeta italiano meu contemporâneo:

"Segreti astratti, oscure fuggévoli larve,  
faticose chimere dubbiose fallaci,  
ésili tráppole per misteri tenaci,  
per tutto ciò che non è mai quello che parve.  
Ma dai gélidi picchi ove la legge anída,  
o véccchio cuore, ancora qualcosa a te grida".

(C. B., Inédito 1940)

que quer dizer:

“Segredos abstratos, obscuros fugazes fantasmas /  
quimeras cansativas duvidosas falazes. / armadilhas  
fininhas para mistérios tenazes, / para tudo aquilo  
que nunca é o que pareceu ser. / Mas d’acima dos  
picos gélidos onde a Lei constroi o ninho, / ó velho  
coração, há ainda alguma coisa que grita para ti”.

Ou também relataremos (mais ou menos) a abalizada opinião de sua Majestade Salomão, rei de Judá e Israel: “Dediquei-me à tarefa de descobrir como é que as coisas são feitas e como é que marcham... Bom, êste é o pior trabalho que Deus possa dar a um homem, para que êle, o homem, aí perca a cabeça” (Coheloth, I, 12-13).

5.9. — Para terminar êste assunto serão úteis algumas considerações sôbre o que se deve entender por “absurdo”, dado que em 5.1. foi excluído que o Nada pertença ao absurdo. Prôpriamente falando, o absurdo corresponde a uma definição contraditória, isto é que em si mesma contém a sua negação. Por exemplo: um triângulo de quatro lados é absurdo, qualquer que seja a definição de “lado”. Às vêzes a absurdidade é menos evidente, como no caso: uma superfície fechada não pode ser recoberta sômente com hexágonos regulares iguais (veja “As simetrias” II, D). Então o absurdo chama-se também de “impossível”. Todavia esta palavra pode gerar confusão, quando tratar-se de algo que só é *têcnicamente impossível*, como um microscópio que funcione com Raios X. Junto às coisas absurdas devem-se lembrar as *perguntas absurdas* ou *falsos problemas*, do tipo: “um rato é mais limão do que uma locomotiva?”. Todavia é necessário ser um pouco indulgentes com aquela variedade de perguntas absurdas que se costuma chamar perguntas idiotas. Se elas não existissem, nem existiriam os cômicos, nem as piadas, e a vida seria um pouco mais difícil.

Podem também existir absurdos ou impossibilidades *relativas*, que são tais num determinado Universo, mas não em outro qualquer (existente ou não). Por ex.: a simetria quiná-

ria é impossível no nosso Universo físico mas não no nosso Universo biológico (veja “As Simetrias, III).

## 6. — *Observáveis numerais e não numerais*

6.1. — No Universo físico (que já dantes nos serviu como que de guia) foi encontrado, por tentativas, que todos os observáveis (veja 1.3.) podem ter uma “representação” (veja 3.5.) cujo código opera sôbre poucos observáveis básicos, que se podem expressar por meio de números isto é, que se podem *medir*, observáveis básicos que são chamados *dimensões físicas*, que não devem ser confundidas com o “tamanho” dos observáveis, e são três: *comprimentos*, *massas* e *tempo*. Por comodidade dos engenheiros (como sugeriu Giorgi) acrescenta-se uma quarta dimensão, elétrica, que pode ser uma carga elétrica ou uma corrente elétrica, mas essa dimensão elétrica pode ser expressada com combinações de massa, comprimento e tempo, como gostam ainda de usar os físicos no chamado sistema C.G.S. (e.s. ou e.m.). Isso significa que a classe S da protolinguagem necessária e suficiente para observar o (nosso) Universo físico (isto é *homogêneo* com o observador humano, 2.3.) pode-se agrupar em três operações: medir comprimentos, massas e tempos. Essas três dimensões não devem também ser confundidas com as “dimensões da métrica” do espaço físico estudado pela Relatividade (e que são 5, reduzidas a 4 por ser uma delas sem variações) e também a “quarta dimensão, elétrica”, do sistema Giorgi, nada tem a ver com a “quarta dimensão” da Relatividade, que é o tempo (físico). Analisaremos aqui o que significa o fato de essas “dimensões físicas” serem objeto de medidas (como diz o mesmo nome “*dimensão*”) e com isso analisaremos o significado dos “números” como representação mental das medidas.

6.2. — *Uma medida é definida como sendo uma qualquer comparação de dois observáveis*. Segundo 2.3, os dois observáveis que entram numa medida devem ser (total ou parcialmente) “homogêneos” com o observador, quer dizer devem poder interagir com o observador. Mas no sentido dado em 2.3. à “homogeneidade”, os têrmos de uma medida não são

necessariamente homogêneas entre si, embora ambos os dois interagem com o observador. Temos salientado essa propriedade das medidas, porque, aparentemente, contradiz ao chamado princípio de identidade comparada: se  $A = C$  e  $B = C$  então  $A = B$ , dando ao sinal  $=$  um significado conveniente. No caso presente o sinal  $=$  não pode significar "homogêneos", isto é o referido princípio de identidade comparada depende do que se entende por  $=$  ou mesmo por "identidade". Talvez esta observação seja necessária, para não dar ao referido princípio aquela espécie de supremacia que às vezes lhe é atribuída pelos cultores da Lógica. Por exemplo, um observador pode medir com um teodolito dois comprimentos, que são um o comprimento de um boi, e outro o comprimento de uma vara e então pode comparar as duas observações, dizendo que o boi tem um comprimento que é duas vezes o da vara. Claro que se o boi e a vara estão bastante longe um do outro (e por isso se supôs o uso do teodolito) eles não se perturbam, e portanto não são homogêneos. No caso do boi e da vara a não homogeneidade parece óbvia, mas se pensarmos que a mesma situação se repeteria quando tivermos *duas varas* que não interagem entre si, ver-se-á que, enquanto objeto de medida, as duas varas não têm de ser homogêneas. Ainda mais, tanto no caso do boi e da vara quanto no caso das duas varas, aparece possível a *medida inversa*, isto é medir a vara com o boi, e a primeira vara pela segunda ou vice-versa. Então diremos que dois observáveis que podem ser objeto de medida são entre si *isométricos* (quer dizer no grego o que é o português "objeto de medida"), mas não implica necessariamente a homogeneidade no sentido 2.3.

Caso *todos* os observáveis relacionados com dois objetos distintos (veja 2.1.) sejam isométricos, então os dois objetos serão chamados *holométricos*. Por exemplo duas varas de cobre são holométricas, mas não uma de cobre e uma de prata. Todas as "grandezas físicas" (velocidade, força, energia etc.) definem observáveis holométricas.

6.3. — Segundo a experiência da protolinguagem humana, as medidas podem ser de diferentes tipos. Sendo que cada medida é uma comparação, existem medidas que são o-

peradas pela repetição de uma mesma operação. Por definição, "número" é o *conjunto de operações idênticas mas distintas ou separadas no "tempo"*, isto é "repetidas". Portanto, no sentido que aqui tomamos, o número é só o nome que representa a *experiência da repetição de operações idênticas de qualquer classe* da protolinguagem. Como todas as experiências, também essa é demonstração de si a si mesma como foi dito em 1.2, e os objetos dessas experiências chamam-se *quantidades*.

Portanto são quantidades todos os observáveis cujas medidas podem ser expressadas por números. Os números que representam quantidades são chamados *números cardinais*. Os números cardinais independem do tipo e classe de quantidade para representar a qual eles são utilizados.

6.4. — Outro tipo de comparação entre observáveis (mesmo diferentes) é aquêle de uma *ordem* entre eles. Isso se refere às sequências de observações sucessivas, e especialmente às correlações causais (veja 4.2.) observadas seja em relação às coordenadas do espaço, seja em relação à coordenada temporal. A ordem nas coordenadas do espaço define-se como *figura*, ou mais genericamente como uma Gestalt. A ordem na coordenada temporal define-se como *história*. Uma representação numérica de uma ordem são os *símbolos topológicos*, e as *datas*, respectivamente no espaço e no tempo. Um caso particular de símbolos topológicos são os *números ordinais*.

6.5. — Uma *ordem repetida* define uma *simetria*. A representação numérica das simetrias é constituída pelos *Grupos* (veja "As Simetrias", Estudos Universitários, volume 9 (1969) p. 555).

6.6. — A existência do esquema indeterminação-quantização-tempo faz com que observáveis que receberam as interações perturbadoras dos outros observáveis "homogêneos" (no sentido 2.3.) não se tornem representados por números "exatos" ou exatamente determinados, mas por *distribuições* (no sentido de Schwartz) que representam o *espectro* de valores possíveis com a probabilidade de cada valor atuando como geradora de distribuição.

Um caso mais genérico é aquêle das *estatísticas*, onde “observável” é o conjunto de muitos observáveis que se perturbam reciprocamente. Por analogia com o Universo físico, as quantidades representadas por números são chamadas *dinâmicas*, e aquelas representadas por distribuições são chamadas *estatísticas* ou *termodinâmicas*.

6.7. — Números, ordens, simetrias e distribuições, podem ser encontradas nas *classificações*. Essas representam a comparação entre observáveis que apresentam “características comuns”, juntamente com muitas “diferências”. Como “características” podem ser utilizadas parcelas de observação do tipo estritamente numérico (ex.: classificar os livros segundo a altura) ou do tipo de uma “ordem”, por ex.: umas figuras ou *formas* (exemplo: as classificações botânicas, zoológicas, cristalográficas, etc.). Às vêzes o critério numérico de classificação é escondido, por ex.: uma classificação de objetos segundo a côr, pode-se reduzir “segundo o comprimento de onda da raia dominante do espectro de emissão ou absorção”. As classificações numéricas ou por uma ordem serão chamadas *classificações quantitativas*. Os observáveis pertencentes a classificações quantitativas chamar-se-ão *observáveis numerais*.

6.8. — As classificações quantitativas são insuficientes para dar uma *completa* representação de tôdas as comparações entre observáveis. Isso não se refere a alguns elementos da classe S da protolinguagem, que *ainda* não foi possível representar por medidas numéricas, como o gôsto e o cheiro, para os quais, talvez por falta de interêsse imediato, ainda não se sabe dar uma representação parecida com uma “espectroscopia”, ou outra dêsse jeito. Mas o que queremos sobretudo enfatizar é a existência de observáveis para os quais não parece possível estabelecer métodos de comparação representáveis com qualquer um dos tipos de números acima referidos. Com efeito, as medidas quantitativas são relacionadas às dicotomias: igual-desigual, antes-depois, maior-menor. Mas estão presentes, no conjunto dos conhecimentos empíricos, observáveis cujas comparações podem ser reduzidas à dicotomia melhor-pior. Ora, esta dicotomia não é reduzível a números. Por ex.: não faz sentido dizer que a tal pessoa ou a tal ação é 3,14 vêzes *mais*

*justa* ou *mais honesta* ou *mais bela*, do que uma outra pessoa ou uma outra ação. Então nós nos encontramos no dilema: ou (por ex.) a Justiça não existe *porque* não é numerável, ou a Justiça existe *mas* não é numerável. Êste exemplo mostra que êsses observáveis *não numerais* são aqueles mesmos que em certa nomenclatura são chamados (com um certo desdém) “conceitos de valor”. Pode ser que os conceitos de valor sejam desprezíveis (e também isso seria um conceito de valor), “mas que hay, hay”. E sendo que êles estão aí, *existentes* no Universo do conhecimento empírico, não são mais desprezíveis, qualquer coisa êles “sejam”. São  *fatos* como os outros.

6.9. — Há outros observáveis não numerais ainda mais problemáticos do que os conceitos de valor. Com efeito, os números que entram como têrmos numa operação determinam completamente o resultado daquela operação. Isto é, dado um “código operativo” que define uma operação, o resultado da operação é sempre *previsível* quando são conhecidos os números sôbre os quais aquela operação opera.

Se portanto os números pertencem à representação mental de certos observáveis, esta representação deixa de ser possível quando os observáveis forem de um tipo reconhecidamente imprevisível. Ora, o nosso conhecimento empírico contém tais tipos de observáveis, no Universo psíquico. Os atos livres são imprevisíveis. *Portanto êsses observáveis não podem ser numéricos*. E os chamaremos simplesmente: *observáveis não-numerais*, às vêzes chamados também *qualitativos*.

E mais uma vez, qualquer coisa que êles “sejam”, são fatos, como os outros, sômente têm de diferente o fato que, de acôrdo com a definição 6.3. de número, os observáveis não-numerais ou não se podem comparar ou não se podem repetir ou ambas as coisas.

## 7. — *As Ciências do Universo Físico*

7.1. — Um Universo físico é caracterizado por invariantes numerais holométricos nas dimensões do espaço-tempo, sujeitos a *princípios conservativos* (casos particulares do Teore-

ma do Nada, veja 5.6.) como condições suplementares (veja 5.5.) à invariância em relação à transformação de Lorentz (seja "Simetrias" pp. 15-22) das leis (veja 3.5. (4)) que representam as sequências causais em que os invariantes se conservam. Em outras palavras, todos os observáveis de um Universo físico têm uma representação mental para a qual são suficientes as coordenadas do espaço-tempo e as leis dinâmicas e estatísticas da Termodinâmica, chamadas 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> princípio de Termodinâmica.

7.2. — Os invariantes físicos são todos numerais holométricos. Eles são: *massa, energia, carga elétrica, quantidade de movimento* num sistema isolado, *momento angular*. A representação numeral das redistribuições desses invariantes são as *leis físicas*, se e somente se elas são invariantes para com a transformação de Lorentz. O conjunto dessas leis, que representam as correlações causais físicas, constitui *teorias* ou *ciências* que atualmente são divididas em especializações diferentes, mas na realidade se constitui numa ciência só. As diferentes ciências especializadas são: Física (geral + atômica + nucleônica + eletrônica + Astronomia + Astrofísica + física do estado sólido + quântica + cibernética + biofísica + etc.) e Química (geral + inorgânica + orgânica + bioquímica + etc.). Também de fato o processo de unificação de Física e Química é muito adiantado, desde já.

7.3. — O fato pelo qual o grupo mínimo de invariantes de um Universo físico é muito reduzido (cinco invariantes e uma condição de invariância mais as condições de Lorentz e da equação da continuidade), explica porque as ciências do Universo físico são as que mais rapidamente progrediram, pelo menos no tipo de cultura que chamamos de "ocidental", porque são as mais fáceis e as mais *simples*, porque os invariantes são poucos e fáceis de ser observados e medidos.

Já temos dado relevância ao fato que esta *simplicidade* do Universo físico (veja 2.5. (3)) faz com que a representação mental dele poder servir como guia ou modelo para as demais representações mentais dos outros Universos. Todavia isso não justificaria de jeito nenhum o *postulado fisicalista*, segundo o

qual toda representação mental que não se possa identificar com as ciências do Universo físico não é ciência.

7.4. — Da mesma maneira, do fato que as ciências do Universo físico têm somente invariantes numerais e que portanto aquelas ciências são expressáveis com os símbolos da Lógica matemática, não deriva necessariamente que todas as ciências se devem poder representar matematicamente.

Antes de tudo, existem observáveis não numerais (veja 6.8. — 9) e as ciências relacionadas com eles não são matematizáveis. Além disso, no mesmo domínio do Universo físico existem *ciências classificatórias ou taxionômicas*, como a minerologia e a cristalografia. Mesmo no domínio da física, e pelo menos num primeiro estágio, existem *teorias físicas puramente classificatórias* como o sistema periódico dos elementos, a classificação dos espectros das estrêlas, aquela das partículas elementares (Gell-Man e Nishijima), etc. Em muitas partes, a Química é uma ciência classificatória ou taxionômica.

7.5. — Todos os tipos de números relatados no parágrafo 6 encontram-se numa ou em outra parte das representações mentais do Universo físico, desde as mais simples álgebras até as mais sofisticadas matemáticas. E a este propósito é necessário sublinhar uma característica bastante importante das "teorias físicas". Quanto mais elas progredem na racionalização ou na "explicação" dos conhecimentos empíricos, tendo mais elas tornam-se "altas", "superiores", "avançadas" ou outras denominações desse estilo, que não são somente "conceitos de valor", pois representam o fato seguinte: as teorias físicas tornam-se sempre menos vinculadas à possibilidade de se dar uma "imagem" delas, sendo uma "imagem" alguma operação de classe B (veja 1.2. (II)). Quanto mais avançadas as teorias físicas, tanto menos elas são "imagináveis", tornando-se puramente lógicas e quase que desumanizadas. Por ex.: a teoria da Relatividade, introduz a necessidade de "pensar" em quatro dimensões ortogonais quando o homem só pode imaginar três delas. E nem queremos falar na atmosfera rarefeita dos formalismos da Mecânica quântica, e das teorias das partículas elementares.

7.6. — Todavia, não obstante o desenlace progressivo entre “imagens” e teorias físicas, essas estão sujeitas ao método experimental, num conflito sem fim entre teoria e experimento, que é devido à outra característica das ciências do Universo físico: a necessidade da *aproximação*, e os consequentes reajustamentos das teorias, que às vezes tomam os caracteres de uma revolução. Com efeito, as redistribuições dos invariantes físicos, sendo expressados em termos numéricos, devem fazer com que os resultados *previstos* das correlações causais coincidam com os resultados *observados* (veja 6.9.).

Ora, a comparação entre previsão e observação raramente dá uma perfeita identidade, usualmente é *aproximada*, isto é as medidas observadas desviam (a mais ou a menos) das medidas previstas. Quanto menor o desvio, tanto “mais exata” será a teoria. Se o desvio fôr exageradamente grande e sistemático, em geral a teoria terá de ser mudada, ou mudando os axiomas sôbre os quais é fundamentada, ou admitindo a superposição de observáveis diferentes que se perturbam reciprocamente. Neste último caso, pode-se chegar a ter de utilizar teorias estatísticas, como a clássica estatísticas de Fermi e Dirac para os eletrons em tórno dos átomos, pois as teorias “diretas” se tornam demasiadamente complicadas ou mesmo fora do alcance da capacidade do homem. Desta maneira é possível construir teorias mais ou menos *aproximadas*, que não são erradas, mas as previsões delas não têm absoluta *certeza*. A descoberta do Princípio da Indeterminação, de W. Heisenberg, deu a esta aproximação uma outra base, não puramente devida a dificuldades técnicas ou matemáticas mas à mesma estrutura do Universo físico, segundo o esquema indeterminação-quantização-tempo já repetidamente mencionado.

7.7. — A existência e a inevitabilidade das aproximações nas Ciências do Universo físico introduzem um problema terrível, para o qual essas ciências servirão mais uma vez como modelo ou guia, em relação às ciências dos outros Universos. Com efeito, nasce a pergunta: será que êste processo de aproximação tem um limite, um fim, ou usando a linguagem geométrica, um assíntoto para o qual tendem as ciências do Universo físico? *Se êste assíntoto das aproximações físicas*

*existir, êle será chamado de verdade física*. A verdade física não é assunto para as ciências do Universo físico, mas o é para a *Metaciência*.

7.8. — O Universo físico que conhecemos empíricamente é *um* dos Universos físicos possíveis e é *finito* (veja “Verdades da Moderna Cosmologia”, Estudos Universitários 8 (1968) p. 16).

Parece também ter uma duração finita no tempo, e *um início*.

7.9. — O Universo físico que conhecemos é *lógico*. Veja “As Simetrias”, *passim*.

7.10. — À “simplicidade” do Universo físico deve-se também o *caráter grupal das leis físicas*. As teorias necessárias e suficientes para “racionalizar” os observáveis relacionados com uma partícula elementar ou um átomo são as mesmas que precisam para racionalizar os observáveis relacionados com sistemas formados por algumas ou muitíssimas partículas ou átomos, mudando a aparelhagem matemática pela introdução do método estatísticos, mas não mudando nem os invariantes necessários nem o código das regras que representam as redistribuições deles. Se um átomo, por ex.: é descrito no esquema espaço-tempo-termodinâmico, *qualquer que seja a complexidade* de um conjunto de átomos, êste conjunto também é representado no mesmo esquema.

Ou em outras palavras: juntando partes físicas e químicas, sempre se obtém um conjunto física e quimicamente determinado. (O exemplo: “somando números pares, obtém-se sempre e sômente um número par, *nunca* um número dispar”, não é uma “explicação” do referido caráter grupal, mas sômente uma “imagem” ou uma analogia).

7.11. — As correlações causais no Universo físico quando representadas por correlações entre números cardinais e símbolos topológicos entre os invariantes, são previsíveis. Esta representação chama-se *Determinismo* (físico).

7.12. — A previsibilidade das representações por meio de distribuições não implica necessariamente a existência de um determinismo para os observáveis isolados cuja multidão é representada estatisticamente. Os observáveis estatísticos têm desvios, isto é não são exatamente previsíveis.

### 8. — *As ciências do Universo biológico*

8.1. — Conhecemos muitos seres vivos, inclusive a nós mesmos. Sabemos, quase sempre, distinguir perfeitamente um ser vivo de um não vivo ou de um que morreu. Mas não sabemos *por que* os seres vivos vivem, ou como é que conseguem viver, isto é não sabemos, o que é a *vida*. Todavia, a vida é muito mais do que uma palavra, pois é uma experiência, é um fato, aliás um enorme amontoado de fatos. Mas o que aqui interessa não é dizer o que é a vida, mas estabelecer quais são os elementos de um grupo invariante mínimo capaz de construir uma Ciência do Universo biológico.

8.2. — O esquema indeterminação-quantização-tempo, como já observado em 2.6. (II), tem para o Universo biológico, aquele tipo de quantização que corresponde à existência de indivíduos de cada *espécie* (definida em 2.6.) e também aquele tipo de “tempo” que é a *duração da vida*. Essas duas características do Universo biológico parecem corresponder à experiências certas. Mas não tão certa é a caracterização da “indeterminação” no Universo biológico. Com efeito, a representação “física” é completa dizendo-se que se trata de trocas de quanta de energia, de diferentes formas mas sempre e só energia, enquanto a representação biológica do “tudo perturbado” não é suficientemente descrita pela troca de quanta de energia de qualquer espécie possível, pois é preciso acrescentar as trocas de “informações” e a maneira peculiar com que as “informações” são selecionadas pelos seres vivos e com que eles reagem às mesmas informações. Com a mesma quantidade de energia podem-se trocar inúmeras e diferentes informações entre seres vivos entre si e com o Universo físico, e todas essas informações *fisicamente idênticas* podem ser *biologicamente diferentes*, podendo ser classificadas de um ponto

de vista qualitativo biológico como favoráveis ou não favoráveis ou indiferentes. Portanto, mesmo quando a “Indeterminação” se reduz à troca de energia, a representação numérica ou determinista destas trocas é insuficiente, tendo-se a necessidade de avaliar as informações que acompanham aquela energia e a “qualidade biológica” delas. Por consequência, todos os invariantes físicos (7.2.) são necessários para uma representação mental de um Universo biológico, *mas são insuficientes para este fim*. Uma maneira simples e drástica de observar esta insuficiência seria a seguinte: Imagine-se que num determinado instante todo o que é vida desapareça da Terra. Parece óbvio que “alguma coisa aconteceu”, mas do ponto de vista “físico” (massa, energia, etc.) não teria acontecido *nada*.

8.3. — O problema de encontrar os invariantes adicionais àqueles físicos, para construir uma ciência biológica, não foi ainda resolvido, ao que parece. Por isso a representação do Universo biológico é ainda, em grande parte, pertencente às ciências taxionômicas ou classificatórias, inclusive classificações de espécies e morfologias dos organismos, com algumas *limitadas tentativas* da biofísica e bioquímica, onde os invariantes físicos bastam para tarefas limitadas, por exemplo a representação do metabolismo. Pelo restante há ainda a busca errática de hipóteses sobre o que é a vida, e também sobre o que é morte.

8.4. — Mesmo nos casos de possibilidade “limitada” de utilizar os invariantes físicos para criar uma ciência parcial de Universo biológico, encontram-se vez por outra anomalias que exigem hipóteses suplementares que seriam inaceitáveis no Universo físico. Toma-se por exemplo o caso do metabolismo citado anteriormente, onde o “funcionamento” de um ser vivo é expressado em termos de energia, como se se tratasse de uma simples máquina térmica, de maneira que o “trabalho” executado para viver pelo vivo é simplesmente proporcional à energia desenvolvida em processos químicos parecidos com a combustão. Aí vem logo uma primeira anomalia, *quantitativa*: nas máquinas térmicas físicas (que funcionam pelo Ciclo de Carnot ou outros parecidos) o *rendimento* é pro-

porcional à diferença do nível de energia potencial (ou mais comodamente à diferença de temperatura) entre a máquina e o "exterior". Nos viventes isso não parece acontecer: o vivente vive também quando o exterior tem a sua mesma temperatura, e o rendimento não parece depender do nível energético "exterior", pelo menos não depende liminarmente dele. E há também uma segunda anomalia, *qualitativa*. O sistema nervoso praticamente não gasta energia, ao que parece, ou o consumo dele é extraordinariamente pequeno. Como é que o "produto", ou o trabalho do sistema nervoso não é tão pequeno? É claro que não se pode dar conta deste "produto" somente em termos metabólicos, isto é por meio de todos e somente os invariantes físicos. Uma ciência de tipo físico é muito exigente em facto de condições bem restritivas: deve representar somente observáveis numerais vinculados a leis conservativas. *Ou é isso ou não é "física"*.

8.5. — Entre as hipóteses mais frequentemente invocadas para complementar a insuficiência dos invariantes físicos, ocupa um lugar de destaque a *complexidade* dos macromoléculas que se encontram nos corpos viventes e nos produtos deles. Mas não parece tratar-se de um novo invariante, mesmo porque a complexidade de um cadáver *logo* depois de morto não é menor daquele do corpo vivo que êle foi. Também a complexidade parece necessária para o corpo vivente, mas não suficiente. Mesmo se construirmos moléculas das proteínas, não teremos, ainda necessariamente proteínas *vivas*. O que ainda tem de ser encontrado é o que distingue a proteína viva daquela não viva. Dizer que isso é a "capacidade de comer, sentir, lembrar, se reproduzir" é parecido com a resposta do Doente Imaginário de Molière à pergunta: porque o ópio faz dormir? Porque êle tem um "virus dormitiva". As tautologias não constroem ciência nenhuma.

8.6. — A já referida definição de vida como capacidade do comer, sentir, lembrar, se reproduzir, pode-se imitar em estruturas *totalmente físicas* que são os objetivos da cibernética, popularmente chamadas de *robots*. Esta possibilidade, que talvez começou com as famosas tartarugas de Grey Walter é a base da *hipótese robótica ou cibernética* sobre o que é a

vida, segundo a qual um corpo vivo é só um mamulengo, muito complicado, (na base carbono-água ou em outras bases), com uma fonte autônoma de energia com seus mecanismos de feed-back, e uma programação porventura autovariável (adaptação). Esta hipótese, além de perguntas alucinantes (quem construiu o robot? Pode um robot ser feliz? De quem eu sou um robot?) tem um ponto fraco e sem remédio: podem-se imitar, sem limites, tôdas as operações de um ser vivo as quais *podem* ser reduzidas aos invariantes físicos (incluindo Física Química), mas não as operações que *não podem* ser reduzidas aos invariantes físicos, se essas existem. Para que aquela hipótese vigore, é necessário *postular* que esta segunda classe de operações não exista, e que na vida tudo é físico e químico. Ora, isso era justamente o que era necessário demonstrar. Outra tautologia que não serve para construir ciência. Não é impossível construir um cachorro-robot, com pulgas e tudo, que abane o rabo só quando vê a mim, e late de alegria e pule: mas eu sempre saberei que aquela alegria é uma ficção, uma mentira, não do cachorro-robot, mas minha comigo mesmo. Portanto, na hipótese robótica permanece a pergunta até agora sem resposta: o que é que distingue um robot de um ser vivo?

8.7. — Ao longo das "*linhas de existência*" que, no Universo biológico são o análogo das linhas de Universo físico, em virtude do teorema do Nada teriam de existir *princípios conservativos* análogos àqueles que vigoram no Universo físico. O conhecimento desses princípios conservativos seria tão importante para as ciências do Universo biológico quanto são para as ciências do Universo físico. Mas além dos princípios conservativos físicos, que ainda são válidos para os corpos vivos, não conhecemos ainda nenhum outro que caracterize a vida em oposição à não-vida. Por exemplo: o mesmo conceito de "quantidade de vida" não parece ter um sentido que vai além do conceito de "bio-massa", como sendo a soma das massas viventes em determinado habitat. Tanto menos parece ter sentido um hipotético "princípio de conservação de vida ou da bio-massa". Nem tampouco parece ter algum valor um outro hipotético "princípio de conservação da complexidade", ou outros desse tipo. No Universo biológico encontramos *sintomas*

*de princípios conservativos* na esfera dos instintos, conservação da vida individual e conservação da espécie. Mas êsses “princípios conservativos” estão justamente fora da esfera do que de físico há no biológico, pois êles subsistem na esfera das *emoções* (conscientes ou subconscientes) que pertence ao *algo a mais* da biológica em relação à física. E não se conhece nenhum invariante numeral com que expressar êsses “princípios conservativos”.

8.8. — Para distinguir a causalidade física (*determinismo*, veja 7.11.) daquela biológica pode-se introduzir somente uma nomenclatura, por exemplo: *finalismo*, sem dar muito pêso a esta palavra.

8.9. — Além da dinâmica do corpo físico dos seres vivos, dinâmica igual àquela física dos seres não-vivos, no Universo biológico existe, e é bem característica, a *dinâmica da espécie*, que podemos indicar como o conjunto, das *fôrças evolutivas* às quais uma espécie é sujeita. Também neste assunto encontram-se juntas uma analogia e uma profunda diferença entre o Universo físico e o biológico. Com efeito, é bem conhecido o conceito físico de *fôrça* como sendo “menos o gradiente de uma energia potencial”. Definido um potencial, é definida automática e incondicionalmente a *fôrça* correspondente (mas não vice-versa, em geral). Portanto a percepção experimental da existência de uma evolução biológica sugere que existam *fôrças evolutivas*, e essas sugerem que existam *potenciais biológicos*, cujos “gradientes” definem aquelas *fôrças* (à parte o sinal). Ora, êsses potenciais biológicos são atualmente conhecidos, pelo menos, em parte, como sendo devidos às posições das quatro “bases” entre as duas espirais do DNA, cuja “fita” contém o “código para construir um vivente”. Cada mudança de posição das quatro “bases” do DNA corresponde a uma *mudança genética* e portanto a mudança (= “gradiente”) dessa posição é uma *fôrça genética*. O grande número de “bases” do DNA faz com que essa *fôrça* seja imensamente complexa, mas isso não altera o conceito geral. Portanto há uma analogia entre *fôrças físicas* e *fôrças evolutivas*. Todavia não é mais do que uma analogia, pois há nos dois casos uma grande diferença. No caso físico a energia potencial (cujo gradiente defi-

ne uma *fôrça conservativa*) é um dos têrmos do teorema da energia total, que é um *invariante*. Mas no caso biológico o “potencial” não tem liga ao nenhuma com nenhum conhecido hipotético princípio conservativo.

8.10. — Essas diferenças entre o Universo físico e o Universo biológico confluem em criar um problema até agora sem solu ao: como “explicar” a *transi ao* entre não-vida e vida para aquela parcela do Universo físico que se encontra envolvida na aventura do viver? O caráter grupal das leis físicas (veja 7.10.) faz com que a simples “complexifica ao” de moléculas fortuitamente formadas seja uma razão *insuficiente* para aquela transi ao, por causa da diferença termodinâmica (veja 8.4.), a das graves diferenças em rela ao aos princípios conservativos, como foi já declarado em 8.5. Por outro lado, a transi ao da não-vida para a vida não parece ser um fen omeno universal e inevitável, pois agora sabemos (ou quase) que pelo menos a Lua não tem vida, e porisso o fato de aquela transi ao ter acontecido e continuamente acontecer na Terra torna-se ainda mais problemático, fazendo parte do problema geral sôbre as *origens da vida*. Sôbre o qual problema a única coisa razoável que podemos dizer é que *não sabemos*; pelo menos por enquanto.

## 9. — *As ciências do Universo Sociológico*

9.1. — No esquema indetermina ao-quantiza ao-tempo, relativo a um Universo Sociológico, observa-se a forma ao de *unidades sociológicas* que se perturbam rec iprocamente, e também a existência da coordenada do tipo temporal (unidirecional) que chamamos *história*. Por sua vez, a indetermina ao parece como devida à troca não s o de *produtos e informa oes* mas também de *intera oes diretas* entre unidades sociológicas sob as formas de coopera oes, conflitos, integra oes, culturas, etc. é característico do Universo Sociológico o fato pelo qual os “quanta”, cuja troca origina a indetermina ao, atuam não s omente no instante de tempo físico em que êles são realizados, mas continuam atuando, formando um sempre ativo *patri on io* de intera oes, conhecido nos seus diferentes aspectos,

por exemplo: o *patrimônio gênico* ou *racial*, o *patrimônio histórico, cultural, econômico*, etc.

9.2. — Um Universo sociológico apresenta um evidente *invariante histórico*, que é o conjunto das sequências temporais dos acontecimentos relacionados com cada unidade sociológica e com um conjunto delas. Esse invariante é representado por *números ordinais* que constituem as *datas* da história da unidade e do grupo. Caso seja possível ordenar as sequências temporais da história por meio de sequências causais, então em lugar de uma Ciência histórica puramente classificadora ou *Crônica*, ter-se-á uma ciência por causas e efeitos, uma *História racionalizada* como nas tentativas de G. B. Vico ou K. Marx.

9.3. — As *datas exatas* constituem a *verdade histórica*, que independe da “interpretação” causal das sequências temporais. As sucessivas aproximações da verdade histórica (veja por analogia 7.7.) são o objeto de ciências históricas especializadas, como a Arqueologia, a Paleoantropologia, a Paleogeografia, e aquelas que analisam os “monumentos” das culturas, inclusive os monumentos literários e o folclore.

9.4. — O esquema indeterminação-quantização-tempo determina *estruturas* sociológicas descontínuas (veja 2.4. III) cuja classificação pertence a outras ciências sociológicas especializadas, do tipo taxionômicos, que são as *ciências jurídicas e políticas*.

9.6. — Cada unidade, derivada da quantização produzida pela indeterminação sociológica, e portanto pertencente a uma estrutura sociológica, aparece à experiência como sujeita a mudanças e evoluções, isto é, como sujeita a uma *dinâmica sociológica*. A ciência que procura uma representação mental desta dinâmica é propriamente aquela chamada *Sociologia*. Os observáveis da Sociologia do tipo estatístico, podem ser expressados numericamente por *distribuições* (veja 6.6.), tendo funções de distribuição das mais variadas, como aquelas estudadas por Pearson. Lembrar-se da observação 7.12.

9.7. — A dinâmica sociológica é representação mental da experiência que temos de unidades sociológicas que mudam ou não, por “fôrças internas” ou por interações com outras unidades sociológicas. Por exemplo, as sociedades de abelhas e as das formigas *não* mudam como estruturas internas, mas têm intensas interações com o universo exterior e com as outras sociedades semelhantes. Pelo contrário as sociedades humanas mudam e interagem. As mudanças internas das unidades sociológicas passam sob os nomes de *progresso* ou *desenvolvimento*, enquanto as interações entre unidades sociológicas chamam-se relações sociológicas ou às vezes *conflitos, alianças*, podendo existir relações *quase-simbióticas* entre unidades que permanecem distintas, e relação *integrantes* entre unidades que tendem a se fundir geneticamente ou culturalmente. A representação mental desses fatos experimentais pretende responder aos problemas: é possível estabelecer uma correlação causal para as sequências do “progresso”? É possível *prever* as reações sociológicas e o efeito ou resultado delas? Se aquela representação chegar a responder a essas perguntas, então ter-se-á criado uma ciência da sociologia, que pode *explicar e prever* o porvir sociológico, sempre permanecendo válida e ressalva pela qual as explicações e previsões sociológicas são de caráter estatístico, e portanto não são incompatíveis com a eventual imprevisibilidade dos singulos termos (indivíduos ou ações) de um conjunto sociológico que forma uma unidade.

9.8. — Para que seja “científica”, embora que nos limites da ressalva feita já, uma representação sociológica deve se poder expressar numericamente em termos de distribuições (veja 6.5.), porque essa é a condição para termos uma previsibilidade (veja 9.6.). Em particular, para que a *dinâmica sociológica* (prescindindo das ciências sociológicas puramente classificatórias), (veja 9.2, 9.3, 9.4.) seja uma ciência numeral é necessário poder definir as *fôrças sociológicas* como as causas de todas as mudanças sociológicas, inclusive progresso, desenvolvimento, conflitos, etc. Ora, se aceitarmos a continuidade de racionalidade do real, as fôrças sociológicas terão uma definição análoga à das fôrças físicas (veja 8.8.)

e portanto será necessário antes de tudo encontrar os *potenciais sociológicos*, cujos “gradientes” definem as forças sociológicas (à parte o sinal), e além disso terão de se encontrar *princípios conservativos sociológicos*, para que a dinâmica sociológica seja representável com “equações”, isto é numericamente, como ciência numeral. Esses princípios conservativos serão um caso particular do Teorema do Nada. (veja 5.4.). Não parece que esses princípios conservativos sociológicos tenham sido ainda encontrados.

9.9. — É um puro postulado, aliás em contradição com a complexidade experimental dos Universos sociológicos, que os potenciais sociológicos tenham necessariamente de ser reduzidos *a um potencial*, e que portanto haja *somente um tipo de força sociológica, unidimensional*. Este postulado arbitrário (por nada “científico”) fica bem na base de muitas tentativas de construir uma *dinâmica sociológica unidimensional*, que tem exemplos históricos dos mais notáveis, como (I) a hipótese teocrática; (II) a hipótese classista-econômica ou marxismo, e a variante tecnocrática; (III) a hipótese sexual ou freudismo; (IV) a hipótese racista ou hitlerismo; (V) a hipótese dos ciclos históricos, de Vico; (VI) a hipótese kármica, do hinduismo-budismo; (VII) a hipótese fatalista, do “maktub”, do Islam e também de Leibniz; (VIII) a hipótese do “nada-faz-sentido”, do existencialismo. E naturalmente há e haverá muitas outras possíveis hipóteses “unidimensionais”, como aquela, admirável até um certo ponto, de Ariano Suassuna: tudo vem do medo. Medo de morrer, medo de sofrer, medo da fome, medo da solidão... E não precisa ser muito científico para saber que há pelo menos quatro forças que movem o “mundo”: o sexo, o dinheiro, a vontade de dominar e a inveja (às vezes chamada justiça). Ora, é bem possível que todas ou quase todas aquelas hipóteses sejam *necessárias*, para representar o Universo sociológico (humano), mas nenhuma delas, ao que a experiência diz, parece suficiente sozinha, para esta tarefa.

9.10. — Alguns aspectos limitados da dinâmica sociológica têm as características de fenômenos físicos bastante bem conhecidos, e podem ser representados numeralmente por

esta razão. São aqueles fenômenos sociológicos que derivam da *propagação* ou *difusão* de observáveis sociologicamente identificáveis como objetos de comércio de bens e serviços, de troca de culturas, de movimentos de populações, de pressão demográfica, de influência de acidentes naturais relevantes (catástrofes, secas, etc.) e outros.

A maioria dos fenômenos econômicos é incluída possivelmente nesta classe, que tem uma analogia com os fenômenos de propagação (de ondas ou de calor) e os de difusão (de gases, de neutrons, etc.). Conhecendo as condições de contorno, e dando aos coeficientes necessários um significado ao alcance da experiência, talvez podem-se prever numeralmente os efeitos de causas econômicas, ecológicas e demográficas ou de outro tipo sobre as unidades sociológicas.

Naturalmente, esta representação numeral é possível porque para esses aspectos limitados do Universo sociológico existem *invariantes*, que são os *patrimônios* (inclusive os recursos econômicos, geográficos e tecnológicos (veja 9.1.)). Com isso porém, não queremos dizer que já, desde agora, as ciências sociológicas dessas áreas limitadas, em particular as *ciências econômicas*, sejam na fase numeral acima descrita como *possível*, pois como em muitas outras “sociologias” ainda parece prevalecer a eloquência e a propaganda em lugar de uma representação matemática.

9.11. — Ciências e técnicas relacionadas como os Universos Sociológicos são aquelas que concorrem à *teoria das comunicações e das informações* (por exemplo veja os clássicos trabalhos de Shannon). Entre as comunicações é necessário incluir as Artes (veja “Posição de Ciência na Filosofia do Homem, Estudos Universitários vol. 6 (1968) p. 110).

## 10. — *As Ciências abstratas*

10.1. — Na protolinguagem do homem, as operações das classes B, C, L (veja 1.2.) são tão “fatos” quanto as observações da classe S. Em termos um pouco rudimentais mas expressivos, podemos relatar esta afirmação dizendo: é tão fá-

cil e espontâneo pensar quanto ver ou sentir. Nos dois casos não é necessário saber como se faz, para *saber* pensar ou ver ou sentir. Todavia há duas diferenças importantes. Definimos como *mente* a coisa que pensa, isto é que atua as operações B, C, L. Na experiência humana, para pensar é suficiente deixar a mente pensar, isto é o que se expressa dizendo que não há *necessidade* de um *estímulo* para pensar, que não seja algo de pertencente à mente mesma. Tanto que às vezes é um problema sério fazer com que a mente *não* pense. Pelo contrário as experiências sensoriais (classe S) precisam de um *estímulo*, isto é, da interação com alguma coisa homogênea no sentido 2.3. Tanto que se a gente, por exemplo, *vê* coisas sem “estímulos”, é bom que também veja pelo menos um oculista. Esta é a primeira diferença entre classe S e a mente. A segunda é que as operações de classe S não podem ser objeto de si a si mesmas, enquanto a mente pode ser objeto de si a si mesma, (no sentido de objeto, definido em 2.1.). Não vejo o *vê*, não toco o tocar, mas posso pensar no pensar. Se costuma dizer que as operações da mente podem ser *reflexas*, mas não as de classe S.

10.2. — O esquema indeterminação-quantização-tempo é permanentemente eficiente na atividade da mente e de maneira *sui generis*, entre as operações de classe S e as propriamente da mente, justamente, no sentido definido em 3.3.-5, porque a mente procura gerar *representações mentais* dos outros Universos. Ora, essas representações mentais não dependem só da atividade da mente, mas também das perturbações ou “informações” que todas as classes de operações da protolinguagem apresentam à mente. De maneira que uma representação mental muda continuamente com o acumular-se das referidas informações. Se a recíproca interação entre mente e informações de um certo “objeto” chega a um limite de representação que é ou parece ser estável, então essa representação chama-se *idéia ou conceito abstrato de 1ª ordem*, do objeto daquele tipo. A referida interação mente-informação chama-se *abstração de primeira ordem*. Um problema, que não será tratado aqui, é o seguinte — pode a abstração de primeira ordem ser imitada ciberneticamente?

10.3. — Pela operação R (semântica) cada conceito abstrato pode ser representado por um *símbolo* ou quantitativo ou qualitativo.

10.4. — O conceito abstrato de 1ª ordem é um limite, como foi dito em 10.2. isto é, o que se chama *abstração completa de 1ª ordem* nunca é alcançado, em teoria, pois este limite é um assíntoto. A abstração real de 1ª ordem é sempre *incompleta*, em outras palavras, os conceitos abstratos de 1ª ordem são sempre *aproximados*, e a *verdade mental*, é um *assíntoto* como no caso físico (7.7.).

10.5. — Pelo caráter reflexo (veja 10.1.) das operações mentais, os conceitos abstratos de 1ª ordem podem ser objeto êles mesmos de atividade mental, com uma perturbação-informação recíproca entre conceitos de 1ª ordem, que se sobrepõe à perturbação-informação entre conhecimento empírico e mente. Segundo o esquema indeterminação-quantização-tempo, a perturbação-informação reflexa gera uma quantização mental de segunda ordem, isto é, uma *abstração* (sempre incompleta) *de segunda ordem* como representação mental da relação entre conceitos abstratos da primeira ordem, usualmente chamada de *Lógica de 1ª ordem*.

10.6. — Sempre pelo caráter reflexo das operações mentais, os conceitos abstratos de 2ª ordem interagem entre si ou com outros de 1ª ordem, e, segundo o esquema indeterminação-quantização-tempo, geram-se por quantização *conceitos abstratos de 3ª ordem*, isto é uma *Lógica simbólica*.

10.7. — Êste processo parece indicar uma possibilidade geral de *conceitos abstratos de ordem N*, como gerados por “abstração” sobre conceitos abstratos de ordem (N-1), sendo que os de ordem zero podem ser identificados com o conhecimento empírico, não-abstrato. As correspondentes *Lógicas serão Lógicas de ordem N*. Cada Lógica é semânticamente representada por uma *linguagem*.

10.8. — Cada Lógica de ordem N é um conjunto de *axiomas* e de *regras de um código* para a aceitação ou recusa de conceitos abstratos de ordem (N — 1), e das relações e se-

quências entre os mesmos conceitos. A “dimensão” sôbre a qual a mente observa as sequências e as aceita ou recusa é a dimensão “temporal” da lógica de ordem N, segundo o esquema indeterminação-quantização-tempo. Êste “tempo” é caracterizado pela *unidirecionalidade* das *sequências lógicas* que é percebida como *demonstração*. Neste sentido, a percepção do “tempo mental” coincide com a percepção da chegada a uma conclusão, sendo as correlações causais representadas por demonstrações lógicas que ligam alguns conceitos “anteriores” (= premissas) a outros “consequentes a êles” (= conclusões). Quando a demonstração fôr acompanhada pela percepção de *certeza* (classe T), a demonstração chama-se-á *Teorema*.

10.9. — O conjunto dos conceitos abstratos de ordem N e da correspondente lógica de ordem N, *chamar-se-á* Universo mental de ordem N. O conhecimento empírico (4.1) pode ser aceito como Universo mental de ordem zero. Mas se existirem elementos comuns a todos os Universos mentais, isto é elementos em que todos os Universos mentais (inclusive o de ordem zero) se intersecam, então êles constituem uma lógica única que chamaremos *Lógica U*, incluindo axiomas e regras válidos para todos os Universos mentais (veja 3.3.). A esta Lógica U relacionam-se as afirmações do tipo “a natureza é Lógica” (veja “As Simetrias”, *passim*).

10.10. — *Os axiomas* representam hipóteses (veja 3.8. e 4.1.) pertencentes às diferentes tentativas de encontrar uma representação mental de um Universo qualquer. Os axiomas da Lógica U chamam-se *Princípios* (às vêzes *Princípios Primos*).

10.11. — A existência da Lógica U é *constatada* como tôdas as outras existências, veja o parágrafo 3 e a experiência que corresponde a essa constatação é aquela com que se observa a *continuidade de racionalidade do real*, (já citada numerosas vêzes nos parágrafos anteriores), por exemplo através da conservação do esquema indeterminação-quantização-tempo ou da correlação entre simetrias e leis físicas. Não parece possível uma demonstração da Lógica U a não ser pela referida constatação existencial, ou como poderíamos dizer,

na dimensão “temporal” da mente, a Lógica U é anterior a qualquer outro Lógica. Parece também legítimo identificar a lógica U com um dos *invariantes mentais*, cuja existência justifica tanto as demais representações mentais quanto as possíveis *ciências abstratas*.

10.12. — Justamente com a Lógica U, o Universo mental tem outro invariante relacionado com a *memória* (classe M), mas não exclusivamente de caráter mnemônico. Com efeito, as representações mentais da ordem qualquer, que *sucessivamente* (na coordenada temporal física e naquela do Ego) se depositam na memória, tornam-se elas mesmas objeto de atividade mental e interagem entre si pelo usual esquema indeterminação-quantização-tempo, produzindo um conjunto que tende progressivamente a uma certa unidade conhecida como *Conceituação do Mundo*, (*Weltanschauung*), ou simplesmente “experiência pessoal”.

10.13. — Os *princípios conservativos* num Universo mental, para a “experiência humana”, não são distinguíveis dos princípios conservativos do Universo do Ego. Na mesma experiência é difícil distinguir as *fôrças* que atuam separadamente sôbre a mente e sôbre o Ego, isto é, os *interesses*, as *curiosidades*, a *necessidade de entender e compreender*, a *angústia* de determinados problemas, etc.

10.14. — Representações mentais numerais pertencem a ciências abstratas numerais, usualmente chamadas *Matemáticas*. Pelo caráter reflexo de atividade mental, os mesmos números (cardinais, ordinais, topológicos, distribuições, grupos, símbolos de qualquer espécie representando operadores, etc.) podem ser objeto das Matemáticas, divididas em especializações segundo diferentes critérios, mas sempre compreendidas no conceito genérico de Matemáticas. Todavia não há nenhuma justificação para a afirmação que tôdas as ciências abstratas devem ser Matemáticas, porque nem todos os observáveis são numerais (veja o parágrafo 6º).

10.15. — Todavia, embora sempre haja possibilidade de encontrar uma representação mental de todos os possíveis

Universos de todos os tipos possíveis, e portanto de construir ciências abstratas de todos os tipos possíveis, a *existência real* (no sentido 3.6.) dos termos de cada possível Universo é além das possibilidades de tôdas as possíveis Lógicas, o que se costuma expressar dizendo que a existência das coisas reais é *arbitrária*. Esta *insuficiência das Lógicas* em relação à existência não é portanto objeto de nenhuma Lógica, mas só objeto de experiência, e poderá ser um dos pressupostos para uma Metaciência.

10.16. — Talvez a insuficiência das Lógicas tenha um outro aspecto pouco esclarecido agora, no “fato” seguinte. Cada pesquisador tem a experiência de ter dedicado muito trabalho para *encontrar a demonstração* de alguma coisa da qual tinha certeza antes de tê-la demonstrado. Os orientais afirmam que há meios para chegar à certeza independentes da Lógica: os ocidentais não acreditam nisso. Mas todos aceitam a existência de certezas prévias a toda demonstração.

## 11. — *As Ciências Psíquicas*

11.1. — Como já foi dito em 2.4. (V), o esquema indeterminação-quantização-tempo no Universo psíquico é uma experiência, isto é, a solidão do Ego e a percepção da *unidade* dele. Por outro lado o “tempo” do Ego, como distinguível do tempo físico, do biológico, do sociológico (dos “outros”) e do tempo mental (“experiência pessoal”, veja 10.12.) é percebido como *permanência do Ego* ou com outras percepções analógicas (como “responsabilidade”, “personalidade”, etc.).

11.2. — Junto à permanência do Ego deve ser considerada a independência do “tempo” do Ego em relação aos outros “tempos”, entendendo por independência a percepção do não-existência de relações ou *medidas* recíprocas no sentido 6.2. Essa independência, não é somente uma percepção negativa (“não existência” etc.) mas é de fato uma experiência sui generis, tão “fato” como os outros “fatos”, que se chama *Liberdade*. O “tempo” do Ego não é comensurável com nenhum dos outros tempos, porque as correlações causais ao longo das outras coordenadas temporais não são comparáveis com

as correlações “livres” sobre a dimensão “temporal”, isto é irreversível, do Ego. Assim como as “fôrças” movimentam os outros observáveis do longo das outras coordenadas temporais (segundo a definição newtoneana de fôrça), de maneira análoga e “fôrça” chamada *vontade* movimenta os observáveis sui generis que são os “atos livres” ao longo desta coordenada temporal, irreversível, do Ego, mas com a diferença que enquanto as correlações temporais e causais das outras fôrças podem ser previstas, aquelas correspondentes à Liberdade são impossíveis de prever, a não ser estatisticamente. Aliás, mesmo a possibilidade de prever estatisticamente os atos livres ou melhor as distribuições dêles é limitada pela condição que os “Egos” que entram na estatística não devem ser conscientes e cientes dela, se não êles podem *livremente* subverter toda previsão, fazendo justamente o contrário do previsto, ou simplesmente algo de diferente e imprevisto.

11.3. — A “fôrça” que atua na dimensão “Liberdade” é experiência indicada por nomes como “a fôrça da vontade”. A fôrça da vontade pode mesmo mudar a estrutura do mundo físico sem violar as leis físicas, como está acontecendo ao planeta Terra, e acontecerá onde seja que o Homem chegar.

11.4. — Ao longo da coordenada irreversível (“temporal”) do Ego, temos de encontrar a *linha de existência do Ego*, análoga às linhas do Universo no Universo físico. Os *princípios conservativos* do Universo do Ego só podem ter sentido sobre essa linha de existência e o Teorema do Nada teria de rezar que uma vez que um Ego exista *sobre a sua própria linha de existência, êle não poderá deixar de existir*. Pois é.

11.5. — A existência de invariantes psíquicos e de princípios conservativos justifica a existência de *ciências psíquicas*, que nunca serão numerais quando seja excluída a previsibilidade. Portanto poderão existir as seguintes ciências psíquicas.

(I) — *Ciências psico-estruturais* sobre a estrutura de cada Ego isolado e dos seus “problemas”.

(II) — *Ciências das relações entre Egos* isolados.

(III) — *Ciências psíquicas estatísticas* de “comportamento” e sociológicas.

11.6. — Mas, na realidade, há somente uma ciência do Ego, aquela reflexa de cada Ego para consigo. E é uma ciência chamada *consciência*, onde, se verdade existe, ela está submergida num oceano de “porque e para que”.

11.7. — Nesta ciência, procurem um lugar para coisas como: certeza, felicidade, desejo, amor (ou o contrário dessas). E também para: Destino.

11.8. — A “liberdade” não tem imitação cibernética, nem obviamente numa estrutura de causalidade diádica (veja 3.3.), nem numa de causalidade de espectro, pois também neste caso a probabilidade de cada elemento de espectro é determinística, não livre. Quanto à possibilidade de imitação cibernética da “mente” veja o problema relatado em 10.2. Mas observe-se que o Ego *possui* uma mente como instrumento, enquanto êle é aquela “causa livre” que êle é, às vezes chamado com o nome bastante confuso de “espírito”.

## 12. — *A Metaciência*

12.1. — Pelo caráter reflexo das atividades mentais, se existem ciências deve existir a ciência das ciências. Esta será chamada *Metaciência* (veja G. Radnitzsky, *Ways of Looking at Science: a Synoptic Study of Contemporary Schools of Metascience*, Scientia, 104 (1969), p. 49).

12.2. — Se existe, a Metaciência deve ter as características de todas as outras ciências ou representações mentais. Por exemplo, não poderá ser pura e simplesmente uma “fé”. Ela (1) *deve* ter o grupo mínimo invariante necessário para todas as ciências, e (2) *deve* também conter todas as demonstrações ou resultados comuns a todas as ciências. Isto é, a metaciência “a priori” indicada em (1) deve ser compatível com a metaciência “a posteriori” indicada em (2). Esta compatibilidade será a mais geral representação da continuidade da racionalidade do real.

12.3. — A condição indicada em 12.2, acarreta que o número de ciências deve ser finito. Com efeito, se assim não fôsse, o número de ciências seria um número transfinito, do tipo Aleph. Então, indicando com *I* a Metaciência, ter-se-ia que a Metaciência a priori é representada por  $1 + \text{Aleph}$ , enquanto a Metaciência a posteriori, o será por  $\text{Aleph} + 1$ . Ora, sabe-se que  $1 + \text{Aleph}$  é diferente de  $\text{Aleph} + 1$ . Portanto o número de ciências não pode ser Aleph, isto é deve ser finito, diga-se *A*, para que seja  $1 + A = A + 1$ , como símbolo da continuidade da racionalidade de real.

12.4. — Os axiomas da metaciência são os *Princípios* (veja 10.10.), estabelecidos por tentativas ou hipóteses, para formar o grupo mínimo invariante da Metaciência.

12.5. — O código de regras da Metaciência é a Lógica U (10.9.).

12.6. — A Metaciência não implica nenhuma “explicação” da existência, que permanece arbitrária.

12.7. — Pertence à Metaciência e problema sobre a possibilidade de representar a *insuficiência das Lógicas* para “explicar” a existência, como *insuficiência ou incompletude causal* de todos os Universos acessíveis à experiência do Homem, em relação à existência. Se isso é possível, então gera-se tanto o problema teleológico (para que?) quanto o problema teológico (quem ou que coisa opera e operou a transição da não existência para a existência?).

12.8. — Sendo que muitas das ciências (ou todas elas?) tendem a um assíntoto de aproximação chamada “verdade”, é necessário admitir que a Metaciência também tende a um assíntoto que pura e simplesmente será *a verdade*. (Quid est veritas?).

## 13. — *As Paraciências*

13.1. — Existiram e existem estruturas de pensamentos e hipóteses (e talvez fatos), que “desejam” ser ciência, mas

talvez não o sejam, ou pelo menos não o são ainda. Chama-las-emos *paraciências*.

13.2. — Algumas são, talvez, ciências imaturas ou em formação, como a *parapsicologia* (às vezes chamada *Metapsíquica*).

13.3. — Outras são simplesmente ilusões. Não darei exemplo nenhum, porque “*mundus vult decipi*”.

14. — *Quase uma conclusão*

Tantas coisas aqui escrevi com tantos numerinhos que demonstram um obscuro desejo de uma metaciência “*more geometrico demonstrata*”, à la Spinoza. Mas tenho a angustiosa impressão de que me esqueci de alguma coisa, e das muito importantes. Isso me faz lembrar um fragmento de poema da poetisa grega Safo:

“Passaram os colhedores de maçãs,  
os colhedores passaram no pomar.  
Mas lá em cima, veja lá,  
no galho mais alto da macieira  
sobrou uma maçã, sòzinha, altaneira,  
não porque êles não quiseram colhê-la  
a mais linda, a mais bela,  
mas porque mesmo não poderam chegar  
até lá em cima, até lá”.

(Safo, *Fragmenta*, trad. livre de A.)

Lembraí-vos, desta maçã.

## Rio Branco, Diplomata-Geógrafo?

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

A pretexto duma comemoração há tempos programada, mas que não chegou a ser levada a efeito, induziram-nos a pôrmos em relêvo as virtudes geográficas da obra diplomática do barão do Rio Branco, que estabilizou e definiu no alvorecer da República as fronteiras até então incertas, flúidas ou litigiosas. Isso pode ser tentado, sem dúvida, mas com as devidas cautelas. Porque um panegírico pura e simplesmente geográfico, no caso, ressoaria assim como uma apropriação indébita dos méritos do estadista em proveito e favor da geografia.

Não seria lícito, com efeito, decompôr Rio Branco em vários tomos com o fito de isolar afinal um geógrafo, um geógrafo que eclipsasse o sóbrio homem de letras, ou suas limpas destrezas diplomáticas, ou ainda a particular sensibilidade que nêle se fêz prematura e permanente para temas históricos. Em relação aos estudos históricos, em verdade, é que seus pendorres vocacionais bem cêdo o orientaram. Não vagamente, aliás, e sim com norte certo, inspirado no culto que tinha pelo pai: solicitado, adolescente ainda, para assuntos de história diplomática sulamericana no que esta implicava problemas de limites. Não parece haver dúvidas de que, quando o visconde do Rio Branco fê-lo secretário da missão brasileira de 1870 ao rio da Prata, estipularam-se os rumos de sua experiência intelectual. O principal objetivo da missão era a execução do Tratado da Tríplice Aliança, celebrado no epílogo da guerra do Paraguai e no bôjo de cujas negociações jazia o denso rol de desentendimentos que levariam o Brasil e a Argentina a extremos quase abertamente hostis de questão militar.

Já antes, quer como estudante ainda, quer como deputado, ora através de pequenas monografias, ora pelas colunas d'*A Nação*, ocupara-se de problemas do Prata, principalmente histórico-militares, e firmara o propósito de corretivamente anotar a *Guerra da Tríplice Aliança* de Schneider. Depois da missão de 1870 nunca mais vacilou na escolha de caminhos. Seus dezessete anos como cônsul geral em Liverpool foram pródigoamente gastos em empenhos que o puseram em ligação com todos os principais grandes acervos de documentação histórica europeus, em visitas a bibliotecas, arquivos e museus, em estudos e decifrações de alfarrábios e veneráveis textos diplomáticos, em correspondência trocada com livreiros, autores, editores e colecionadores. Quanto ao Brasil, nesse particular, entendia-se epistolarmente com Capistrano de Abreu, mas, sobretudo, com o barão Homem de Melo, luminar da geografia entre nós àquele tempo.

Em breve seus projetos iriam além das simples anotações e retificações do livro de Schneider. Cogitou de escrever uma *História militar e diplomática do Brasil*, outra das campanhas navais e ainda um ensaio sobre a ação diplomática do Império. Semelhantes desígnios importavam na consideração do espaço geográfico sobre que se tinha processado a expansão colonial e importavam também na análise de como, em consequência dela, tinham afinal pulsado as linhas de tensão demográfico-político-econômicas ao longo das fronteiras. Precisamente aí o futuro advogado do Brasil no juízo arbitral de Washington situava o verdadeiro *pivot* das investigações que irresistivelmente o atraíam: planejou escrever um ensaio sobre a questão de limites com a Argentina e começou a reunir um copioso documentário que lhe consumiria vinte e cinco anos de pesquisas. Principalmente inventariando os subsídios geográficos que, sob a forma de mapas, levantamentos e demarcações de limites, se faziam indispensáveis à sua prudente informação histórico-diplomática.

A ressalva já feita de que jamais seria lícito o panegírico dum Rio Branco geógrafo — principalmente geógrafo ao lado do diplomata que foi, ou mesmo do pesquisador de história diplomática que está no lastro de sua formação e dos seus êxi-

tos —, a ressalva, esperamos, deixar-nos-á à vontade nesta altura para reivindicarmos pelo menos um pouco do barão à estrita cultura histórica propriamente dita.

Necessariamente solicitado pela essência mesma do processo de estabelecimento da base territorial da ocupação e da consolidação militar das posições, mergulhou Rio Branco num problema substancialmente geográfica. Às fronteiras, o que lhes comunica expressão jurídica é o fato de representarem soluções de continuidade entre soberanias confinantes. Em essência, porém, quaisquer limites territoriais apoiam-se em fatos da superfície geográfica. Seja nas formas mais simples, manifestas, como os talwegues ou os divisores d'água, seja quando consistem em linhas convencionais referidas ou não à rede das coordenadas.

Além disso, o processo histórico da evolução das fronteiras é o de uma evolução de formas de organização de espaços confinantes. Nenhum historiador, como historiador apenas, poderia entendê-lo de maneira abstrata nem haverá exemplo, cremos, de quem se tenha proposto a essa impossibilidade. É que, nesse domínio como no das especulações histórico-sociais sobre o povoamento, somente quando se levam em conta o espaço geográfico e as condicionantes que êste impõe às grandes linhas de acesso, circulação e ocupação, faz-se viável uma interpretação satisfatória. Uma interpretação científica, e não apenas narrativa ou cronológica.

No estado atual do desenvolvimento das ciências da terra e das ciências do homem, processos como o da evolução das fronteiras, ou do povoamento, seriam adequadamente considerados por equipes comuns de geógrafos e de historiadores. Há cinquenta anos atrás os estudos de Capistrano de Abreu sobre o povoamento colonial do Brasil ressentiram-se da falta de conhecimentos acêrca das disposições naturais do enorme palco obscuro por onde se desenrolaram as correntes dos povoadores, com suas linhas de maior ou menor resistência do meio físico, seus elementos repulsivos, impeditivos ou atrativos. As condições, em suma, de clima, hidrografia, relêvo, solos e vegetação, que comandaram o ritmo da progressão demográfica

e as diversidades de formas pioneiras de ocupação da terra. O que faltou, porém, a Capistrano não foi negligenciado por Rio Branco. Certo é que, assim sumariamente formulada, a alternativa poderá encobrir uma disparidade considerável na avaliação dos subsídios de que um não dispôs e o outro se valeu. A geografia de que não se socorreu Capistrano teria de ter sido uma soma de conhecimentos interdisciplinares assás complexos, tão extensivos quanto variados, sobre a paisagem física e ecológica de um vasto interior que mesmo nos nossos tempos ainda é pouco menos do que mal conhecido. Com Rio Branco, porém, o que de fato se entendia era geograficamente mais simples. Mais simples e melhor situado espacialmente, em faixas periféricas de tensão e fricção.

Como quer que seja, para uma estimativa do que representou a geografia das lindes territoriais no sucesso daquele a quem Rui Barbosa alcunhou de “*deus terminus* de nossas fronteiras” e “reintegrador do território nacional”, não é bastante experimentá-la em termos de mera abordagem eventual feita por historiador que se tivesse limitado a comunicar dimensões espaciais aos acontecimentos e aos problemas de que se vinha ocupando. Geografia e história viviam, no tempo de Rio Branco e do barão Homem de Melo, aqui como na pátria mesma já então da geografia moderna, que era a França, naquele estado de confusa promiscuidade que precedeu imediatamente à transformação da velha em nova geografia. As vigílias e interpretações de Rio Branco, cerradamente atentas aos relatos dos desbravadores e às vetustas cartas geográficas suscetíveis de possibilitar razoável contrôle do texto dos tratados, instruções e armistícios, são tôdas contemporâneas dessa promiscuidade que em vários planos se mantém ao longo da segunda metade de oitocentos e dos primeiros anos deste século, retardando o advento da geografia científica, isto é, da elaboração explicativa, e não apenas descritiva, do conhecimento geográfico.

Um desses planos foi o da convergência entre a tradicional geografia das sagas dos aventureiros, das crônicas dos descobrimentos, dos roteiros de viagens e dos relatos de naturalistas com a geografia geral das disponibilidades proporcionadas pelas ciências naturais em franco desenvolvimento nos fins do

século passado. Humboldt e Ritter, principalmente Humboldt, assinalam essa etapa de grande significado metodológico, mas pioneiro e incipiente ainda, sem mais sequazes, de resto, senão dez lustros mais tarde. Rio Branco, que conheceu a obra de Humboldt e que dos registos de um de seus livros se valeu no caso do Amapá, não se sentiu premonitariamente solicitado, todavia, por essa geografia científica para deslindar controvérsias acêrca de fronteiras.

Outro foi o plano logo em seguida desdobrado na eclosão dos estudos regionais rebeldes à inadvertida generalização de pretensos denominadores comuns de escala planetária. Estudos que decisivamente a partir de Vidal de La Blache, Emmanuel de Martonne, Lucien Galois, Camena d'Almeida, Max Sorre e outros, se detiveram nos diferentes estilos com que os complexos geográficos se apresentam no ecúmeno, compondo mosaicos de unidades bem diversificadas. Sendo de assinalar a circunstância de que, dessa consideração da “região” como um aspecto, também, da realidade, ressaltaram problemas elementares da organização do espaço pelo homem e a geografia humana assumiu foros de cidadania irrevogável. A evolução, nêsse particular, foi ainda metodológica mas não ganharia evidência, mesmo na França, antes de consumada a primeira década do século. Refletindo sobre a questão do Acre hoje, à distância, muito geógrafo moderno presentirá o valor de quantos e quão persuasivos argumentos teria a geografia regional talvez acrescentado às razões quase só políticas de que Rio Branco se serviu para alcançar o Tratado de Petrópolis.

Foi, porém, num terceiro plano, aliás conceitual, que a transfiguração da velha em nova geografia se fêz particularmente retardada: era o da já referida convivência com os estudos históricos, mesmo na cidadela, a França, da nada obstante já vigorosa evolução dum conhecimento geográfico em busca de conteúdos científicos próprios. De sorte que nem a emulação do pioneirismo de Humboldt nem o proselitismo da geografia regional de Vidal de La Blache se puderam fazer desembaraçadamente, malgrado se ministrasse na Sorbonne desde 1809 o ensino geográfico em nível superior.

Como assinala Harrison Church, até os começos do século XX as aulas de geografia na França “ou eram ministradas por historiadores, ou subordinavam-se ao ensino da história”, de modo que a geografia “era considerada como simples descrição das influências mesológicas, reais ou supostas, sobre o desenvolvimento histórico”. Cursos de “geografia histórica”, como os que se ministravam no Colégio de França, iam ao extremo de se desarticularem em disciplinas de “geografia histórica moderna”, como em Besançon, ou de “geografia histórica antiga e medieval”, como em Clermont Ferrand. Na verdade, quando não se restringia academicamente à origem histórica ou etimológica e à evolução dos topônimos, tudo quanto o ensino tomava por motivações eram as sugeridas pela expansão colonial francesa, na esteira do revez militar e político de 1870. Disputas coloniais, acarretando conflitos entre áreas de influência no ainda mal revelado *hinterland* africano, constituíam um clima propício ao assanhamento circunstancial da indiferenciação dos temas geográficos e históricos. Sem falar da assinalada presença da França em nossa formação cultural, era do mesmo gênero o clima que nos legara o Império: fronteiras latentes que se fizeram tensas, vivas e até perigosas no amanhecer da República.

Colocou-se Rio Branco, portanto, em presença dos problemas solidariamente histórico-geográficos das nossas fronteiras à maneira por que, no Velho Mundo do seu tempo, muito erudito ilustre tomou posição em face da política ultramarina. E não só da ultramarina como igualmente da metropolitana. Himly, historiador professor de geografia que antecedeu Vidal de la Blache na Sorbonne, era supinamente interessado no ambiente geográfico da história, inclusive o da história episódica, e só deixou trabalhos de verdadeira notabilidade no gênero de ensaios sobre as divisões políticas da Europa, recém-reajustadas.

Essa comunhão didática de estudos geográfico-históricos tinha fundamentos práticos até certo ponto, mas resultava metodologicamente numa espécie de equívoco. Na base estavam, com efeito, valores comuns do velho humanismo, mas a indiscriminação conceitual dos objetos impedia a determinação a-

dequada das posições relativas. Daí a legião de eruditos de profuso saber polimorfo e desarticulado, dentro de cujos acervos de conhecimentos só como descritiva a geografia falava por si mesma, ao passo que pela pré-científica, ou para-científica, falava só confusa e temerariamente a história. Contudo, e como não tardaria muito que se reconhecesse à geografia seu verdadeiro papel de compromisso entre as ciências da terra e as do homem, o reparo não teria importância maior se não fôra o desfecho a que, em dado instante, começaram a chegar as veleidades de subordinar sem mais reservas à interpretação do espaço físico a análise temporal das mutabilidades e versatilidades da evolução humana. Porque bem cedo a história correu o sério risco de enfeudar-se àquele determinismo geográfico que ela mesma nutrira e que chegou até a erigir-se em doutrina com Buckle e seus sequazes, tal como na conhecida fábula do aprendiz de feiticeiro.

Contra isso, foi ainda na França que a reação teve lugar. Não pelos aprendizes de feiticeiro, os historiadores-geógrafos, mas por geógrafos só, que então havia, ou começavam a haver. Teve lugar categoricamente com Vidal de La Blache, que na sua aula inaugural de fevereiro de 1899, ao assumir a cátedra em que se jubilara Himly, proclamou o realce devido aos fatores geográficos no conhecimento do mundo físico concebido como “um encadeamento de fenômenos reagindo uns sobre os outros”, contestando-lhes porém, embora sem negar as influências deles sobre o comportamento humano, função determinista em matéria de interpretação e de crítica históricas.

Essa reação, contudo, não iria tampouco afetar Rio Branco, que naquele mesmo ano de 1899, perto já do apogeu de sua amadurecida obra diplomática, escrevia em Paris a primeira memória a ser submetida ao presidente do Conselho Federal suíço em defesa dos direitos do Brasil sobre o Amapá. O mais conceituado geógrafo francês com quem nesse tempo estabelecia relações era Élisée Reclus, que lhe fazia consultas para o capítulo destinado à América do Sul de sua famosa *Nouvelle Géographie Universelle*, propunha-o para membro da Royal Geographical Society, de Londres, e viria a ser um daqueles de quem o futuro Grande Chanceler se foi pessoalmente

te despedir quando embarcou para Washington a fim de assumir a chefia da delegação brasileira na questão das Missões. Embora o seu tanto já liberto da residual heterodoxia histórico-geográfica da época, os méritos de Reclus foram os do pormenor na informação, exposta de maneira agradavelmente descritiva: um tratamento, em suma, que Humboldt meio século antes havia superado.

No Brasil, fôsse como fôsse, a destreza de Rio Branco na utilização das referências geográficas de que se valeu para a fundamentação de suas memórias sobre as questões de limites com a Argentina, a Guiana Francesa e a Guiana Inglesa, comunicaram inusitado prestígio à geografia. Dum momento para outro, a disciplina aprendida nos liceus do Império à custa de monótonos esforços de memorização e sabatinas — como aquelas realizadas sob as vistas conferentes de D. Pedro II com o seu caderno de notas — apareceu revestida de especiais relêvos e de interesse utilitário prático. Tão especiais e decisivos que, como argumentos, prevaleceram até sobre tratados e exegeses de textos históricos arrolados em apoio das fronteiras contestadas.

Os títulos de posse, com efeito, com que Rio Branco pôs um fim aos sensacionais litígios das Missões e do Amapá — litígios sobre espaços nevrálgicos, como são as fronteiras em tensão — foram documentos geográficos. A ressonância causada pelas sentenças arbitrais de Cleveland e Müller vibrou de modo particularmente intenso na opinião pública empolgada por patrióticas indignações e pelo alarma geral ante a perspectiva de desentendimentos internacionais explosivos. O triunfo alcançado, dessarte, nas missões de Washington e de Berna resultou numa formidável consagração popular, que os panegiristas do barão sonoramente evocam. A geografia no Brasil teria de esperar muitos anos ainda pela cidadania científica que a evolução conceitual e metodológica já lhe tinham comunicado no além mar europeu. De qualquer modo, porém, participou das glórias de Rio Branco. Teve seu farto quinhão de popularidade, senão mesmo de crédito tardio. Saiu da obscuridade das reminiscências escolares puramente anedóticas para uma nova luz de prestígio e valia. Muito professor caturra, de óculos e redingote, terá assinalado isso triunfalmente perante

as classes de alunos até então céticos e enfasiados com a sua geografia de nomes para saber de cor.

Para estimar em escala aceitável a participação da geografia nos sucessos diplomáticos de Rio Branco não bastará medir os 900.000 km<sup>2</sup> assegurados ao Brasil no desenlace das questões do Amapá, do Acre, do Peru e da Colômbia: área equivalente quase à do Nordeste e à do Meio Norte reunidos, ou sejam mais de dez por cento do que atualmente se contém dentro das raias do país. É necessário também recuar, no tempo, além da inquietante contingência com que teve de arcar a República, instaurada, que fôra, precisamente quando a longa evolução das nossas fronteiras entrava em crise aguda e urgia determinar de uma vez por tôdas, *ad perpetuam rei memoriam*, os 16.000 km de limites territoriais da soberania brasileira.

Equacionado apenas, nos tempos coloniais, entre Portugal e a Espanha o problema complicara-se progressivamente em função de dez novos países confinantes. Abstraída a mais remota expressão que lhe fôra atribuída em nome do princípio *papa est dominus orbis* — a fronteira ideal de Tordesilhas — três personagens assinalam, na colônia, no Império e na República, a marcha do processo de delimitação territorial do Brasil em face dos seus vizinhos sulamericanos. Nesse processo, os momentos de participação de cada um daqueles personagens correspondem a três distintos estágios da evolução das fronteiras: das fronteiras ainda potenciais com Alexandre de Gusmão, latentes já com Duarte da Ponte Ribeiro e finalmente vivas com o barão do Rio Branco.

Do Tratado de Madride (1750) disse uma vez Jaime Cortezão que só levando em conta a excepcional cultura geográfica e cartográfica do seu artífice, Alexandre de Gusmão, será possível compreendê-lo e estimá-lo em sua justa medida. No instrumento, com efeito, a incerta linha ideal de Tordesilhas — que dividira o mundo em hemisférios antes de pressupostos ensejos de expansão do que de manifestas influências — cede lugar ao realismo de tomar por limites fronteiras naturais: “as origens, o curso dos rios e os montes mais notáveis”, como dispõe expressamente o preâmbulo. E, para a execução do esta-

tuído entre as partes, não se deveriam sustar ou retardar demarcações a pretexto de questiúnculas eventuais sôbre pequenas porções controvertidas. As fronteiras que se tratava então de convencionar eram potenciais ainda. Nelas não se refrata-vam vagas demográficas nem se positivavam, portanto, pelo menos na mór parte dos casos, choques de interêsses contíguos efetivos. Porisso as Instruções de 1758, aos comissários portu-guêses demarcadores do ajustado, recomendavam que se desprezassem os retalhos sôbre que não se fizesse pronto acôrdo com os agentes de Sua Majestade Fidelíssima, “contanto que a raia fique assentada pelos limites territoriais mais visíveis e perduráveis”.

Não se pense, no entanto, que o plenipotenciário de D. João V se permitia liberalidades perdulárias. É esta, pelo me-nos, a opinião do autorizado Cortezão, segundo quem o nego-ciador do Tratado de Madride prevaleceu-se astutamente das vantagens que levava a cartografia portuguesa para induzir os espanhóis à impressão de que resultariam bem mais vastos do que realmente eram os domínios reconhecidos à corôa de Cas-tela. Essa desavisada impressão reponta, efetivamente, do fa-moso “mapa das côrtes”, de 1749, cujas várias versões não coincidentes engendrariam um famoso mistério que caberia mais tarde a Rio Branco decifrar na questão das Missões, dei-tando abaixo os argumentos de Zeballos dentro dos seus pró-prios arraiais. O exemplar da versão portuguesa permutado com o da versão castelhana e destinado aos arquivos da côrte de Madride continha, realmente, erros propositados no sentido de “apoucar o terreno” reservado a Sua Majestade Católica e “engrandecer” também supostamente a porção atribuída aos espanhóis. A desproporção consistia em “encurtar as longitu-des a oeste do suposto meridiano de Tordesilhas”, artifício de que não se dariam conta os de Castela porquanto havia poucos anos sômente que a cartografia dera um passo avante nas téc-nicas de determinação das longitudes, com o método de calcu-lar a diferença de horas entre o meridiano local e o meridiano de origem, servindo-se dos eclipses dos satélites de Júpiter. Ora, êsse passo avante fôra dado, sob as reservas e sigilos ób-vios, pelos padres Diogo Soares e Domingos Capaci, matemá-ticos jesuítas trabalhando por conta de D. João V.

A malícia de Gusmão como que antecipa, na história di-plomática de nossas fronteiras, certo episódio sem dúvida mui-to mais inocente porém merecedor de igual menção. Quando ainda não podia ter sonhado sequer com papel que lhe seria reservado, onze anos depois, no litígio com a Guiana France-sa, o cônsul geral do Brasil em Liverpool fôra convidado por Levasseur a colaborar na redação de tópicos do verbete *Bré-sil* para a nova edição, que então se preparava, da *Grande En-cyclopedie Française*. Rio Branco dera conta de tudo: encarre-gara-se do resumo das explorações científicas, das divisões po-líticas, cidades principais, indústrias e vias de comunicação e exultava, afinal, com ter vencido as cominações do espaço que lhe fôra grãficamente reservado, pois conseguira para o Bra-sil 51 páginas, enquanto que sômente couberam 20 à Bélgica e 49 a tôda a Inglaterra. Comunicando isso em 1899 ao barão Homem de Melo gabava-se de que “a questão do Oiapoque fi-cou exposta de modo favorável ao Brasil em uma Enciclopé-dia francesa”, e segredava ao visconde de Ourém que “o ne-gócio do Oiapoque o Levasseur o engoliu todo, como V. Excia. verá, sem perceber que assina uma sentença favorável ao Brasil”.

Por outro lado, o artifício das longitudes de Gusmão e-voca uma outra habilidade do desempenho de Rio Branco na questão das Missões: não mais do ponto de vista duma pres-ciente sagacidade política, mas no que se refere à fundamen-tação geográfica de que o barão se serviu para deslindar tão acesa pendência. Enquanto o temível Estanislau Zeballos a-nunciava ter a Argentina descoberto, para submeter ao árbitro, mapas decisivos, Rio Branco detinha-se discretamente em cál-culos de longitudes para determinar, no velho “mapa das côr-tes”, o verdadeiro meridiano da foz do Peperi-guaçu. Pediu a Levasseur, de passagem por Nova York, que conferisse êsses cálculos e obtivesse deles confirmação, em Paris, pelo cartó-grafo Lejeaux. Proferido o laudo de Cleveland, revelará Rio Branco: “nesse trabalho assentei a parte mais decisiva da ar-gumentação submetida ao árbitro”.

Retomemos, porém, o interrompido resumo da evolução das fronteiras. No século XIX, consumada a emancipação das

colônias sulamericanas, seus numerosos embriões de expansão funcionavam já ativamente, porém nas faixas confinantes os atritos apenas se prenunciavam. Assim, quanto ao Brasil, salienta Álvaro Lins como durante o Império êsse “processo histórico ainda não chegara — pelo desenvolvimento natural ou pelas descobertas de riquezas no solo disputado — ao momento de desenlace e solução”. Coube, então, a Duarte da Ponte Ribeiro como chefe, a partir de 1841, da secção dos negócios políticos da América na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, reencetar a tarefa dos demarcadores do Tratado de Madride. Das memórias escritas por êsse que foi o “fronteiro mór do Império”, no dizer de Castilhos Goycochêa, bem se vê como se preocupava com os sinais, ou mesmo só com os assomos de tensão fronteiriça em vários segmentos ainda não materialmente gravados em têrmos duma posse efetivamente manifesta por fatos de domínio e atos de jurisdição. Muito embora não pudesse haver dúvida de que, sem o *uti possidetis* e como diria depois o barão do Rio Branco, “o único princípio regulador seria a conveniência e a fôrça de cada nação”, não se deixou Ponte Ribeiro repousar desprevenidamente em pressupostos de ocupação prioritária, controvertida ainda em muitos casos. As tensões anunciadas definem, com efeito, fronteiras já pulsando, de modo que cumpria fazê-las riscar, documentar, mapear, porquanto seria em mapas, rigorosamente em mapas, que o Brasil teria de fundamentar em última análise os reclamos de sua soberania territorial.

À medida que se avança na reconstituição dêsse processo de evolução das fronteiras através de Gusmão, Ribeiro e Rio Branco experimenta-se cada vez mais a evidência de como todos três se inserem numa contigüidade de cunho tradicional comum. E compreende-se igualmente porque num país nôvo e sulamericano, de tão poucas perseveranças de ideais políticos e de tão frouxas vinculações com êstes no passado, detém uma singular importância aquêle espólio a que se dá o nome de “tradição do Itamarati”.

Vários são os juízos que, formulados por Jaime Cortezão acêrca do artifício do Tratado de Madride, se ajustariam também como uma luva tanto ao “fronteiro mór” quando ao Gran-

de Chanceler. Assim, por exemplo, aquilo de que coubera a Gusmão equilibrar o princípio do *uti possidetis de facto* com o das fronteiras naturais, exatamente o que fêz Rio Branco nas questões das Missões e do Amapá. Ou êste outro de que “os direitos sôbre um território impõem o dever correlativo do seu estudo geográfico”, porquanto “essa é uma das formas de exercer a soberania”, pois não aconteceu por mero acaso que o fundador e sortidor primeiro da mapoteca do Itamarati veio a ser Ponte Ribeiro.

Quando a República sobreveio havia só fixados, consumados, os limites com a Venezuela e o Paraguai. Nem mesmo com o Peru o Tratado de 1851 lograra estabelecer lindes definitivas. Vivas estavam agora, vivas e contenciosas, cada vez mais inquietantes, no alto Purus e no alto Juruá; no território das Palmas, entre o suposto Peperi dos argentinos e o verdadeiro Peperi-guaçu; no extremo norte do país, entre o Amazonas e o Oiapoque, relíquia da controvérsia entre a doação feita por Felipe IV da Espanha a Bento Maciel Parente e as cartas patentes passadas por Henrique IV da França ao seu lugar-tenente La Ravardière; no extremo sul também, herança da aventura cisplatina na indecisa fronteira Mirim-Jaguarão; e ainda com a Colômbia e com a Guiana Inglesa, ao sabor dos desentendimentos geográficos sôbre o alcance recíproco do *uti possidetis*. Ao todo, sete litígios para a solução de seis dos quais o papel principal estaria reservado a Rio Branco, num tempo em que os impérios, à moda de Bismarck, dilatavam-se pela fôrça. Reservado ao Rio Branco das missões especiais, primeiro, nas questões com a Argentina e com a França, e ao chanceler, depois, na celebração de acordos diretos com a Bolívia, o Peru, a Colômbia e o Uruguai.

Missões, Amapá e Acre, os casos mais difíceis, são as peças maiores dos trofeus do consolidador do território. Conta-se que quando Floriano Peixoto, depois de ter pensado no barão de Ladário para advogado do Brasil na questão das Missões, cedeu a instâncias do visconde de Cabo Frio e escolheu o barão Aguiar de Andrade, êste teria murmurado: “vai ser o fim de minha carreira, porque esta é uma questão perdida”.

Não a perdeu, contudo, Rio Branco. Antes abriu com ela a sucessão dos êxitos de Berna e de Petrópolis e dos acordos políticos com os governos de Lima, Montevideu e Bogotá, acordos que somam sua obra pròpriamente dita diplomática, desenvolvida à base de negociações que se inspiraram obstinadamente no propósito de superar desconfianças e assegurar a amizade sulamericana. Através dêsses acordos mostra-se um Rio Branco que singularmente encarna os princípios mais caros às relações continentais do Brasil. Como o do convívio harmônico e fraterno, sob cujas inspirações reconhecemos e proclamamos, em favor dos nossos vizinhos, a livre navegação nas bacias do Amazonas e do Prata. Ou como o do condomínio uruguaio no sistema Mirim-Jaguarão, “gesto sem similar — qualificou-o A. G. de Araújo Jorge — na história diplomática do mundo”.

Na questão do Acre, porém, engendraram-se crises eletrizantes e grávidas de tendência explosiva. Em face delas não se deixou cegar pelos próprios sucessos o Rio Branco estadista. Enquanto Rui sustentava a necessidade de mais um apêlo ao juízo arbitral — certo, como estava, de que a despeito do Tratado de 1867 seria cabível sustentar direitos brasileiros sobre o Acre, fundados na configuração territorial como na ocupação pelos seringueiros — o Chanceler trabalhava sem parar em prol da conclusão dum acôrdo direto. Reconhecia êle, com efeito, naquela delicada conjuntura, que o território conflagrado pela reação armada de Plácido de Castro fôra formalmente atribuído à Bolívia. O que havia a proteger, então, não era uma identidade regional comum, mas sessenta mil seringueiros que tinham remontado os rios acreanos como vias naturais de penetração e ali haviam povoado, colonizado e explorado a selva amazônica ao largo do domínio efetivo da Bolívia. Em outras palavras, proteger uma situação de fato dificilmente reconhecível como de direito. “Não fazemos questão de território” disse então Rio Branco, pondo uma ênfase hábil na sustentação da querela; “fazemo-la de brasileiros”.

A tenacidade com que sustentou essa linha enfaticamente política na questão do Acre, em franco desacôrdo com a tese dum oráculo da estatura de Rui, suscitou ásperas campa-

nhas contra o Itamarati, que êle já então personificava plenamente. Uma amostra exemplar de azedume, senão mesmo de despeitos, demoradamente fermentados contra Rio Branco são aquelas expressões duma carta de 1906, escrita por Salvador de Mendonça a Feliciano Pena: “conhece a história, a geografia do Brasil, especialmente a colonial, e não deveria nunca ter saído do que bem conhece para o que tanto ignora”. Era como se conviesse advertir Rio Branco de que se tratava então de discutir direito comum, e de que se conservasse na sua merecida condição de escarafunchador de textos e de mapas, mas não se improvisasse em jurista ou político. O Chanceler, porém, manteve-se irredutível no propósito de negociar à base de compensações ainda quando onerosas; e as consequências do Tratado de Petrópolis deixariam afinal manifesto que o pessimismo de Rui fôra o de um mau profeta, tanto quanto o juízo de Salvador de Mendonça fôra o de um mau juiz.

Tínhamos disputado 142.900 km<sup>2</sup> e incorporado um total de 191.000 km<sup>2</sup>. Em troca dessa incorporação estipularam-se uma indenização, à Bolívia, de dois milhões de esterlinos, a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, a liberdade de saída para o Atlântico pela via fluvial do Amazonas e também a cessão, pelo Brasil, de cêrca de 2.300 km<sup>2</sup> não habitados por brasileiros, mas por bolivianos. Essa alienação territorial, duramente inquinada de mutilação sacrílega pelos adversários do Tratado, foi um dos estandartes da crise que se pretendeu ainda uma vez renovar, mas que depressa arrefeceu. A lógica de Rio Branco era fria e categórica: “se o título em nome do qual lhe pedimos a cessão das bacias do Acre e dos rios que ficam a oeste dêste era o de serem êsses territórios habitados e cultivados por cidadãos nossos, como poderíamos honestamente negar à Bolívia extensão muito menor, habitada e utilizada por seus nacionais?”

Direitos realmente fundados em títulos de posse, êsses foram apurados sobretudo nas questões das Missões e do Amapá. Direitos que tinham de ser demonstrados, como o foram, à base da documentação geográfica e cartográfica que exprimeira, nos tempos coloniais, as sucessivas fases da evolução das zonas fronteiriças. Perante Cleveland e Müller, com efeito, os

“títulos solenes de soberania” que decisivamente se exibiram foram os mapas. Não simples arrazoados instruídos por exegese jurídica de acordos internacionais, porém mapas, cartas geográficas, muitas ressuscitadas da poeira de séculos em que tinham jazido nos arquivos de Lisboa, Madride, Simancas e Alcalá de Henares.

A partir do de 1750, que tornara sem efeito o de Torde-silhas, a seqüela de tratados fôra de tal ordem que cada um revogava o anterior: El Pardo, Santo Idelfonso, até o de Badajós (1801), que não cogitara sequer de raias divisórias, na América, ao pôr um termo à guerra entre Portugal e a Espanha. Não seria, portanto, à custa dêles que se pudesse definir o espaço geográfico do *uti possidetis*. A verdadeira identidade do Peperi, no caso das Missões, como a do Oiapoque, na questão do Amapá, tinha de ser provada em função de registos geográficos.

É nêsse propósito, aliás, que avulta o trabalhador infatigável com que a tradição agigantou Rio Branco. O Rio Branco da cerrada correspondência com os arquivos. Dos emissários despachados no enalço de acervos históricos europeus, à cata de documentos conhecidos, ou suspeitados apenas, ou ainda sômente presumidos. Das longas vigílias ampliadas com a ajuda de lupas, rojado pelo chão sôbre mapas antigos e modernos, seguindo passo a passo rêdes de drenagem, êsquivos topônimos ribeirinhos, pontos de referência fugitivos. Do Rio Branco conferindo cópias de cartógrafos, esmiuçando descuidos, mandando refazê-las. E da penosa comparação interpretativa que remontou às cartas de marear e aos portulanos do tempo em que a cartografia era “prenda de pilotos” e daí pelos rios das bandeiras e trilhas de selvagens — os “riscos de mineiros” a que se referira Alexandre de Gusmão — até as partidas de limites do século XVIII.

Sua memória *Questão de limites entre o Brasil e a República Argentina*, apresentada em 1894 à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos, foi recheiada espessamente de cartas geográficas e a propósito delas desfilam cartógrafos, cosmógrafos, matemáticos, gravadores e impressores, de Ams-

terdão, Paris, Roma, Augsburgo. Desfilam d’Anville, de l’Isle, Palomares, Olmedilla, Azara, Cabrer, Pacheco e Maraval; e mais Caraffa, Retz, Tamburini, Quiroga, junto com Seutter, Gerard Coeck, Petroschi, Franceschelli e Bellini. Na questão do Amapá são duas as demonstrações que faz, perante o govêrno da Confederação Helvética, ambas densamente instruídas por documentação geográfica; do sexto volume da primeira dessas memórias sôbre as fronteiras com a Guiana Francesa constam, dizem os registos, 86 cartas geográficas, 14 das quais anteriores ao Tratado de Utrecht (1713).

Mais tarde, no govêrno de Rodrigues Alves, quando vacilava em aceitar a pasta das Relações Exteriores, escreveu Rio Branco a Frederico Abranches queixando-se, entre outras coisas, da inexistência de uma secção geográfica no arquivo do Itamarati. Afinal investido no Ministério, compôs em redor de si o bizarro ambiente em que o situam todos os seus biógrafos: a sala, que media cento e vinte metros quadrados e continha quatorze mesas atulhadas de livros e de mapas, singularizava-se por aquela mesma desordem que, já em Paris, surpreendera Eduardo Prado afinal convencido de que era apenas aparente. Com um certo famoso castiçal que ia de mesa em mesa para acender os duzentos cigarros fumados cada dia. E onde o médico Fernando Magalhães assustou-se, uma vez, deparando o barão de bôrco no assoalho: adormecera em cima dos seus enormes mapas. Será, de resto, nêsse contagioso convívio de esmiuçador de cartas geográficas que Euclides da Cunha, sócio de seu mais freqüente *entourage*, sente-se um dia “muito doente de mapite aguda” e continua “a realizar, à sombra de Rio Branco, os seus sonhos de geógrafo, historiador e escritor”.

# O Liberalismo Econômico no Brasil

VAMIREH CHACON

Duas contradições básicas minam o liberalismo econômico brasileiro, desde suas origens: uma contradição teórica e outra prática, embora ambas se interpenetram. A saber: nossos liberais econômicos eram, geralmente, conservadores políticos; e sua defesa do "laissez-faire" ocorria numa situação sócio-econômica onde já campeava o intervencionismo estatal. Eis o que nos propomos a provar, ao longo destas páginas, usando material esquecido e nunca utilizado para este fim.

Selecionemos as figuras mais representativas do pensamento econômico brasileiro, no século XIX, para comprovação da tese: o Visconde de Cairu, de importância notória; Pedro Autran da Matta Albuquerque, durante décadas pontífice máximo da teoria econômica professoral, doutrinando a partir da Faculdade de Direito de Olinda/Recife; Karl von Koseritz, grande líder liberal teuto-gaúcho; e Henrique Millet, um dos engenheiros franceses, da Missão Vauthier, que ficaram no Brasil. Incidentalmente, outras figuras serão também analisadas.

José da Silva Lisboa mereceu, há pouco, breve porém percuciente estudo de autoria de Antônio Paim <sup>(1)</sup>. Concordamos com suas linhas gerais; a elas desejamos acrescentar aqui alguns retoques.

Cairu tentou ser um clássico brasileiro, bisando entre nós a façanha de Smith, Ricardo e Malthus, mais que a de Jean-Baptiste Say, o qual só depois acabaria predominando no Brasil, trocando em miúdos latinos as elucubrações anglo-saxôni-

cas dos seus inspiradores. Para Cairu, Smith era o “mui principal Mestre na Economia Política”. Daí que “A Economia Política (também ao seu ver) só se propõe o promover (sic) a *Riqueza das Nações*, e não a dos indivíduos, que depende de casualidades e circunstâncias...” (2).

Embora considerando a “Sciencia Economica” “hum ramo de Jurisprudencia”, não lhe faltava aquêlê raciocínio geométrico ricardiano, conforme o apontou Nogueira de Paula (3). E para fugir a qualquer acusação de determinismo, procurou talvez maliciosamente justificar a smithiana “mão invisível”, com as citações do Antigo Testamento... Passando em seguida à análise das tais “causas da riqueza das nações”, não numa paráfrase de Smith, porém de qualquer modo ao longo das linhas clássicas do valor-trabalho, apontadas por Paim, desemboca inevitável defesa do “livre comércio”, à qual hoje chamaríamos “livre competição” ou “concorrência”.

Entretanto, no meio do seu otimismo clássico, o Visconde logo percebeu a impossibilidade de tudo simplificar: a “fertilidade do paiz, e benignidade do clima”, a localização geográfica (“situação vantajosa para as comunicações interiores, e exteriores”), a ausência de escravidão (“civil, doméstica, e de gleba”), a estabilidade política, a Paz e “Alliança e amizade com as Nações mais adiantadas em civilização, e riqueza”, contribuem igualmente para a prosperidade coletiva... Não se tratava, portanto, de alguém hipnotizado pela magia estrangeira. Tanto assim que Cairu chega ao ponto de abordar, embora com prudência, o que atualmente classificaríamos de Reforma Agrária: “Divisão das terras, proporcionada, mas não excessiva, sem obstáculo e aquisição por tôdas as classes com o menor possível número de que se dizem *Bens Vinculados, Baldios, e de Mão-Morta*, quanto seja compatível com a Constituição do Estado”. Não que houvesse nisto qualquer implicação coletivista, e sim que, evidentemente, a presença do Estado teria de ocorrer na Economia, mais cedo ou mais tarde, aos olhos de Cairu, um tanto descrente da onisciência e onipotência da Mão Invisível... (4).

Embora almejando um crescimento orgânico, através da

“acumulação de fundos”, dentro da capacidade de poupança de uma sociedade, conforme sua “demanda efectiva” (tema malthusiano depois tão ampliado por John Maynard Keynes), não cessa de voltar os olhos para a ação governamental, proclamando a irrelevância das formas políticas, por mais que a monárquica lhe pareça adequada (“Não he por boa ou má Constituição, que os homens são bons, ou máos, industriosos, ou inertes, ricos, ou pobres. Se assim fosse, os Reinos da Christandade serião Corpos Politicos só compostos de justos, sabios, e opulentos; pois que todos devem viver guardando o *Decalogo*, o qual, por assim dizer, he a Constituição das Constituições”) (5). Palavras que, noutra boca menos austera, poderiam até soar como irônicas... No final das contas, Cairu sabia que só ao Estado competia *prover*, e não só *prever*, ao Bem Comum; nas suas próprias palavras: “... o Soberano deve prover que se faça o devido trabalho, particular e publico, com o mais livre, extenso e lucrativo emprego possível das pessoas e capitaes, em maneira que jamais falte occupação honesta a quem offerecer serviço...”. E, noutro trecho, quase insinuando a inexistência de um direito natural de propriedade: “... nenhum individuo pode reclamar o seu de um modo inteiro, absoluto e sem restricção, porque toda propriedade só se forma, mantem e accumula pela instituição de Governo, que assegura por lei e força publica a posse de qualquer coisa a seu dono e, portanto, com razão se pode dizer que qualquer propriedade, em grande parte, é obra do mesmo Governo e, em consequência, deve ser subordinada ao interesse da comunidade” (6).

Estranhas palavras na boca de um discípulo de Smith e Ricardo...

O difícil lhe parecia indicar os caminhos para uma eficaz e construtiva intervenção estatal; o que não nos deve surpreender, pois também Malthus vislumbrou a necessidade de aceleração do incremento da demanda efetiva, sem contudo perceber seu melhor programa, só depois retomado e desenvolvido por Keynes. O principal é que o Visconde brasileiro chegava igualmente aos implícitos pressupostos dos quais o próprio Keynes muito depois partiria.

No caso de Cairu, outro fator se somava à sua confiança, anti-clássica britânica na teoria, porém realisticamente brasileira na prática, no papel do Estado: José da Silva Lisboa cêdo se acostumou a olhar o nosso país de cima para baixo, a partir do belvedere político-administrativo da Côrte. Assim êle via, claramente, os perigos anárquicos no bojo de um liberalismo precipitado, o qual incendiava, vez por outra, nossas províncias, servindo de veículo para a expansão de faccionalismos locais. Daí a repulsa de Cairu aos abusos da Revolução francesa, a “nefanda Revolução” nas suas próprias palavras, ao traduzir uma coletânea de pronunciamentos de Edmund Burke contra os desmandos em consequência de 1789. Donde as referências explícitas de Cairu ao “Mal Francez”, com sua “Propaganda dos *Falsos Direitos do Homem*”. Era sintomática a escolha: entre Paris e Londres, José da Silva Lisboa ficava com a Grã-Bretanha e sua “Glorious Revolution” de 1688, vinda mais para salvaguardar e prosseguir, que para revolver e arrebentar. Pois, ainda com Burke, “A Revolução da França foi em tudo o avêso da Revolução da Inglaterra...”. “Não se tratou jamais na Gran-Bretanha de mudar as Ordens do Estado, nem arruinar o Governo...”. “A dizer propriamente a verdade, e a real substancia das cousas, não se fez revolução verdadeira, mas prevenio-se que ella se fizesse com as convulsões, que as revoluções trazem consigo”.

Assim, por mais que o tradutor insistisse não propor “este resumo como Symbolo de Fé Política, e nem ainda como perfeito modelo de composição de literatura”, mesmo assim “et pour cause” lhe seria possível concordar com o traduzido, quando escrevia: “Não sou inimigo de reformas. Quasi em todas as deliberações, em que fui Vogal no Parlamento, desde o primeiro dia, em que nelle tive assento, o meu principal negocio foi *justa reforma*; empenhando-se em corrigir abusos velhos, ou resistir a novos. Mas, em minha opinião, *reformatar não he fazer em pedaços a architectura do Estado...*”<sup>(7)</sup>.

Ora, as ótimas medidas de “social change”, de origem liberal, não eram acompanhadas por um “social control” capaz de realizá-las, criando outra organização para substituir a iníqua, conforme se viu nas quase anárquicas rebeliões da Re-

gência, até o Poder Central adquirir bastante fôrça, a ponto de recuar numa direção conservadora.

Diante do seu fracasso, muitíssimos foram os liberais que aderiram, naquele esquema tão bem analisado por José Honório Rodrigues, ao estudar sua traição ao Liberalismo em arranjos de cúpula, às expensas das massas ludibriadas<sup>(8)</sup>. Por isto já Rui dizia, ainda sob o Império, que o Liberalismo teria de ajustar suas contas com os liberais, antes de fazê-lo com os conservadores...

Numa semelhante circunstância objetiva, não constitui surpresa a posição da teoria econômica professoral doutrinada nas duas únicas faculdades de Direito de então, onde era trienada a elite política e administrativa do país. Nelas pontificava Pedro Autran da Matta Albuquerque, com seus numerosos livros e intensa atividade nos jornais, mais que qualquer outro mestre. Autran era, aliás, uma figura com contradições ainda maiores que as de Cairu: o Catolicismo bíblico, humanista e tradicional dêste, diferenciava-se da fidelidade canônica e romana daquêle. Por outras palavras, enquanto o Catolicismo de Cairu era funcional, integrando sua “Realpolitik”, o de Autran se apresentava litúrgico e apostólico, mais romano que brasileiro.

Pois êste mesmo Autran — intransigente adversário público do Socialismo de Antônio Pedro de Figueiredo e do Evolucionismo de Tobias Barreto — escrevia também longos estudos de Economia Política, a tônica principal de sua obra. Logo de saída, êle afetava desideogizar sua atividade científica, porém, não se controlando, cêdo derrapava na política: “A Economia Política he uma sciencia de observação porque registra os factos, expõe as suas causas e mostra a harmonia dos interesses; bem differente do *socialismo* que he um systema, parto de intelligencias superficiaes, que só encherção desordem no mundo moral, e querem por isso uma nova organização social, muito embora seja despojado o homem do don mais precioso — a sua liberdade”.

E prossegue, numa sintomática insistência, esforçando-se em distinguir Comunismo e “comunhão”: “a comunhão consis-

te no gozo dos bens que a Providencia nos fornece gratuitamente". "Em fim o communismo he a negação da propriedade e o espolio pois consiste em dar a um, sem compensação, o trabalho do outro". (Sic). A sinuosa argumentação de Autran baseava-se no fundamento, mais calvinista que católico, que a colaboração ou a fraternidade nunca poderia substituir, ou predominar, sobre o egoismo e a competição. Donde concluía: "A propriedade funda-se, pois na justiça, e o comunismo na injustiça". Assim, as crises não passariam de fenômenos passageiros, efêmeros, do contrário seriam "*enfermidade chronica*", produto de "algum vicio profundo na ordem social", ao qual Autran discretamente se exime de analisar... (9).

Seu entusiasmo pela "Mão Invisível" teima em emergir sempre, ao longo doutras obras; numa delas, dá um salto, ignorando tôdas as objeções potenciais, e afirma peremptório, querendo liquidar de uma vez a questão: "De todo espedido fica provado a toda a luz, que a *liberdade* do commercio é o que ha de mais *justo*, e mais *util* para as nações". Seu simplismo se apresenta tão crasso que chega ao ponto de proclamar ser o livre-cambismo o melhor método para a industrialização interna de um país tradicionalmente importador... E, por consequência da sua paráfrase católica dos clássicos econômicos britânicos, o Conselheiro coroa a sua obra com unção apostólica, recomendando a esmola como solução (ao seu ver sinônima de Caridade...) (10).

É óbvio que semelhante doutrina, pregada por um ultramontano inimigo de nomes tão prestigiosos entre os estudantes quanto Antônio Pedro de Figueiredo e Tobias Barreto, não podia despertar simpatias por parte dos jovens. Mas assegurava uma inegável ascendência no seio dos caturras. Alguns professores lhe reconheciam, publicamente, débitos intelectuais; outros terminavam descobertos pelos estudantes, que os acusavam de não o fazê-lo com honestidade. É o caso de Lourenço Trigo de Loureiro, atacado publicamente pelo quartoanista Antônio da Rocha Viana, que desmascarou os plágios perpetrados por êle, sobre a obra de Autran, além de copiar Scialoja, John Mill, Rossi, Chevalier, Ricardo e Malthus, alinhando, com uma pá-

gina defronte da outra, o comportamento do mestre que, por sinal, se atrevera a reprová-lo... (11).

Sem dúvida houve liberais, nas cátedras de Economia em Olinda/Recife e São Paulo, ao modo de Aprígio Guimarães, que procuravam ser mais coerentes, sem, ao mesmo tempo, recusar uma abertura para as idéias novas, post-liberais, ao modo do Socialismo, mesmo dito utópico, já então em ascensão. É o caso das simpatias ainda de Aprígio pelo Saint-Simonismo (12), por exemplo, possibilitando-nos a sintetizar as posições de ambos: Autran era um liberal que olhava para trás, tentando podar o Liberalismo em proveito da ortodoxia de Trento, e Aprígio mirava em frente, ao procurar completar o Liberalismo com novas formas de Socialismo que se conciliassem com a Liberdade. Enquanto o primeiro cerrava fileiras ao lado de Dom Cardoso Ayres e do Monsenhor Pinto de Campos, contra o General Abreu e Lima, companheiro de lutas de Bolívar na Grã-Colônia e primeiro autor de um livro sobre Socialismo no Brasil (13), o segundo participava da Questão Religiosa em favor dos maçons, sob o pseudônimo de "Fábio Rústico".

E, mais recentemente, Gilberto Freyre sublinhou a importância metodológica de Aprígio, em delinear uma predecessora divisão das ciências naturais e culturais, bem antes do surto néo-kantista (14). Porém isto é algo que não cabe aqui, sendo mais oportuno acompanhar as reações dos liberais brasileiros diante da intervenção estatal e dos seus condicionamentos.

Um liberal combativo e prático, do porte do ilustre teuto-gaúcho Carl (ou Karl) von Koseritz, também se viu a braços com o problema. Partindo do pressuposto habitual do valor-trabalho, embora protestando seguir mais a um tal Maximiliano Wirth que a Adão (sic) Smith, Koseritz evitava, também prudentemente, desembocar nas conclusões tiradas por Marx a partir de Ricardo; para Koseritz, as teses de Godwin, Saint-Simon, Fourier, Louis Blanc, Blanqui, Owen, Marx e Engels, reunindo tôdas estas heterogêneas posições sem distinguí-las, não passavam do "sonho comunista, que desperta o riso ao homem pensador" (sic). Para Koseritz, o caminho seria o Cooperativismo de Schultze-Delitsch, ao seu ver "um verdadeiro

apostolo da humanidade, que deu pelas associações de socorro mutuo entre os operarios, uma solução prática, às utopias de Babeuf, Saint-Simon, Fourier, Considérant, Proudhon e Luis Blanc.

“A solução de tôdas as teses da Economia Política será algum dia a *produção e o consumo comuns* por meio dessas associações acompanhadas pela abolição de todas as peias que ainda prendem a liberdade absoluta do indivíduo e da comunhão universal (15).

Era a voz do “quarente-huitard” alemão, foragido tão jovem no Brasil (6).

Donde não vacilar em fazer a correlação com sua própria experiência: “O que mata o trabalho é o monopólio e os socialistas de 1848 trocavam simplesmente as ideas ‘monopólio’ e ‘capital’ erro funesto que em junho de 1848 custou rios de sangue á França” (17).

Tratava-se, portanto, também de um liberal olhando para a frente, êste Koseritz. Tanto assim que não vacilou em defender os incentivos estatais à nascente industrialização brasileira, numa época onde estavam em pleno curso os debates em torno das teses protecionistas de Mauá e livre-cambistas de Tavares Brito, sob o argumento que, “Por mais rude, pouco civilizada e pobre que seja a população de uma região fabril, jamais será intelectualmente tão atrasada como os servos da Rússia e da Polónia ou grande parte dos lavradores alemães”. E, num esforço de conciliação, “como tôda a escola liberal do país, somo absolutos adversários de tôda a intervenção do Estado na indústria”, embora reconhecendo que “Se ha absoluta necessidade de socorros officiaes á industria, é ainda mais admissivel conceder o Estado subvenções directas, empréstimos ou mesmo dadivas de capital, do que onerar os consumidores com pesadissimos direitos de consumo em unico beneficio dessa ou daquela industria”. (...)

O que interessava, em síntese, a Koseritz, era ajudar às indústrias por assim dizer ajudáveis, e não às “industrias im-

proprias ou artificiaes”, situando-se assim numa posição intermediária diante do intervencionismo e do “laisser-faire” (18).

Era o que ditavam a prudência e a objetividade.

E nenhum dos economistas brasileiros, do século XIX, as teve mais que Henrique Milet, um dos engenheiros franceses da Missão Vauthier, que ficaram no Recife em meados da centúria passada, ali se adaptando e constituindo família.

Em tese êle também era um “quarente-huitard”, melhor fundamento aliás que Koseritz, tendo emigrado para o nosso país depois de diplomar-se na Politécnica de Paris, tão quente da presença fourierista de Considérant. Na ação, porém, tornado senhor de engenho em Pernambuco, cêdo constatou as dificuldades concretas da nossa economia: “O Brasil não passa de uma grande oficina, organizada para o preparo exclusivo de cinco ou seis produtos — café, açúcar, algodão, fumo, borracha e subsidiariamente cacau. Depende do estrangeiro para todos os artefatos de consumo diário, e até para as principais substancias que formam a base de sua alimentação. Paga tudo isso com a sua exportação”. “Resulta, daí, que só por isso acha-se o Brasil na indeclinavel necessidade de tirar de seu solo tudo o que é indispensável á manutenção da vida civilizada. Para este fim, precisa desenvolver certas industrias alimentares, criar outras que não possui, e não pode fazê-lo sem recorrer, embora momentaneamente, a uma proteção energica directa ou indirecta”. E numa denúncia frontal contra o dogma liberal do livre-cambismo, aceitando a tese de List e Carey: “Muitas nações devem achar-se em analogas circunstancias e, em suma, a doutrina do *Free Trade* só é favoravel aos fortes”.

Não que Milet subestimasse a inflação (“O *Deus dinheiro* não é infinito; é limitado por essencia, como os produtos que representa: aumentar-lhe a quantidade, sem que cresça a das transações, só serve para diminuir-lhe o valor”), e sim que percebia as implicações da decadência da agricultura açucareira nordestina, minada pelo crescente movimento de emancipação dos negros, pela falta de um capital desinteressado em proventos a longo prazo e urgindo pela industrialização, no

seu tempo nordestino necessária apenas ao nível de transformação da cana em açúcar propriamente dito <sup>(19)</sup>.

A prática, que condicionava estas teorias, consistia na insuficiência de poupanças voluntárias que alimentassem à agricultura, e não só à indústria, nacionais, para não falar em implantação de uma urgente infra-estrutura no país. Assim as crises do Império tinham suas causas ora no excesso de crédito, causando frenéticas especulações (“encilhamentos”), ora em restrições gradativas que terminavam sufocando o processo de expansão da Economia.

O crescimento era desordenado, às vezes mesmo caótico, resvalando em autênticos colapsos da Bolsa, em 1835, 1851, 1857 e 1864. Tornou-se uma mania popular apostar no Desenvolvimento brasileiro, disputando-se ações, com fúria às vezes inaudita, à medida que elas subiam freneticamente, e, de súbito, caíam em vertical, porque o mercado dos produtos era muito limitado e o país não dispunha de exportações que possibilitassem o financiamento contínuo das inversões, num “sustained growth”.

Para avaliar-se a periódica euforia, alternada com decepções, basta lembrar o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1854:

“Ao jôgo, cidadãos! Ao jôgo, ao jôgo em pleno dia, ao jôgo na praça pública, ao jôgo sem receio da polícia, ao jôgo legal, comercial, industrial e moral.

“Ao jôgo, cidadãos, ao jôgo! Abandonai o comércio, abandonai vossos empregos, abandonai todos os interesses de vossa vida, e da sociedade. O comércio! Isso é um ronzeiro *cabriolet*, quando se trata de locomotivas em ágio.

“À praça, portanto, cidadãos! Já soaram as nove da manhã; nada de perder-se tempo. Quem sabe se a esta hora não se fará alguma transação fabulosa? Devorai o almôço, devorai o caminho, devorai o tempo. Entrai de roldão, acotovelai os vossos competido-

res, arregalai os olhos, afinai os ouvidos, preparai o bote. A como estão as ações? A cento e vinte; é pouco. A cento e oitenta; bom! O preço já é tentador. A duzentos e dez; oh! Deus! Quem sabe ainda o que virá. A duzentos e vinte; bravo! Não é possível que parem aí! Mas até lá, meus amigos, até o *dies irae* da reação, não se perca tempo. Banco comercial, banco hipotecário, banco nacional, estrada de Mauá, iluminação a gás, ponta d'Areia, navegação do Paraguai, tudo serve; podem representar no baralho da especulação como damas, valetes ou reis.

“Se ainda precisardes de mais alguma empresa para distração da partida que jogais, não vos faltam os títulos pomposos, embora não passem daí. Lançai uma estrada de ferro desde São Cristóvão até o Pará; desmontai as cachoeiras de São Francisco e o entupi desde a foz até a nascente com os clipers e os ericsons; fundai um banco, dois mais, de desconto, de hipotecas, tudo que quizerdes, porque o nome nada tem com a instituição em si. Iluminai o Corcovado, o Pão de Açúcar, a Gávea; e se a vossa imaginação vos falar ao cabo destes projetos gigantescos, fundai um hospital para as vítimas do ágio no dia supremo das atribulações.

Era o delírio.

De repente, a bancarrota.

Bastava qualquer sinal de desconfiança, naquela euforia coletiva, para tudo ruir, de surpresa. Às vezes o sinal vinha de fora, havia notícia de crise nos Estados Unidos, rebentada em outubro de 1857, e só conhecida no Brasil no mês seguinte. New York não era ainda o centro do sistema capitalista mundial, e sim Londres. A crise situava-se, portanto, na periferia. Na mesma época, na Grã-Bretanha, o comércio era bem florescente e a importação do ouro da Califórnia e da Austrália continuava no mesmo ritmo. Contudo, bastava mesmo uma crise na periferia, para lançar o pânico, desde que, aqui, todo

o mundo já andava com a pulga na orelha. O meio circulante brasileiro elevava-se de 50.281 contos, em 1847/48, a 85.821 em 1857/58. A inflação, que financiava o Desenvolvimento, sofria periódicas e súbitas retrações, no momento em que se descobria, ou desconfiava, a extensão crescente do perigo. Ocorriam, então, a corrida aos bancos e a venda em massa de ações; ruia a especulação, para recomeçar logo em seguida. No meio de tantos trancos, era difícil, senão impossível, construir algo sólido e duradouro. Num dos impactos, até Mauá, o nosso maior empresário da época, acabou tragado.

O Governo imperial não ficava de braços cruzados. Designava comissões de inquéritos, com quesitos exatos a responder, tais como, em 1859:

“Como se operam as transações de câmbio, na praça do Rio de Janeiro?”

“Os sacadores regulam-se sempre nas operações de câmbio, pelos valôres das mercadorias que exportam, ou fazem verdadeiras operações de crédito, sacando por conta do que ainda não têm remetido, ou à vista de cartas de crédito de seus correspondentes?”

“A concorrência dos bancos de emissão pode aumentar a quantidade de notas além do que comportam as necessidades das praças comerciais, ou a circulação das notas de uns não faz mais do que substituir as dos outros?”

“Existem associações que operam como bancos, sem que seus estatutos estejam aprovados pelo governo?”

“Quais são elas e onde funcionam?”

A comissão — composta por José Carlos de Almeida Areias, Antônio José de Bem e José Maurício Fernandes Pereira de Barros — respondia, em 30 de abril de 1860. No seu relatório, concluía que se efetuavam saques “A descoberto, aproveitando a baixa do câmbio na esperança de remeterem depois por melhor câmbio”. “Por especulação, havendo antes tomado a câmbio alto os saques oferecidos, ganhando a di-

ferença entre o curso do câmbio porque se constituíram tomadores, e aquêles porque sacam”, “contra créditos”, “por gêneros exportados ou próximos a exportarem-se”, etc., numa total desordem do sistema de comércio exterior. Contudo, relacionando-se a flutuação dos preços dos principais gêneros de exportação, nos anos de crise e nos que os precederam e seguiram, constata-se que não sofreram alterações violentas (20).

Até mesmo as flutuações do volume físico de exportações não eram tão radicais que justificassem o inopinado das crises internas brasileiras. A explicação principal estava mesmo na desorganização do mercado brasileiro de capitais, que se prolongou espetacularmente até a República, nos famosos anos do Encilhamento.

O governo respondia com restrições de crédito; a Economia do país contraía-se, tornando a expandir-se sob pressão das crescentes necessidades internas. Souza Franco, ministro da Fazenda, após a crise e conseqüente retração de 1857, reclamava: “O nosso país cresceu em riqueza, e tem prosperado muito; e, aumentadas as transações, elevados os preços, maior quantidade de moeda é necessária. E quem há de suprir?”.

Não adiantava limitar, mecânicamente, o volume de emissões. Outros fatores inflacionários se somavam, inclusive o retorno subreptício de capital dos traficantes ilícitos de africanos, que abandonavam o proibido e perigoso negócio, tanto mais rendoso, quanto menos parceiros tinha.

Os nossos liberais debatiam-se desesperadamente neste oceano de contradições, sem nunca o racionalizar à altura das necessidades brasileiras. Apesar de tudo, Cairu foi o mais objetivo; é bem verdade que, no seu tempo, os problemas eram menos complexos, porém os liberais, tanto quanto os conservadores, que chegavam ao Poder não passavam em geral, de praxistas do quotidiano. Os doutrinários ou aceitavam as regras da rotina, ao modo de Sales Tôrres Homem, ou não iam muito longe politicamente: basta que se lembre o exemplo de Tavares Bastos. O ensino de Economia — em Coimbra, Olinda/

Recife e São Paulo — também não ajudava esta racionalização. Nem a opinião pública era bastante madura para exigir um debate mais profundo.

### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) — *Cairu e o liberalismo econômico*, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1968.

(2) — *Estudos do Bem-Comun e Economia Política ou Sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral industria e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado*, Rio de Janeiro na Imprensa Régia, 1819, pp. XIV e XV. Amaro Cavalcanti considera este livro o melhor de Cairu (vide *Elementos de Finanças*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1896, p. 33).

*The Wealth of Nations* de Adam Smith fôra traduzida, no Brasil, em plena época de Cairu e sob sua influência, por Bento da Silva Lisboa, seu filho, com o título *Compendio da obra da Riqueza das Nações*, Rio de Janeiro na Imprensa Régia, 1811-1812, em três volumes.

(3) — Comentário à edição dos *Princípios de Economia Política*, comemorativa do bicentenário do nascimento de Cairu, Pongetti, Rio de Janeiro, 1956, p. 52.

(4) — *Estudos do Bem-Comun*, ob. cit., pp. 13-26.

(5) — Idem, pp. 20 e 15.

(6) — *Princípios de Economia Política*, ob. cit. pp. 121, 174, 175, 190, 191, 263 e 276.

(7) — *Extractos das obras políticas e economicas do grande Edmund Burke*, segunda edição mais correta, Lisboa: em a Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos, 1822, pp. III, 4 e 2.

(8) — Em *Vida e História*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, p. 141, e *Conciliação e reforma no Brasil*, mesma editôra, 1965, passim.

(9) — *Tratado de Economia Política*, Typographia Universal, Recife, 1859, 1º vol., pp. VI, 141-143 e 224-226. O 2º vol. data de 1860. Estranhamente, o autor publicou, no mesmo ano, ainda no Rio, através de B.-L. Garnier, uma 2ª edição das *Prelecções de Economia Política* que repetem, com aliterações entre-meadas, idêntico texto.

(10) — *Manual de Economia Política*, Typ. Litteraria, Rio de Janeiro, 1880, 2ª edição correta e quase tôda aumentada, pp. 261, 260, 274, 278 e 279.

(11) — *Breve exposição do occorrido no meo acto do 4º anno na Faculdade de Direito de Pernambuco e uma justa retribuição ao illustrissimo sr. dr. Lourenço Trigo de Loureiro*, Bahia: Typographia e Livraria de E. Pedroza, 1856. Exemplar a nós revelado pelo Prof. Mário Baptista, da mesma Escola. Com efeito, a comparação dos textos, da p. 63, é realmente escandalosa. Trata-se de plágio grosseiro.

(12) — Provei-as, em pormenores, no meu livro *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Livraria Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, pp.

(13) — Também analisado na minha obra, antes referida, pp.

(14) — Em *Sociologia (Introdução aos seus princípios)*, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1957, 2º vol., pp. 327, 328 e 421. O autor refere-se aos *Estudos de Economia Política para uso das Faculdades de Direito do Brasil*, com prefácio de Clóvis Beviláqua, livro concluído em 1876, coligido em 1879, porém só editado póstumamente em 1902, na Tipografia d'A Provincia.

(15) — *Resumo de Economia Nacional especialmente aplicado ás circunstancias actuaes do paiz*, Typ. do Jornal do Commercio, Porto Alegre, 1870, pp. 15, 92, 93 e 96.

(16) — Pena que só haja, até agora, um mero esboço biográfico deste grande vulto liberal: *Karl von Koseritz*, por José Fernando Carneiro, Caderno do Rio Grande, Porto Alegre, 1959.

(17) — *Resumo de Economia Nacional*, ob. cit., p. 142.

(18) — Idem, pp. 112, 113, 401 e segs.

(19) — Vide *O meio circulante e a questão bancaria*, Typ. do Jornal do Recife, 1875, p. 112; *Os quebra-kilos e a crise da lavoura*, na mesma tipografia, no ano seguinte, pp. 74 e 75; e *O artigo notavel e a Questão Monetaria*, ainda pelo Jornal do Recife, 1878, pp. 47, 54 e 55.

Vide também as intervenções de Milet nos *Trabalhos do Congresso Agricola do Recife em outubro de 1878 compreendendo os documentos relativos aos factos que o precederam colligidos e publicados integralmente por deliberação do mesmo Congresso pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura em Pernambuco*, Typ. de Manoel Figueiros & Filhos, Recife, 1879.

(20) — Cf. o *Relatorio da Comissão nomeada por Aviso de 10 de outubro de 1859*, Typ. Nacional, Rio de Janeiro, 1860, passim.

# Penosa Luta Diplomática

COSTA PÔRTO

Embora como tema lateral, — tratado de passagem, pela natureza mesma da exposição, — será, entretanto, das mais valiosas a contribuição do Prof. José Antônio Gonsalves de Melo, na biografia do madeirense João Fernandes Vieira, para a dilucidação de um dos mais interessantes episódios das lutas contra o flamengo, no Brasil: a batalha de bastidores travada pela diplomacia lusitana e em que avulta a ação-manhosa, zigzagante, por vêzes tortuosa — de el-Rei D. João IV, do Marquês de Niza, embaixador em Paris, de Francisco de Sousa Coutinho, de Haia, e do Padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus — no sentido de conseguir que os Países Baixos abrissem mão, amigavelmente, dos territórios ocupados no Norte da Colônia.

Como preliminar, talvez coubesse pôr em relêvo circunstância especial: a invasão do Brasil pelos flamengos se deveu, entre outras, a uma causa “política”. Antiga colônia da Espanha, a Holanda se rebelara contra a Metrópole, constituindo-se, pela União de Utrecht, Estado autônomo, sob o nome de Províncias Unidas; e findo o tratado provisório de paz, por 12 anos, resolveu atacar o império filipino em sua espinha dorsal — os domínios ultramarinos, — escolhendo como alvo, o Norte do Brasil, com o duplo objetivo de apoderar-se do comércio do açúcar brasileiro e, ao mesmo tempo, senhora do Atlântico, dificultar o intercâmbio da Península com as possessões americanas, interceptando, por exemplo, as “frotas do Prata”, aquêles falados “galeões do México”, a carregar riquezas para o erário de Madri.

Admitido, assim, que o Brasil fôra invadido pelo flamengo PORQUE ERA POSSESSÃO ESPANHOLA — o motivo

“político” — tendo Portugal, a 1º de dezembro de 1640, recuperado a independência, é possível acreditassem alguns na viabilidade de a Holanda lhe restituir os territórios tomados à Castela, unindo-se holandeses e portugueses contra o inimigo comum, algum tanto sugestivo, por exemplo, o empenho do Marquês de Montalvão, ao dar conta a Maurício de Nassau dos acontecimentos do Reino, em enfatizar o clima de “paz e união” com que sempre se haviam tratado os dois povos.

Mas o Príncipe logo esfria êstes entusiasmos, acentuando, na resposta, não perceber como e porque devia a mudança “alterar alguma coisa” no “status quo” vigente, enquanto os dirigentes de Haia, indo além, lhe recomendavam aproveitasse a situação “para alargar os nossos limites e assegurar a conquista”, o que explica a tomada aleivosa do Maranhão e de Angola.

Assumindo o trono de 1640, D. João IV alimentava o sonho de reconstituir o velho “império de Avis”, duramente desfalcado na fase do “nôvo cativo de Babilônia”, como o tornava claro quando, na criação do Conselho Ultramarino, em 14 de julho de 1643, ressaltava “o muito que importa conservar e dilatar” o dantes possuído nas Conquistas, “E RECUPERAR O QUE SE PERDEU NOS TEMPOS PASSADOS”.

Mas restava — “fra la spica e la man qual muro é messo” — o drama, que o Prof. José Antônio resume neste quadro: “em luta com a Espanha, ainda poderosa, Portugal não poderia, ao mesmo tempo, enfrentar a Holanda”, donde “o desejo de D. João IV de não dar motivo aos Estados Gerais para romper com o Reino, cuja soberania estava por consolidar”.

E tôda a política de manhas, malabarismos, avanços e recuos do Monarca resulta, no fundo, dêstes desejos desencontrados: o sonho da “recuperação do perdido” conflitando com mêdo de suscitar as represálias do flamengo, donde comportar-se o Soberano, longo tempo, dentro naquela linha sugerida por Salvador Correia de Sá e Benevides, em documento de 21 de outubro de 1643: ordenasse ao Governador da Bahia consentisse “com dissimulação, que tôda gente que quizer ir a roubar e queimar a campanha em Pernambuco o possa fazer”,

mas de maneira que “se entenda são ladrões alevantados”, procedendo-se “em segredo”, “de modo que se possa atribuir à omissão do Governador o faltar com o castigo, sem que se presume que é ordem de Vossa Majestade”.

E, embora a documentação conhecida não autorize conclusões categóricas, talvez fôsse possível imaginar que tudo quanto se maquinou em Pernambuco — culminando com desfecho da revolta da Várzea, de 13 de junho de 1645 — teve como cabeça e principal maquinador Antônio Teles da Silva, o qual, por sua vez, não é de acreditar agisse sem conhecimento, — e mesmo sem pleno respaldo e aquiescência — do Monarca. Além de sentimento de patriotismo e lusitanidade, Teles seria motivado por outra fôrça: “devotíssimo”, acentua Capistrano de Abreu, em carta ao Barão do Rio Branco, (Correspondência, I, p. 116) — “o que explica sua animosidade contra os herejes holandeses” — levando a tais extremos o zêlo pela propagação e defesa da fé, ajuntará ainda em carta a João Lúcio de Azevedo (Ib. 11.25) — que “muito se empenhou por uma inquisição no Brasil, comprometendo-se a fazer as despesas da instalação por conta de sua fazenda” — não poderia ver com bons olhos o norte do Brasil “ensujentado” pelo protestantismo, e daí o plano de expulsão do flamengo, executado em duas etapas: a preparação dos moradores, fazendo-os retomar os velhos sonhos irredentistas, e ajuda material em armas e elemento humano, tudo, porém, nos bastidores, por debaixo do pano, evitando — o que tanto assombrava el-Rei — tomasse a Holanda qualquer movimento rebelde como coisa sabida e mandada pelo govêrno de Lisboa, com o risco de represálias.

Nomeado Governador Geral do Brasil a 16 de maio de 1642, e tomando posse a 30 de agosto, teria Teles começado, naquele mesmo ano, o lento trabalho de catequese e de agitação, procurando, porém, acobertar-se sob os mais razoáveis pretextos: assim, já em 18 de setembro, chegavam ao Recife o Sargento Mor André Vidal de Negreiros e o capitão Manuel Pacheco de Aguiar, incumbidos de acertar com os dirigentes do Recife os detalhes para estreitar o intercâmbio entre as duas regiões, como o permitia o tratado de paz provisório, de junho de 1641.

Tudo muito inocente, não deixando, porém, de ser sugestivo que, logo a seguir, se intensificasse a aquisição de armas por parte dos pernambucanos, levando o Conselho a proibir tais vendas sob penas severas, possível, assim, já nesta primeira viagem houvessem os emissários baianos iniciado o trabalho surdo de agitação.

A seguir, em fins de 1642 ou começos de 1643, Antônio Cardoso, com seis soldados, desembarca nas costas pernambucanas, em excursão meio clandestina, sem objetivo declarado, alarmando, porém, os dirigentes do Recife, que enviam ao Governador protesto formal, acusando Cardoso e seu séquito de terem, criminosamente, disseminado entre os habitantes “novidades, inquietações e perturbações”, espalhando “informações que não contribuem para a amizade” entre os dois governos, especialmente a de que “na Bahia se esperava a qualquer momento uma esquadra que teria estado em Angola”, decerto para prestar ajuda, na eventualidade de levante armado.

Em maio, outra delegação — esta oficial, chefiada pelo dr. Simão Álvares de Lapenha, levando os protestos do Governador contra o aprisionamento de um navio lusitano pelos flamengos — e logo as autoridades do Recife correm a reclamar a Teles da Silva “por causa da comunicação que estabelecem com tôdas as pessoas desta conquista, farejando e colhendo informações acêrca da situação dela”, e, “conhecendo o humor dos moradores portugueses que, não encontrando meio de se desenvencilharem das dívidas contraídas, nada mais agradável lhes seria do que ver uma mudança de govêrno”, — anunciam fazê-los “partir daqui, o mais depressa possível”.

O plano agitaciónista irá acentuar-se na segunda metade de 1644 sob a influência de dois fatores laterais. Por um lado, desavindo com a Companhia, o Príncipe João Maurício deixara o govêrno de Pernambuco em maio, e seu afastamento teria ajudado muito a rebelião em projeto, levando-se em conta as simpatias que o rodeavam, difícil surtisse efeito a tentativa de revolta sob sua administração que a todos contentava. Por outro lado, segundo esclarecerá Teles, em carta de

30 de novembro — conservado inédita, em ms. do Arquivo Hist. Col. de Lisboa, secção PAPÉIS AVULSOS, segundo regista Pedro Calmon, (Hist. do Brasil, II, p. 669), “recebendo de um morador de Pernambuco a notícia de que em Holanda se aprestava uma esquadra com 7 mil homens de desembarque, incumbira André Vidal de Negreiros de articular, com as necessárias cautelas, a grande insurreição”, melhor dizendo, de apressar-lhe a eclosão, estratégia hábil, pois, a braços com a revolta pernambucana, não teriam os Países Baixos folga para ameaçar o resto do Brasil.

De fato, a 27 de agosto de 1644, chegavam ao Recife, André Vidal, Nicolau Aranha Pacheco e Fr. Inácio de São Bento, em viagem que não podia suscitar estranhezas, pois com motivação plausível: tendo obtido licença “para se passar ao Reino”, pretendia Vidal ir à Paraíba despedir-se dos pais, enquanto o beneditino vinha buscar umas sobrinhas que, em Pernambuco, padeciam “algumas incomodidades”.

Muito curioso, porém, é que, depois do regresso de Vidal, em outubro, se houvessem amiudado as denúncias de “revolução à vista”, sinal de que sua estada na região visava a dar os retoques finais no levante.

E começa, então, a segunda fase — a remessa de ajuda — executada por etapas. Depois de, em começos de 45, terem desembarcado, em costas pernambucanas, Antônio Dias Cardoso, Gomes Taborda e Paulo Veloso, com quase 100 homens sob seu comando — vai ter lugar uma farsa bem urdida e melhor levada a cabo: em carta de 25 de março, da “fronteira do Rio Real”, André Vidal informava ao Governador haver, naquela madrugada, Henrique Dias “fugido” rumo a Pernambuco, tendo êle ordenado lhe seguisse Camarão ao encalço para o reconduzir prêso, providência aprovada por um Conselho de emergência, reunido em Salvador, quando ainda se deliberou se podia, sendo preciso, “mandar mais gente em seu seguimento”, convindo “avisar aos holandeses que o Dias vai levantado e fugido, para que, se o puderem prender, o castiguem como tal”.

Tudo muito claro: “perseguidos” e “perseguidores” se deslocavam para Pernambuco a fim de fortalecer o levante em marcha.

Aguardando a presença dos contingentes dos dois campañistas, apressam-se os preparativos da rebelião, valendo registrar aquêlê episódio de 23 de maio em que vários moradores — Vieira, Antônio Bezerra, Antônio Cavalcanti, Francisco Berenguer, Carneiro Mariz, Sepúlveda e outros, — assinavam solene juramento, conjurando-se “em nome da liberdade divina... a não faltar... com tôda a ajuda... em restauração da liberdade da nossa pátria”.

Parece fôra escolhido para deflagração do levante o dia 24 de junho — dia de São João, onomástico de el-Rei e de Vieira, que o elegera “patrono na emprêsa da liberdade”, — mas o Conselho, alertado por tantas denúncias, determinou a 12 de junho a prisão dos principais cabeças-escapos, porque, desconfiados, haviam pernoitado nas matas — o que precipitou o levante para o dia 13, de Santo Antônio.

O alvo imediato dos insurretos deveria ser o assalto imediato ao Recife, mas, apanhados de surpresa, seus primeiros passos caracterizam tangível recuo rumo ao interior, fugindo à caça do govêrno flamengo, cujas tropas, comandadas pelo coronel Hendrick Haus, os alcançam, afinal, no Monte das Tabocas, em Vitória de Santo Antão, o primeiro combate e o primeiro retumbante triunfo dos patriotas.

Logo após a deflagração do movimento, “os aflitos moradores de Pernambuco” enviaram a Teles lamurienta carta, explicando as razões de sua atitude e pedindo socôrro com a advertência de que, falhando a proteção lusa, “obrigados do desespero em que nos vemos, clamaremos justiça aos ceus e mandaremos pedir socôrro a le-Rei da Espanha, e outros reis católicos, que assim o permitem semelhantes extremos”.

E Teles, em 17 de julho, reunindo as figuras principais da sede, expõe-lhes o dilema em que se encontrava: “socorrer aos moradores de Pernambuco”, mas, ao mesmo tempo — obrigado a manter a fé dos tratados — “a não faltar à conser-

vação das pazes”, pedindo se manifestassem “livremente”, dizendo “o que sentem nesta matéria”, ou, mais concretamente, “se é justo mandar-se êste socôrro ou não mandar-se”, havendo-se deliberado, depois de muitos debates, muitas sutilezas e argumentações capciosas — “se devia socorrer aquela capitania logo”, mas como “medianeiro da paz”.

Neste mesmo dia chegavam ao Governador dois emissários flamengos, — levando-lhe reclamações contra as incursões de Camarão e de Dias e contra os esperados socorros da Bahia, — aos quais o Governador responde, a 19, com as velhas evasivas: Dias “fugira”, Camarão lhe fôra no encalço, não lhe sendo possível apanhá-los, “dada a grande distância em que foram acampar nas matas”, assegurando-lhes, porém, como se deliberara no Conselho, agir no “papel de mediador, a fim de tentar apaziguar os ânimos”, mandando “pessoas de reconhecida capacidade, com instruções e podêres para compêlir os revoltosos e retornar aos afazeres” e, em caso de recalcitrância, tomando providências “para reduzí-los à fôrça”.

E cumprindo a promessa, já a 22 de julho, — TRÊS DIAS DEPOIS — fazia embarcar, na flotilha de Jerônimo Serrão de Paiva, os mestres de Campo André Vidal e Martin Soares Moreno, com seus terços, — cêrca de 1300 infantes — com a tarefa, oficial, de restaurar a ordem em Pernambuco.

Note-se, já aí, detalhe sugestivo: como é que pôde Teles da Silva, EM APENAS TRÊS DIAS, preparar, equipar, fazer navegar 12 navios, carregando, além da tripulação, mais de mil homens? Levando em conta o que isto representava em elementos materiais — alimentos, roupas, munições, etc, — torna-se claro estariam as coisas preparadas de muito, e a remessa dêstes contingentes visava, no fundo, a cumprir a promessa de ajuda à rebelião.

Tendo falhado, com a precipitação do levante, o alvo imediato do ataque à capital flamenga, teria Teles engendrado esquema hábil que, se executado à risca, talvez houvesse antecipado, também, o desfecho da luta: fortalecidos com os índios de Camarão, os negros do Dias e os terços de Vidal e Moreno, os insurretos atacariam o Recife por terra, enquanto

se procedia ao bloqueio do pôrto, e, sob a monopla desta pinça constrangedora, não restaria ao inimigo senão capitular.

E tudo foi programado hàbilmente: desembarcando nalgum ponto da costa pernambucana os reforços de terra, Serrão aguardaria em Santo Aleixo a esquadra, de 37 navios, que, sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides, partiria do Rio de Janeiro para o Reino, e, unidas as duas formações, marchariam para o Recife, onde procurariam “obter a pacificação que se pretende”, isto é, ajunta o Prof. José Antônio, “traduzindo o duplo sentido da frase, conseguir por ameaça ou à fôrça de armas a rendição dos holandeses”.

A confiança do Governador na colaboração de Salvador não seria infundada, possível lhe conhecesse o pensamento favorável aos esforços restauracionistas, manifestado na sugestão de outubro de 1643, quando lembrava a el-Rei a política tortuosa de promover a inquietação entre os moradores — apenas evitando descobrir o jogo — admissível, ainda, estivesse certo da aprovação do Soberano que, de fato, iria dar-lhe cobertura às manobras, ordenando ao comandante, em carta de 9 de maio de 45: “Se, enquanto vos detiverdes nêsse Estado, houver avisos por que se haja por certo será cometido dos inimigos desta coroa e vo-lo requerer o Governador Antônio Teles da Silva, vos detereis nele, enquanto durar a ocasião”. Dizendo, embora pouco, nesta linguagem meio sibilina, a bom entendedor dizia el-Rei muito, quando nada insinuando deveria cooperar no que Teles projetasse contra “os inimigos da coroa”.

E tudo ia caminhando bem.

Ancorando a esquadra na Bahia a 23 de julho — Salvador — depois de algumas relutâncias, acabou concordando com o plano do Governador, ou, na verdade, “fingindo” concordar: de fato, logo a seguir, Teles seria surpreendido com a informação do “capitão de um barco” de que a espôsa do comandante se lhe queixara — “provavelmente para que êle o repetisse” — de que “êles foram mandados sulcar o deserto mar, ao passo que (o Governador) aqui descansado aguardaria

a honra de restaurar Pernambuco, dando com isso a entender que se querem esquivar”.

Alarmado, Teles enviou despacho a Salvador, apelando para sua cooperação — da “proteção da armada”, insistia, “entendo depender a prosperidade que se pode desejar nessa expedição”, — e remetendo-lhe a carta de 9 de maio, que acabara de receber, autorização tácita — no fundo uma ordem — de cooperar no que fôsse do interêsse da Coroa.

Trabalho, entretanto, baldado: Salvador não recebeu a carta de el-Rei, — pois tendo comboiado a flotilha até o Recife, logo a seguir levantou ferros para o Reino, deixando entregue à própria sorte a flotilha de Serrão, cujos navios, açoitados por ventos e tempestades, velejaram, à tôa, pelo litoral, acabando batidos, a 9 de setembro, por Lichthardt, que aprisionou o comandante e a tripulação, apoderando-se dos barcos restantes e, pior, da correspondência de bordo, a qual, comprobatória da conivência das autoridades lusas no levante, seria, depois de divulgada na Holanda, fator de pêsso no entravar as negociações de paz.

Contrastando com o fracasso do plano das operações de mar — tanto mais viáveis quanto, ao tempo, tôda a defesa naval flamenga, no pôrto do Recife, estava reduzida a quatro navios e um iate, contra quase 50 navios de Serrão e de Salvador — em terra tudo andava bem.

Batido nas Tabocas, Haus recuara para o Recife, abrigando-se no engenho da Casa Forte, enquanto as fôrças de Vieira, partindo da Vitória, infletiram em Moreno, para o litoral e, depois, de, em Gurjaú, se unirem aos contingentes do Camarão e do Dias, rumaram para o Cabo, indo encontrar-se com os terços de Vidal e Moreno, no forte de Nazaré, onde teria ocorrido mais uma encenação, narrada, “a sério”, pelos cronistas: ao receber os chefes rebeldes, Vidal, “cumprindo” as ordens de Teles da Silva, declarou-os prêsos, mas diante das explicações “convincentes” apresentadas, findou, com sua gente, aderindo ao movimento...

Marchando, então, todos para Muribeca, chegou-lhes ali a notícia de que Blaer — em represália à prisão da esposa e da de Hick, — aprisionara, recolhendo-as à Casa Forte, algumas damas pernambucanas, — entre as quais a madrastra da mulher de Vieira — tendo o chefe rebelde, em marcha forçada, rumado para o engenho da Casa Forte, derrotando, a 17 de agosto, o coronel Blaer que caiu prisioneiro, com 243 oficiais, triunfo contundente a completar o feito das Tabocas.

Assim, donos da banda sul, e já em número considerável — sempre em aumento com os negros de Dias, os índios do Camarão e os terços de Vidal e Moreno — os amotinados apertam o cêrco do Recife, cuja população, sob feroz assédio, irá atravessar momentos dramáticos.

Sòmente a 30 de agosto de 45, Vieira comunica a el-Rei os acontecimentos de Pernambuco, os quais, entretanto, já deveriam ser conhecidos em Lisboa, pois é do fim daquele mês a carta em que, em nome do Monarca, o Secretário de Estado os transmitia ao Marquês de Niza, embora em versão algum tanto imprecisa e destorcida: “Cuida-se aqui, com fundamento, que os portugueses de Pernambuco, ajudados de alguns francêses fugidos dos presídios daquela capitania, se levantaram contra os holandeses, e que o Governador Antônio Teles da Silva os mandou socorrer com gente, munições e cabos, **TUDO SEM ORDEM DE SUA MAJESTADE**, e se cuida, também, que tem mil infantes prontos na Bahia para remeter a Pernambuco, chegando o negócio ao último extremo”, recomendando se esforçasse porque “isto não chegue aos Estados, ou pelo menos que lhes chegue o mais tarde que puder ser”.

Impossível, porém, manter o segredo, sòmente em 4 de outubro — quase quatro meses mais tarde, — el-Rei escreve ao Embaixador Sousa Coutinho, tratando, oficialmente, do caso, e iniciando o jogo de manobras, lhe ordenava levasse aos Estados Gerais “assim originalmente como me vieram, os avisos e cartas do Brasil para que lhes seja presente o procedimento de Antônio Teles”, esclarecendo que, tomando conhecimento do ocorrido, lhe despachara “duas caravelas, para segurar, em ambas o aviso” — determinando-lhe “com sumo apêrto”, que

“sem ordem muito expressa dos do Govêrno de Pernambuco, não enviasse “gente alguma aos limites de sua jurisdição”, e fizesse recolher, “logo e logo” — se os flamengos o quisessem — “a infantaria que mandou a compôr e reduzir os portugueses” — os terços de Vidal e Moreno — devendo, ainda, “declarar por maus vassallos a Henrique Dias, Camarão e seus soldados”.

Embora convencido de que “o intento de Antônio Teles foi em benefício dos holandeses, como se vê dos papéis”, todavia — “e para que cesse de todo o escrúpulo em matéria tão perigosa” — resolvera “adverti-lo” que, “se dilatar um ponto na execução do referido, passarão a mais rigor as demonstrações que com êle hei de mandar usar”.

Finalmente a idéia que, entre avanços e recuos, se vai alongar anos e anos: mostrando os fatos de Pernambuco “debalde se cansam os da Companhia por tirar utilidades do Estado do Brasil”, lícito acreditar que “cada vez hão de crescer mais os danos” — acentuava parecer o ensêjo “acomodado para se tratar com os Estados ou com os da Companhia queiram largar o Brasil, **COM A CONVENIÊNCIA DE QUE TANTAS VÊZES VOS MANDEI ADVERTIR**”, determinando-lhe pusesse “agora em prática êste negócio com todo o calor”, “por ver se podeis ”levá-lo a conclusão.

O problema da “recuperação do perdido”, depois da Restauração de 1640, criara no Reino três principais correntes: a dos que pregavam a linha de reaver os domínios tomados, custasse o que custasse; a dos que, realistas, entendiam se fazia perigoso arrostar a guerra com a Holanda, convindo, dêste modo, sacrificar a parte para garantir a independência e, finalmente, meio termo, os que sugeriam fórmula conciliatória — obter a devolução do perdido, mediante indenização.

Desde 1643 el-Rei vinha tentando, parece, esta solução, tendo incumbido Coutinho de negociá-la com os dirigentes flamengos e voltava agora à carga, talvez sob a influência do que lhe expusera, em memorial de 20 de julho de 1645, o singularíssimo Gaspar Dias Ferreira, personagem curiosa a merecer estudos mais profundos, muito pouco, até aqui, o que se

conhece a seu respeito, praticamente o quase nada reunido por Pereira da Costa (Anais Pernambucanos, IV, 389, e segs.) e Rodolfo Garcia, em notas ligeiras à História Geral de Varnhagen, (III, 85). Cristão nôvo, ao que parece, Gaspar nasceu em Lisboa, possivelmente na década de 1590 — o edital de 19 de agosto de 1649 em que as autoridades de Haia lhe punham a cabeça a prêmio, aponta-o como “homem de estatura um tanto baixa, grosso de corpo, de rosto moreno e *mais de 50 anos*” — e, migrando para o Brasil em 1618, se fixara em Pernambuco, onde casou com a filha da senhora de engenho, D. Isabel Cardim, integrando-se desta forma, na “nobreza rural” da terra.

Nada se sabe de sua vida até a administração de Nassau, quando começa a aparecer no cartaz: tendo grangeado a amizade do Príncipe e daquêles sábios e artistas vindos para o Recife — por sua influência, diz-se, é que Barlaeus escrevera o muito festejado livro sobre a administração nassoviana — aproveitara-se do prestígio oficial para, extorquindo e chantageando nacionais e holandeses, reunir apreciável fortuna, adquirindo engenhos confiscados, apoderando-se criminosamente de terras, — como sucedeu com umas fazendas dos beneditinos na Paraíba — donde Pereira da Costa ferreteá-lo com os apodos de “desvalado”, de “triste celebridade” e “artificial usurpador de bens do mosteiro e autor de outras ações da mais sórdida ganância”.

Tendo criado muitos inimigos e temendo as represálias das vítimas, acompanhou Maurício de Nassau à Europa, em 1644, passando a morar na Holanda, onde, em fevereiro de 1645, se naturalizou flamengo, mas, temperamento irrequieto e aventureiro, ao rebentar o levante da Várzea, andou conspirando em favor da rebelião e, apreendida a correspondência comprometedor, num barco carregado de munições, foi prêso pelas autoridades holandesas, processado, e condenado à perda da cidadania, multa, prisão e banimento, depois de cumprida a pena, logrando, entretanto, fugir do cárcere, em meados de agosto de 48, fugindo para Portugal, desaparecendo então do cenário para reaparecer, pela última vez, em 1652, quando escreve aos líderes pernambucanos, oferecendo-se como procurador junto a D. João IV.

Homem inteligente, de cultura rara para o meio e tempo, embora dominado pela sêde de dinheiro, prestaria bons serviços à antiga pátria, segundo testemunho de Sousa Coutinho que, em carta a el-Rei, acentuava quando o Monarca lhe estava “obrigado”, porque, “no meio das misérias que padece e tem padecido em uma tão triste e bárbara prisão, não faltou nunca em me advertir o que julgava conveniente, mandando-me muitos papéis que, por qualquer dêles que fôra visto, a cabeça era o menos que pagava”, ajuntando se aproveitara “muito dos seus conselhos, pedindo-lhos em tôdas as ocasiões”.

Entre a documentação apreendida pelos flamengos parece figurava êste memorial de 20 de julho — há outro, mais resumido, de 4 de outubro, no mesmo sentido, encaminhado a Nassau — em que Gaspar sugere ao Soberano tentasse conseguir a entrega do Brasil holandês, contra o pagamento de indenização pecuniária, apontando as fontes donde retirar a soma, oferecendo sua contribuição pessoal, de 18 mil cruzados.

Como ponto de partida, ponderava o memorialista não seria possível desistir el-Rei da posse do Brasil, tanto por motivos materiais — era a colônia americana “o jardim do Reino e albergariza dos súditos”, não havendo “outra região mais fértil, mais próxima, nem mais frequentada”, não restando aos vassallos “melhor e mais seguro refúgio”, pois “o português a quem acontece decair da fortuna é para lá que se dirige” — como por motivos de ordem espiritual — a perda das almas, entregues à heresia protestante, realçando “a obrigação que todo o rei católico tem de extirpar a irreligião” em seus domínios.

A argumentação de Gaspar se resume em pouca coisa: embora não dispusesse de elementos concretos e positivos, havia acreditar estivesse o Brasil holandês constituindo “mau negócio” para a Companhia, a receita auferida não bastando para cobrir as despesas, como o permitia inferir do fato de, fazia dois anos, não se estarem pagando dividendos aos acionistas, donde a queda vertical das ações que, de 100 mil réis, valor nominal, se estavam cotando a 46 — e daí acreditar que, se el-Rei oferecesse uns três milhões de cruzados como indeniza-

ção, o flamengo lhe devolveria Pernambuco, livrando-se de uma carga por demais onerosa.

Seria talvez esta a fórmula que D. João mandava Sousa Coutinho discutir com os Estados Gerais, fazendo o Padre Vieira viajar para Haia, a fim de ajudá-lo nas negociações. A tentativa, entretanto, falhou: o momento seria dos menos indicados, porque se havia divulgado, na Holanda, a correspondência apreendida na flotilha de Serrão — comprobatória da connivência das autoridades lusitanas nos levantes da Várzea, — o que, somado ao escândalo da “traição” de Gaspar, suscitara onda de animosidade geral contra Portugal — o embaixador Sousa Coutinho seria apupado nas ruas — de modo que os Estados Gerais rechaçaram qualquer idéia de conversação, somente concordando em discutir, à base da devolução prévia de quanto os rebeldes haviam tomado no Brasil.

Em luta com a Espanha, e temendo provocar a guerra com os flamengos, sem contar com o apoio internacional, el-Rei se esforça por uma aproximação com a França, em termos de aliança dinástica, ordenando ao Marquês de Niza procurasse negociar o casamento do Príncipe D. Teodósio, com a filha do Duque de Orleans, e, receioso, como dizia, de que “sobre a inimizade de Castela se me declare, agora, a de Holanda”, autorizava-o usar de “todos os meios que não sejam contra Deus e contra a honra”.

O ano de 1646, entretanto, se passa sem maiores novidades, paradas as conversações diplomáticas e, também, estagnadas as operações bélicas. Os insurgentes, é verdade, mantinham o cêrco ao Recife — que estêve a pique de capitular pela fome, sendo salvo, entretanto, pelos socorros vindos da Holanda, através dos barcos Falcão e Isabel, nos meados do ano — tudo o mais circunscrito à luta “de posições”, sem nenhum fato relevante de parte a parte.

Dois acontecimentos, todavia, voltariam a inquietar o Soberano.

De comêço, na verdade, a guerra envolvia privados — rebeldes pernambucanos e a Companhia, — permanecendo o

poder estatal fora da liça; mas, pelos atos de 24 de dezembro de 1646 e de 22 de janeiro de 1647, os Estados Gerais de algum modo legalizavam a guerra, tomando-a como coisa sua, ao autorizarem os oficiais a serviço da Companhia a usar de represálias contra quantos lhe causassem prejuízos, o primeiro passo para a entrada da Holanda na luta aberta.

Por outro lado, iniciavam-se as negociações de paz entre Holanda e Castela, de temer que, harmonizadas e sem problemas no continente, se unissem as duas potências contra o Reino — a Holanda ameaçando não apenas Pernambuco, mas todo o Brasil, enquanto os espanhóis se voltariam contra a Metrópole, desmanchando a festa de 1º de dezembro de 1640.

E, depois de haver, em desespero, imaginado a fórmula heróica e sacrificada — de se mudar para o Brasil, erigido em Império autônomo, deixando em Lisboa D. Teodósio, que se casaria com uma princesa da França, escolhida pela Côrte de Paris, assumindo o sogro a Regência, durante sua minoridade — D. João IV concentra tôdas as atenções na tentativa de ver Portugal incluído na Paz Geral, que se discutia em Munster, mandando a Sousa Coutinho, em carta de 18 de janeiro de 47, instruções mais detalhadas, resumidas nestes pontos: a) procurasse conseguir a paz, a qualquer preço, para o que prometia remeter-lhe “a maior quantidade de dinheiro que se possa tirar” e, “se inda entenderdes que é necessário mais soma e aí poderdes segurar com promessas, firmas minhas ou por outro meio, o façais, sem reparar em nada, porque tudo quanto despenderdes é muito menos do que val a importância do negócio”, podendo oferecer indenização à Companhia, gastando o que julgasse razoável para subornar, se preciso; b) se os Estados insistissem na intransigência inicial, ficava autorizado, “em caso desesperado”, a prometer-lhes a devolução das praças tomadas pelos rebeldes, perdoando-se aos moradores envolvidos na revolta, aos quais seria facultado mudar-se de Pernambuco, vendendo ou arrendando os bens, pagando, entretanto, o que devessem aos flamengos; c) como, talvez, a Companhia não confiasse em Teles da Silva, el-Rei lhe mandava carta de nomeação para o Governo Geral, cabendo-lhe, depois de tudo acertado com os dirigentes de Haia, viajar para a Bahia,

assumindo o cargo, tomando as contas e Teles da Silva que deveria ser enviado “prêso à Tôrre de São Gião”, para que, “estando nela, possam os Estados acusá-lo” e, apurado, tivera culpa “nos acontecimentos de Pernambuco”, seria punido devidamente.

Todo êste rigor de relação a Teles da Silva não passava, entretanto, de uma farsa, coisa “para holandês ver”: de fato, na mesma carta, ajuntava o Soberano que “porque a mim me consta que Antônio Teles não teve culpa nesta sedição, a ordem de o mandardes prêso É PARA MAIOR JUSTIFICAÇÃO DOS ESTADOS E DA COMPANHIA”, devendo Coutinho tratar com êle, “em segrêdo, embarcá-lo em um navio que o leve direito à França, AONDE ACHARÁ PREVENIDO NESTE NEGÓCIO O MARQUÊS DE NIZA, e ambos pedirão a Suas Majestades me escrevam a seu favor, para que lhe perdoe”.

Hábil diplomata, Coutinho executou as instruções régias por etapas, levando aos Estados a primeira parte, — a cessão pelos flamengos, de Pernambuco, mediante indenização; mas, diante da recusa sumária no encontro de 22 de fevereiro, volta a procurá-los a 16 de abril, pondo as cartas na mesa, anunciando-lhes concordava el-Rei em devolver Pernambuco e, para execução do combinado, viajaria para assumir o Governo Geral, pedindo-lhes indicassem “comissários especiais” a fim de acertar os detalhes do acôrdo.

E aguardava a resposta de Haia, quando lhe chega nova carta de el-Rei, de 26 de abril, recomeçando tudo.

É que, submetera o Monarca aos seus conselheiros — Marquês de Montalvão, Matias de Albuquerque (Conde de Alegrete) Francisco de Carvalho e Vieira — o memorial de Gaspar Dias Ferreira e, ante seu parecer unânime, ordenava a Coutinho submetesse aos Estados a fórmula da “compra” de Pernambuco, pela quantia de três milhões de cruzados, pagos em prestações anuais de 500 ou 600 mil.

Neste interregno, a situação melhorara um pouco para os flamengos.

Fracassara, é certo, a tentativa de retomar Olinda — abandonada no auge do assédio de 1646 — bem como a investida de Hinderson, contra o São Francisco, enquanto falecia repentinamente, a 30 de novembro — “bebera água fria depois de se haver acalorado excessivamente”, será o depoimento de Nieuhoff que o viu expirar — o almirante Lichthardt, “por sua grande atividade e energia a alma de tôda a resistência”, perda irreparável para o inimigo. Mas, por outro lado, golpe severíssimo contra os rebeldes, fugindo ao assédio, Sigismundo von Schkopp ocupara a Ilha de Itaparica, o que representava a dupla ameaça, podendo atacar os sitiados pela retaguarda — voltando a dominar o Interior, apoderando-se dos centros de abastecimento — e, ainda pior, em condições de invadir a Bahia, pondo em risco o resto da Colônia.

Esta paisagem nova teria, talvez, fortalecido a intransigência do flamengo que repeliu, mais uma vez, a proposta inclusive julgando “ridícula” a indenização oferecida, “insuficiente”, diriam os comissários, “para pagar as dívidas da Companhia”.

Ante a recusa, Sousa Coutinho começa a desesperar-se, manifestando em sucessivas cartas a Niza o desânimo e o pessimismo que o dominavam. Parecia-lhe “fatal”, pontilhava em carta de 10 de junho, “esta negociação de Holanda, porque, depois de tantos empenhos de tempo e de trabalho, quando se começa a dar princípio sôbre ela, crescem como cabeças de hidra, tantas circunstâncias que nô-la impossibilitam”, considerando perder tempo estar-se a pensar em indenização, porque, dirá a seguir, “tôdas as diligências que se podem fazer se fazem, tudo que se pode dizer, se diz”, mas em vão, porque “falar em venda” soava para o holandês, “escândalo, e tudo o que não seja restituição não é visto nem ouvido”.

Condenava, em outra carta, a loucura do levante da Várzea, que, por um lado, “nos odiou com esta gente”, ameaçando deixar Portugal “fora dos tratados de Munster”, enquanto, por outro, punha a nu a fraqueza dos luso-americanos, dado que, nada obstante, a miséria a que haviam chegado os da Companhia, não puderam lançá-los fora e, estando em defen-

sa, vão tomar Taparica”, insistindo, depois, em ressaltar o irrealismo com que, de Lisboa, se estava encarando a situação, lembrando que, “ao pé da obra”, enxergava “o que os holandeses podem”, enquanto, em Portugal, apenas “se ouve”, “grande”, ajuntava, “a diferença entre os olhos e os ouvidos”.

E sob êste clima de alarma, recebendo o “não” dos Estados Gerais, corre a escrever a Niza, em 27 de maio, consultando-o se estava de acôrdo lhes propusesse a devolução de Pernambuco, a trôco, apenas, da inclusão de Portugal na paz geral, mesmo *ad tempus*, por 10 ou 12 anos, quando nada um desafôgo, uma trégua, enquanto as coisas podiam mudar.

E realmente, a situação começava a melhorar um pouco.

A ocupação de Itaparica provocara fundo impacto no Reino e, segundo contará, mais tarde, o Padre Vieira, el-Rei o mandara buscar em Carcavelos, onde convalescia e, indo a Alcântara, “as palavras com que me recebeu foram: sois profeta; ontem à noite chegou caravela da Bahia... e traz por novas ficar Sigismundo em Itaparica. Que vos parece que fazemos”?

E Vieira, desabafando, porque lhe não tinham ouvido as ponderações, foi cruel, aumentando a aflição do aflito: “O remédio, senhor, é fácil. Não disseram os ministros a Vossa Majestade que aquêle negócio estava mui cru? Pois então cozam-no agora”. A seguir, porém, penalizado da angústia do Soberano, quando êste, no dia seguinte, lhe comunicou havia o Conselho do Estado posto em relêvo “a importância de ser socorrida a Bahia”, para o que, entretanto, eram previstos uns 300 mil cruzados, que “não havia nem ocorria meio algum de os haver” — lhe retrucara “como indignado: “basta, senhor, que a um Rei de Portugal hão de dizer seus ministros que não há meios para haver 300 mil cruzados, com que acudir à Bahia que é tudo quanto temos. Ora, eu, com esta roupeta remendada, espero em Deus que, hoje, hei de dar a Vossa Majestade esta quantia”.

E, realmente, viajando para Lisboa, conseguiu de dois amigos — os cristãos novos Duarte da Silva e Rodrigues Mar-

ques — um empréstimo de 300 mil cruzados, com que foi possível aprestar a esquadra confiada ao comando de Antônio Teles de Menezes, Conde de Vila Pouca de Aguiar, designado Governador Geral, em substituição a Teles da Silva.

Também em começos do ano — e para pôr têrmo às dissenções entre os líderes pernambucanos, resultantes de ódios e inimizades para com Fernandes Vieira, — fôra enviado, como comandante das fôrças rebeldes, o Mestre de Campo General Francisco Barreto de Menezes, cabo de guerra da melhor envergadura, capaz, assim, de imprimir novos rumos à campanha.

E tudo isso, parece, reanimou Sousa Coutinho que, em carta de 4 de agôsto, enquanto comunicava ao Soberano haver-lhe o Marquês de Niza enviado parecer “de que, sem esperar mais tempo, fizeste logo a proposição “ordenada em caso desesperado” — isto é, a entrega de Pernambuco — retoma a linha tortuosa, tão dos seus estilos, arquitetando plano astucioso, cujas linhas gerais, tanto quanto permite inferir a transcrição, meio penumbrosa, do texto divulgado por Garcia (Int. Hist. Geral, III, 84) — seriam as seguintes: cumprindo as determinações da carta de 18 de janeiro, procuraria os Estados, prometendo-lhes a devolução de Pernambuco, viajando para a Bahia, a fim de dar execução ao combinado; em Salvador, prenderia Teles da Silva, mas, em vez de enviá-lo a Lisboa, via Paris, segundo determinara o Monarca, fá-lo-ia “recolher a uma casa particular com soldados”, ensejando-lhe, porém, oportunidade para que “fuja com êles e se passe aos levantados”, onde, “aclamado cabeça deles, se ofereçam a el-Rei de Castela, ou, por si só, se faça cabeça daquela gente e trate de se concertar em uma República livre”.

E acrescentava: “ao primeiro me inclinara mais, se Vossa Majestade julgasse que se podiam vencer os inconvenientes que tem, porque por aqui se conseguiria... **METER EM GUERRA CASTELHANOS E HOLANDESES**”.

A segunda fórmula tinha um inconveniente: seria o Monarca forçado a “meter gente contra os levantados, não podendo “impedir aos holandeses façam o mesmo”, dado que,

nestes casos, ficava lícito “pelo capítulo das tréguas... a qual-quer das partes fazerem a guerra em casos semelhantes e ficar-se cada uma delas com o que ganhar”; mas, fôsse qual fôsse o meio preferido, “Vossa Majestade ganhará sem contradição e tôda (?) se tornará contra os holandêses, com o que Vossa Majestade “corando (?) sua palavra real, ficará (?) lançando os holandeses do Brasil e, inda que das presunções nunca nos podemos purgar, os Reis não são escrupulosos para o que lhes está bem que reparem nestas minúncias”.

Tais sonhos, entretanto, durarão pouco.

Aprovando a sugestão de Niza, envia-lhe D. João a carta de 12 de agosto de 47, recomendando-lhe que “não podendo vencer celebrardes paz com Holanda, se não restituindo-lhe o que os levantados têm hoje na Capitania de Pernambuco, o façais”, com a única ressalva de largarem “os da Companhia o posto que têm tomado na Ilha de Taparica e desembarcando de tudo a Bahia”.

Depois de algumas esperanças — chegando mesmo a sugerir a el-Rei, tratasse, enquanto mantinha as negociações, de apressar a expulsão do flamengo, o que, dizia, “não só não é dificultoso, mas fácil”, pondo, assim, diante dos Estados Gerais o “fato consumado” — Coutinho voltará a deixar-se dominar pelo pessimismo e, em carta ao Marquês de Niza, — realçando via “o negócio em estado que só de Deus pode vir o remédio” — proponha fórmula meio louca: “Se V. Excia. se atreve a que tomemos êste negócio sôbre as nossas costas, eu me ofereço a tudo, advertindo a Vossa Excelência que *salus Republicae (sic) prima lex esto*; e parecendo-lhe a V. Excia. que o convém, avise-o a Sua Majestade, NÃO TOMANDO PARER, MAS DANDO CONTA DO FEITO”, enviando-lhe dinheiro para poder viajar ao Brasil.

E escorado na concordância de Niza, procurou novamente os Estados Gerais, a 13 de setembro, prometendo-lhes, em nome do Monarca, a entrega de Pernambuco “sem cláusula nem obrigado de condição”.

Regista Afrânio Peixoto (apud. Pedro Calmon, *Hist. do Brasil*, III, 699) que, dando conta ao Soberano das suas gestões, Coutinho teria escrito: “Vossa Majestade, Senhor, salve sua honra, desaprovando o que fiz em seu nome. Sacrifique sua cabeça” (ou “a minha cabeça?”) “mas não aquela praça”. Talvez fantasia, mas com alguma verossimilhança, pois, na carta ao Soberano, depois de comunicar-lhe a promessa feita a 13 de setembro, acrescentava ficaria D. João à vontade para desaprová-lo prometido, porque “os reis não estão obrigados a estarem por tudo o que os seus embaixadores fizeram”, embora corresse a ponderar chegara a situação a tal ponto que se tornava fatal optar: ou o risco de “os holandeses declararem a guerra a Vossa Majestade em tôdas as partes ou concertar com êles na forma que se pudesse”.

Em carta de 13 de novembro, porém, o secretário Pedro Vieira da Silva lhe comunica a aprovação régia à “oferta livre que Vossa Mercê fêz de restituir as praças que os portugueses alevantados tomaram aos da Companhia só a trôco de os holandeses celebrarem com êste Reino paz segura e durável”, o que, de resto, lhe fôra ordenado anteriormente em carta confiada ao Padre Vieira, que, entretanto, tendo viajado de Lisboa a 13 de agosto, sômente em dezembro chegaria à Holanda.

Embora, mais uma vez procurados pelo Embaixador, a 15 de outubro, sômente a 1º de dezembro, os Estados lhe davam resposta, e desnorteante, pois exigiam a devolução não apenas de Pernambuco, mas da área desde Sergipe ao Maranhão, entrega da praça da Bahia como garantia e mais o pagamento de 28 milhões de florins, como indenização por perdas e danos.

Em vão tenta Coutinho convencê-los da inadmissibilidade da contraproposta, ponderando concordava el-Rei em devolver o Brasil flamengo de 1640, não podendo, porém, incluir Sergipe e o Maranhão, tomados depois, à má fé, aleivosamente; não tinha credenciais para discutir o problema da caução, que nunca fôra cogitado dantes; e, quanto à indenização, acentuando, com alguma ironia, que Portugal e o Brasil, juntos, não valiam tanto...

Tomando conhecimento das novas exigências do flamengo, D. João IV, manda ao Embaixador, na carta de 3 de março, instruções definitivas que se resumiam nos seguintes pontos: a) procurasse concluir o acôrdo, “porém, obrigando-me eu a restituir sòmente aos Estados o que vai de Pernambuco até Sergipe de el-Rei, mas não Sergipe de el-Rei, que há de ficar comigo, por eu estar de posse desta parte ao tempo de minha restituição à coroa dêstes reinos” e, enfatizando, “de maneira que o que vos haveis de obrigar em meu nome a restituir aos holandeses é tudo o que êles possuíam no Brasil ao tempo de minha restituição e nenhuma outra coisa mais”; b) quanto à caução exigida, não daria de fiança “uma só ameia, e muito menos na Bahia”, podendo o Embaixador oferecer “caução dada por comerciantes”, e, em caso extremo — sobrevivendo o risco de “se desmanchar tudo”, — promettesse a do Pôrto; c) inaceitas as propostas, nos têrmos das instruções — “sem as alterardes em uma pequena parte” — encerrasse as negociações — “não há para que tratar mais do negócio” — salvo se surgisse “outro meio nôvo”, hipótese em que deveria comunicá-lo ao Monarca imediatamente, despachando um barco especial, se faltasse navio: d) e tudo isso devia ser decidido logo — antes de chegarem à Holanda notícias quanto às duas armadas, — e se os Estados teimassem em adiar, deveria deixar o País sem tardança, voltando a Lisboa e passando a embaixada a D. Luis de Portugal, nomeado para o substituir.

Esta carta, acentua José Antônio, “era a primeira indicação de que Sousa Coutinho decaira da confiança da Coroa e de seus principais ministros” ... vitoriosa, em grande parte, a campanha de que vinha sendo alvo, de parte de alguns diplomatas e estadistas, que lhe censuravam e condenavam a linha “entreguista”.

Dantes, na verdade, se conduzira, muitas vêzes com carta branca e, apoiado em Vieira e Niza, se dava ao excesso de ir além e contra o que expressamente lhe era ordenado; agora, davam-se-lhes instruções, a que teria de se cingir rigorosamente, *não as alterando uma linha* e, mesmo aparecesse alguma fórmula nova, cabia-lhe submetê-la ao Soberano, sem nenhum poder de livre iniciativa. E fracassada a tentativa de acôrdo, devia retornar ao Reino imediatamente, deixando a embaixada-

O próprio Sousa Coutinho percebeu o golpe, doendo-lhe, como diria em carta ao Soberano, sair da luta “caluniado de todo Portugal”, pois “há (sic) de vir à balha cinco anos de Holanda, tanto gastado de fazenda sem fazer nada”, sinal visível de que “presto para pouco”.

Mas a ordem de largar tudo e recolher-se ao Reino era condicional, valendo se lhe não fôsse dado ultimar o acôrdo com os Estados Gerais e daí o redobrar de esforços, no sentido de conseguir levar a bom têrmo as negociações, superando os entraves que, à moda da “cabeça de hidra”, repontavam a cada passo.

O que mais estava emperrando os entendimentos eram questões de detalhe: aquiescera el-Rei à exigência de Haia — de devolução, pura e simples, do Brasil holandês — restando apenas determinar qual o território a ser devolvido e, desta sorte, se o embaixador conseguisse que D. João cedesse mais um pouco, tudo se resolveria a contento.

E com êste objetivo, começa procurando demover o Monarca, escrevendo-lhe: “o que Vossa Majestade dispõe sôbre Sergipe receio nos possa embaraçar muito no negócio, porque V. M. absolutamente não quer admitir mais que ficar-se com êle e os holandeses querem o mesmo”.

“Se a razão valera”, acrescenta, “pouco havia que duvidar da nossa, mas desde as primeiras diferenças essa gente não se quer valer senão da fôrça”. E disposto a cumprir ordens, — “o que Vossa Majestade quer é o que devo fazer” — trazia à colação o ponto de vista do Padre Vieira — de que girando tudo em tórno “desta diferença, não merecia aquêle posto fazer-se e perder-se tanto por êle”, — acreditando, concluía, não quisesse o Monarca “perder a paz de Holanda só por isso. E indo além, proclamava, em carta de maio “não há de ser Sergipe parte para eu deixar de concertar quando não haja outro remédio”, apenas procurando “vir a uma composição com que fiquem os têrmos pelo rio de Vaza-barris”, ajuntando não era aquêle “o tempo em que devemos quebrar com os holandeses nem deixar de fazer o possível por sua amizade” de acôrdo, ainda aí, com Vieira, ao ponderar que “para ter paz e segurar o Reino em nada se repare”.

Não havendo sido divulgada a correspondência do Embaixador depois de maio de 1649, são ignorados os detalhes de suas articulações em Haia, sabendo-se, porém, através de documentação paralela, que, nada obstante as determinações régias, permaneceu na Holanda, perseguindo ultimar o acôrdo, sem maiores resultados práticos.

Depois das instruções de 3 de março, Lisboa guarda longo silêncio — de que, aliás, se queixava o Padre Vieira em carta a Niza — o que talvez tenha explicação: o Soberano estava atento à marcha dos acontecimentos, então muito desfavoráveis ao flamengo: em fins de 67, Sigismundo largara Itaparica, ante as notícias da aproximação da esquadra de Vila Pouca, em janeiro de 1648, Francisco Barreto que fôra aprisionado pelos flamengos lograra fugir, ajudado pelo francês Voltrin e por Francisco de Brá, filho do carcereiro, — apresentando-se no Arraial a 23, assumindo, a 16 de abril o comando das operações e, fato ainda mais decisivo, procurando romper o cêrco, atacando os sitiados pela retaguarda, Sigismundo abalou do Recife a 18 de abril, travando combate, em campo raso, com os insurretos, no Monte dos Guararapes, a 19, sofrendo derrota, com o que, acentuaria Calmon, “não sòmente perdeu a batalha, mas a guerra”.

Embora, repita-se, não se conheça a correspondência de Coutinho, desta época, torna-se possível reconstituir as derradeiras demarches junto aos Estados. Todo o entrave, recorde-se, se resumia em pouco: D. João se comprometia a ceder apenas o que o holandês possuía antes de 1640 — do São Francisco até o Rio Grande do Norte — enquanto em Haia se exigia a faixa de Sergipe ao Maranhão.

Indo além das instruções — como de resto, avisara ao Monarca na carta de maio, — o Embaixador lhes oferecera também Sergipe, mas agora o holandês passa a querer mais, sumariando suas exigências nos seguintes itens: a) cessão do Brasil flamengo, como tal entendido o trecho do rio Real ao Maranhão e, ainda, de outras praças africanas, sobretudo Angola, a justificar a crença do Padre Vieira de que não abririam mão desta praça, porque, dizia, “sem negros não há Pernam-

buco e sem Angola não há negros”: b) entrega anual de mil bois, mil vacas, mil ovelhas, durante dez anos e pagamento anual, durante vinte anos, de mil caixas de açúcar; c) indenização de 100 mil florins, durante 20 anos, para manutenção de tropas e d) restituição dos escravos e bens tirados dos engenhos durante a guerra.

E Sousa Coutinho conseguira reduzissem as pretensões, aceitando a restituição, na África, de Angola e São Tomé e, no Brasil, da área desde o rio de Sergipe até o Rio Grande do Norte, abrindo mão do resto de Sergipe e do Maranhão; o pagamento de dez mil caixas de açúcar, em vez de 20 mil, ficando a questão da restituição de escravos e bens a ser tratada entre os interessados.

Muito amenizadas as novas exigências, esperava decerto Coutinho que el-Rei as aceitasse, quando lhe chega a 30 de agosto, a resposta desnorteante: D. João recusava o combinado e lhe ordenava regressasse imediatamente a Lisboa.

É quando entra em cena o Padre Vieira: depois de aconselhar-lhe permanecesse no posto, retorna ao Reino, onde desembarca a 15 de outubro, desenvolvendo intensa atividade e, com sua inteligência viva, habilidade, incluindo o poder de sofismar — consegue demover D. João a acolher o que o embaixador acertara. Verdade que o Soberano nada decidiu sem, de acôrdo com as praxes, ouvir os vários órgãos consultivos — Conselho Ultramarino, Conselho de Estado, Conselhos da Fazenda e da Guerra, Mesa da Consciência, Desembargo do Paço, etc.; mas a leitura da consulta enviada ao Conselho da Fazenda — e as demais devem ser semelhantes — torna positivo que, pedindo parecer, D. João tomava partido em favor do esquema.

Já constituiria sinal de certa parcialidade submeter a estudos o que, dantes, recusara terminantemente e como se fôra pouco, aqui e ali indícios de que não havia outra saída: os artigos ajustados pelo Embaixador, dizia, “são os últimos a que pode chegar êste negócio”, e resultava suaves, se comparados “com a demasia” inicial das exigências flamengas;

antes de opinar, devia o Conselho designar dois membros que se entendessem, previamente, com o Monarca e com o Padre Vieira, sabidamente o patrono apaixonado da solução pacífica; e, ponto crucial, a advertência de que “a paz de França com Castela está muito perto de concluir-se sem inclusão deste Reino”, o que valia dizer — a Espanha, sem outros problemas, ficaria à vontade para atacar o Reino, ainda sujeito ao perigo de guerra com os Países Baixos.

Ou o que muito assombrava Vieira e o Monarca: o eixo Madri-Haia contra Lisboa...

Os órgãos ouvidos, porém, foram unânimes na desaprovção do entendimento nas bases concertadas pelo embaixador, opinando se deveria, ainda uma vez, negociar o acôrdo através de indenização à Holanda — a velha fórmula Gaspar Dias Ferreira — e, recusada a solução de se contentarem os holandeses com a compra de Pernambuco, seria preferível arrostar a guerra, custasse o que custasse.

Sòmente haveria uma vez discordante: o Padre Vieira que, em abono de sua posição, apresentaria o longo e brilhante PARECER A FAVOR DA ENTREGA DE PERNAMBUCO AOS HOLANDESES, o muito falado e estigmatizado PAPEL FORTE, o “signo de Cain”, a “mancha de Lady Macheth”, que lhe irá avinagrar o resto da vida, acarretando-lhe a pecha, — compartilhada com Sousa Coutinho — de JUDAS DO BRASIL.

Mais tarde, Vieira procuraria limpar a testada, acentuando, em carta ao Conde de Ericeira, se limitara a fazer-se porta voz do pensamento de el-Rei D. João IV, dizendo textualmente: “no papel que Sua Majestade ME MANDOU fazer, só fui RELATOR das forçosas razões QUE ÊLE TEVE PARA ISSO”.

A defesa é de todo em todo inconvincente, dado que, segundo o mostra a exposição do Prof. José Antônio, o PAPEL FORTE é a sùmula, ordenada e muito bem argumentada, do que Vieira sempre sustentara.

De fato, foi antes do movimento rebelde da Várzea, pregando na Bahia, em 1640, e aludindo aos desastres da esqua-

dra do Conde da Tôrre, — o jesuíta trazia a colação as duas correntes então em conflito — a dos que “escolhiam por partido partir o mesmo emblema pelo meio ... deixando ao injusto possuidor os favos do já perdido, que é Pernambuco”, a fim de acudir e “defender com o capacete a cabeça tão ameaçada e perigosa que é a Bahia”, enquanto outros “de nenhuma sorte se contentam com o emblema partido”, achando se devia defender tudo ao mesmo tempo.

É verdade que o orador não tomava partido, citando, apenas, opiniões de terceiros, mas de algum modo se traia quando, falando dos primeiros, os apontava como “discorrendo PRUDENTEMENTE sôbre o estado presente de nossa guerra”, enquanto, referindo-se aos segundos, hesitava entre em proclamá-los “MENOS CONSIDERADOS ou mais animosos”...

E haveria atentar em que, em 1640, o problema se mostrava menos severo, pois a opção era entre Pernambuco — “o já perdido” — e a Bahia, o resto do Brasil — o ameaçado, — enquanto, agora, estava de um lado Pernambuco — e de outro a independência do Reino, o valor maior.

Convém deixar bem claro êste ponto: o “entreguismo” de Vieira era, de algum modo, “condicionado”, fruto das circunstâncias especialíssimas do momento. Também êle gostaria de ver Portugal restaurar o antigo Império de Avis, talvez alargado, se possível; mas, realista, colocava o problema em termos de opção e, se o esforço da restauração do Brasil flamengo podia acarretar ameaça à independência de Portugal, que se abrisse mão de conquista, para salvar o Reino, na filosofia prática do “vão-se os anéis, fiquem os dedos”.

E esta maneira de situar a questão seria coisa velha, como o evidencia êste tópico de uma carta sua ao Marquês de Niza: “Eu estava em uma cama, sangrado dezesseis vêzes, quando do Brasil me vieram as primeiras notícias de que se queria intentar e, porque o impedimento me não permitia falar com S. M. e dizer-lhe pessoalmente o que entendia naquela matéria, como quem tantos anos havia estado no Brasil e sabia o que lá se pode, pedi um prelado muito confidente de S. M. lhe quisesse representar de minha parte o perigo e difi-

culdade desta emprêsa e que o segurasse que era impossível render-se a principal fôrça por mais que os de lá, enganados do desejo de liberdade, o promettessem: e acrescentava que, ainda quando o Brasil se nos desse de graça, era matéria digna de muita ponderação ver se nos convinha aceitá-lo com os encargos da guerra com Holanda, em tempo que tão embaraçados nos tem a de Castela; porque são homens os holandeses com quem não só vizinhamos no Brasil senão na Índia, na China, no Japão, em Angola e em tôdas as partes da terra e do mar, onde seu poder é a maior do mundo” (In Calmon, Hist. II, 669).

Argumentador de imenso talento, brilho, eloquência, vigor e arte — a que não faltava, quando preciso, boa dose de poder sofístico — o jesuíta analisa a questão à base de razões objetivas, claras, tangíveis, possível resumir-lhe a linha polêmica nos seguintes itens: se, em todo o passado, Castela e Portugal, juntos, não puderam prevalecer contra a Holanda, como poderia, agora, Portugal, sozinho, resistir diante de Castela e Holanda unidos? Mesmo tivesse de enfrentar apenas o flamengo, o quadro se apresentava sombrio: enquanto, na verdade, a Holanda lutava, no passado, com “o braço direito atado às guerras de Flandres”, estando agora, porém, “com todo o seu poder livre e desembaraçado”, Portugal, pelo contrário, “tinha antigamente tôdas as suas fôrças livres, agora as mantinha “ocupadas e queira Deus que bastem, com as de Castela”.

Na fase da invasão e até 1646, a luta era “com o poder das Companhias”, enquanto, agora, se ia pelejar com “o poder da Companhia e dos Estados”. Os dois nervos da guerra” eram “gente e dinheiro” e Portugal, sabidamente, estava arrasado em recursos materiais e humanos, fazendo o cotêjo entre o poder flamengo e o lusitano, para tornar claro seria suicídio desafiar os Países Baixos.

Convencido de que o que, fundamentalmente, importava era a paz com a Holanda, a fim de assegurar a independência do Reino, indagava: se na Espanha, os ministros aconselhavam ao seu Monarca “impida a paz com Holanda”, seria razoável se aconselhasse ao Rei de Portugal “para se conservar, o que os de Castela aconselharam para o destruir”?

E, ao cabo de contas, o que se estava exigindo acabava pouco: na verdade, entregando-lhes o que exigiam, “não lhes damos tanto, quanto se imagina”, pois se lhes devolvía “o que era seu, parte do que êles possuíam... e de que temos o trabalho e êles os frutos, damo-lhes por vontade o que não hão de vir a tomar pela fôrça”, entrega, de resto, que não seria de grande monta, podendo-se “transplantar Pernambuco para outra parte, pois o que nos falta não são terras, se não habitantes”.

E cessão, esta, que poderia ser passageira, porque mais tarde — “quando nos virmos em melhor fortuna” — talvez fôsse possível recuperar o perdido.

A despeito da influência de Vieira D. João, sempre vacilante, cedeu à pressão da maioria, quase unanimidade, fazendo-o, porém, repara José Antônio, “não sem birra”, como o deixa transparecer nas cartas de 24 de dezembro de 48 a 15 de março de 1649, quando ordena ao Conselho da Fazenda — diga “com que meios e com que cabedal se hão de defender as conquistas, no caso de rompimento de guerra com a Holanda, estando Portugal tão embaraçado, impossibilitado, impedido e o Reino tão exausto... e os meios com que o mesmo Reino se poderá defender de dois inimigos tão poderosos como são Holanda e Castela”.

Contrariando, porém, os prognósticos sombrios de Vieira, a situação melhoraria sensivelmente para Portugal. Enquanto Barreto de Menezes ganhava, a 19 de fevereiro de 49, a segunda batalha dos Montes Guararapes, organizava-se, no Reino, a Companhia Geral de Comércio, que iria prestar ajuda substancial na luta da restauração, permitindo aos alevantados apertar o cêrco do Recife que volta a atravessar dias de angústia.

Nada obstante, D. João IV ainda procura resolver as dificuldades por meios amigáveis, enviando para Haia novo embaixador — Antônio de Sousa Macedo — incumbido de negociar a paz nas bases dos pareceres dos seus Conselhos e Tribunais, em fins de 1648: abrisse a Holanda mão de Pernambuco, em troca de indenização e outras vantagens materiais, o

que foi recusado pelos Estados, a insistirem na tecla da devolução do território ocupado e outras compensações, a título de ressarcimento de perdas e danos.

E ocorrerá, então, acontecimento decisivo na marcha das operações: sentido-se prejudicada com a política "protecionista" de Cromwell — especificamente contra o *Act of navigation*, que tornava exclusivo de navios ingleses o transporte de mercadorias para o império — a Holanda declara guerra à Inglaterra — saindo vencida, — e com as atenções voltadas para a luta mortal contra Londres, não seria possível nos Estados desviar ajuda aos flamengos no Brasil.

Afinal, apresenta-se no Recife, a 20 de dezembro de 1653, a grande esquadra da Companhia Geral — 64 navios mercantes e 13 de guerra, sob o comando de Pedro Jaques de Magalhães, havendo-se assentado levar a cabo aquêle velho plano de Antônio Teles — bloqueio do pôrto do Recife, enquanto as forças de Barreto apertavam o cêrco — o que levou o inimigo a capitular, tomando o comandante lusitano posse do Recife a 27 de janeiro de 1654.

À primeira vista, seria o fim de tudo, o fato consumado e irreversível.

Mas a Holanda reagia, não aceitando o desfecho de 27 de janeiro: e cansado das negações da diplomacia lusitana, o Governo de Haia enviou a Lisboa uma delegação — acobertada pela esquadra sob o comando do Almirante Opdam, senhor de Wassenaar — com um ultimatum: aceitação, por parte do Reino, das antigas exigências — devolução dos territórios tomados no Brasil e na África, além de pesadas indenizações — ou a guerra. E ante a recusa de Lisboa, veio a guerra, seguindo-se o bloqueio e repetidas prêsas, situação que ameaçava agravar-se, pois depois do fracasso do sítio de Badajoz, a Espanha voltara a atacar o Reino, com possibilidades de pleno êxito após a paz dos Pirineus, celebradas com a França em 1659, configurando-se o espantelho que tanto assombrava D. João e o Padre Vieira: a luta em duas frentes contra Haia e Madri.

Mas a diplomacia lusitana iria marcar tento de primeira ordem.

Falecendo D. João IV em 6 de novembro de 1656, sucedeu-lhe o filho, D. Afonso VI, em cuja minoridade ocupou a regência a rainha Mãe, D. Luisa de Guaman, tendo-se, em sua gestão, ajustado, em 23 de junho de 1661, o casamento da Infanta D. Catarina com o Rei Carlos da Inglaterra, enquanto, mais tarde, em 22 de fevereiro de 1666, se celebrava o casamento do jovem Soberano com a princesa Maria Francisca Isabel de Saboia, filha caçula do duque de Nemours, neta do Duque de Vendôme e bisneta do rei Henrique IV, ganhando, assim, Portugal substancial apoio em alianças dinásticas, cujos frutos não tardaram: graças à intermediação do Rei da Inglaterra alcançava-se o velho sonho das pazes com a Holanda, assinadas a 6 de agosto de 1661 — mediante a indenização de quatro milhões de cruzados, a serem pagos em 16 anos — enquanto a 13 de fevereiro de 1668, se firmava a paz com a Espanha.

Era o descanso, o fim do pesadelo.

E mercê da bravura dos pernambucanos e da habilidade da diplomacia Metropolitana, Pernambuco passava a integrar, definitivamente, a unidade luso-brasileira.

# Sobre alguns problemas básicos para um estudo histórico do direito no Brasil

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

(Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco)

“Nenhum jurista pode dispensar o contingente do passado a fim de bem compreender as instituições jurídicas dos dias atuais” (WALDEMAR FERREIRA, *História do Direito Brasileiro*, volume I, 1962, pág. 1”).

“O Direito não se gera espontaneamente, mas emerge das condições de vida e desenvolvimento da sociedade que o cria e êle disciplina e ordena. Ao jurista historiador cabe exatamente o estudo no tempo destes pressupostos dos fenômenos e das instituições, quanto das normas garantidoras da ordem jurídica e social” (Idem, *ibidem*, tomo IV, 1956, pág. XIII).

*SUMÁRIO:* 1 — *Ciência histórica, historiografia política e historiografia jurídica: esquemas e modelos.* 2 — *Contornos da historiografia jurídica e circunstâncias brasileiras.* 3 — *Épocas, periodização.* 4 — *Referência aos “ramos”.* 5 — *Para um balanço bibliográfico.* 6 — *Um tópico sobre influências.* 7 — *Tipologias e comparações.* 8 — *Ainda sobre tipos.*

1. *Ciência histórica, historiografia política e historiografia jurídica. Esquemas e modelos.* Muito já se tem dito da ciência da história: no século dezenove foi caracterizada como filologia ou como estudo de evoluções, os hegelianos

(\*) Escrito para os “Estudos em homenagem ao professor Waldemar Ferreira”, São Paulo.

viram-na como visão dialética de superações, os marxistas como registro de infraestruturas; para Ranke detecção exata do efetivo passado, para Croce construção “contemporânea” (1). Dêsse muito que se lhe tem atribuído, a autoconsciência do saber histórico lucrou a compreensão de que é um saber variável em seu próprio papel intelectual, cumprindo missão que se altera conforme as conjunturas culturais e as perspectivas ideológicas. Ao que nos parece, entretanto, cabe acrescentar a êste saldo, a esta convergência de relativizações, ser a ciência da história — e isto, sempre — função de *esquemas* e de *modelos*. Não se concebe historiador, seja do tempo de Tucídides seja do de Trevelyan, que trabalhe sem um preformado esboço expositivo e sem seguir, ao menos inconscientemente, paradigmas estruturais, metodológicos ou estimativos. A história do saber histórico (como aliás, talvez, a de qualquer outro) consiste, de certo modo, na sucessão mesma dos esquemas e dos modelos que nêle se usam, conforme as motivações culturais ou as intenções concretas que afetam o trabalho do historiador: na Idade dita média os esquemas metafísicos e os modelos teológicos, no Renascimento os grandes exemplos “clássicos” com seus modelos respectivos, e assim por diante, sendo que nos tempos modernos a multiplicação das “posições” e das intenções faz crescer a diversificação do uso e do sentido dos esquemas e dos modelos.

Esquemas e modelos se acham presentes, tipicamente, quando determinados problemas, postos numa determinada época, são repostos em outra, como no caso do problema da liberdade, que, transformado em problema histórico e colocado em tela de juízo na fase liberal da historiografia contemporânea, ocasionou a revisão dos modelos doutrinários gregos e dos esquemas intelectuais clássicos referentes ao tema (2).

x x x

Tais esquemas e tais modelos (que no fundo expressam a consciência histórica) são representações, permanecidas da herança cultural anterior, e ao mesmo tempo são normas metodológicas que vinculam o trabalho historiográfico a contextos culturais vigentes, ligando-o inclusive a padrões operacio-

nais das ciências vizinhas. Na história política e das instituições há, por exemplo, certas coordenadas estáveis, como periodização, visão de condicionamentos e alternativas para preferências críticas. Na historiografia de *idéias*, porém, semelhantes esquemas, semelhantes configurações, aparecem com mais expressiva presença, porque agora as representações metódicamente *aplicadas* pelo estudioso vão encontrar-se com as representações que foram vividas e *expressadas* pelos pensadores pretéritos. Isto interessa obviamente à questão da história das idéias políticas e das jurídicas.

Em história das idéias políticas, a aplicação dêstes esquemas, que hão de conviver ideograficamente com as próprias representações estudadas, tem de levar em conta a função dessas representações, que às vêzes tem sentido histórico-cultural bem característico (3). Os “modos” mesmos de restaurar passados doutrinários (4) corresponde ao respeito que se tem pela irreduzível peculiaridade daquelas representações, que compensa o lado de “projeção” que o trabalho histórico, aí mais que nunca, possui.

Efetivamente, o trabalho histórico envolve *projeções* — de categorias, de valores — sôbre as realidades passadas, que se estudam em forma de testemunhos permanecidos. Ou por outra, “retrojeções”, pois que se trata de idéias que se impõem a épocas passadas na tentativa de entendê-las. É um defeito que se tem o dever formal de evitar, mas que ocorre sempre, e que, em seu caráter de tendência generalizada, revela a precariedade e também o encanto do trabalho histórico. Entre os historiadores do direito, é comum por exemplo atribuir cunho de “sistema” à experiência institucional de povos que não possuíam ainda nem a idéia de direito nem muito menos a de sistema. É comum atirar, sôbre situações e ordenações antigas, implicações epistemológicas excessivas, quando na verdade a experiência jurídica é, historicamente, algo que se vem integrando num processo de que faz parte indispensavelmente um núcleo de consciência. Direito existe onde se pensa nêle, e tanto mais quanto mais. Isto justifica a prática dos esquemas interpretativos, na história do direito — e na do saber jurídico —, na medida em que seu uso, penetrado metodologicamen-

te por uma crítica filosófica e histórico-filosófica suficientemente avisadora, permite distinguir onde é lícito constatar determinadas figuras, determinadas noções, na vida jurídica dos séculos distantes, e onde começa a projeção de idéias modernas sôbre dados antigos.

Êsses problemas se acham originariamente constituídos na trama especulativa do pensamento europeu contemporâneo, e evidentemente o seu interesse para o estudioso latino-americano é, se bem legítimo, como que aproximativo. Podemos ver em cada grande cultura nacional européia um padrão de historiografia jurídica que chega a corresponder a escolas e correntes: na Itália a linha que vai de Schupfer e Pertile a Calasso e Paradisi, na Inglaterra a tradição de Maine e Stubbs mantida por Holdsworth e Plucknett, na Espanha a lição de Hinojosa seguida por Gallo Sanchez, Minguijón, Garcia Gallo e tantos outros.

2. *Contornos da historiografia jurídica e circunstâncias brasileiras.* Disse que é apenas aproximativo o interesse dêsses enredos teóricos para o cientista social de país latinoamericano, mas no sentido de que o núcleo dêles radica em fontes culturais e especulativas que estão mais longe das nossas origens, pois que as vemos *através* da cultura européia. É claro, porém, que o momento universalizador da reflexão permite ao estudioso de qualquer país tratar daquêles temas: e é também certo que, ao catar a gênese de nossas instituições, o estudioso segue um ou vários fios de Ariadne que o levam ao campo europeu por conta do fato de termos recebido matrizes européias. E mais, com a comunicação internacional de conceitos de hoje em dia, a padronização dos programas acadêmicos permite que em qualquer país se retomem e se enfrentem as questões mais fundamentais e mais insistentes, ou mais insistentes, das ciências humanas.

Quando falo de “contornos” da historiografia jurídica, estou visando sua convivência ou vizinhança com disciplinas como a sociologia do direito e a história social. E não em nome da famigerada pergunta pelas “relações” entre elas, mas porque aquela convivência interessa antes por interpenetração

que por divisa; e mais ainda porque o intercâmbio entre a história do direito e esta ou aquela área de estudos é, em grande medida, variável segundo os interesses e enfoques de cada geração. O que se entende por história do direito fica sendo mais ou menos o mesmo <sup>(5)</sup>; cada época pode, contudo, estudá-la junto com a etnografia e a antropologia, com a história econômica, ou com a sociologia. Isto diferencia no Brasil, *verbi gratia*, os trabalhos de um Martins Júnior, dos de um Waldemar Ferreira.

A distinção entre direito e política produziu, por exemplo, uma outra entre história do *direito* e história da *política*. Esta, porém é às vezes rotulada de “história das instituições”. E existe ainda a “história constitucional”. A história das *instituições*, com o sentido corrente, corresponde por certo à redução do conceito de instituição à sua dimensão política; a história chamada constitucional poderia equivaler a ela, se não fôsse a necessidade de ser entendida, entretanto, em ligação com o sentido jurídico que o termo carrega <sup>(6)</sup>. Parece-nos que a expressão história constitucional deve ser vista como um lado da história do direito, o que porém não significa que não esteja vinculada à vida política.

Na bibliografia brasileira disponível, estas três perspectivas estão, como é natural, frequentemente conjugadas. Isso ocorre por exemplo em certos estudos sôbre fases ou transes de nossa formação política <sup>(7)</sup>.

A reflexão sôbre os conteúdos e os problemas peculiares de uma historiografia jurídica brasileira se depara com alguns temas básicos, como o da relativa dispersividade da literatura histórica nacional, que por muito tempo prejudicou-se com uma história tipo “gabinete secreto” e com casuismos e anedotismos hoje superados. Dentro de tal reflexão, não seria meo verbalismo indagar pelo estado da “vocaçào histórica” da cultura brasileira, que realmente nunca faltou nos grandes pontos da trajetória do país, mas que por outro lado não amadureceu ainda certos elementos. O pleno amadurecimento de nossa ciência histórica envolverá, entretanto — além do indispensável crivo das necessidades históricas concretas —, uma as-

similação suficiente das questões gerais de metodologia provindas da especulação ocidental contemporânea e mencionadas atrás. Entre essas questões gerais, poderíamos mencionar uma que é própria da historiografia jurídica desde seus inícios modernos: a da divisão entre história interna e história externa. Questão hoje cedida, foi entretanto representativa de uma herança intelectual, pois, provindo de uma idéia de Leibniz, ganhou adesão em gerações de juristas e historiadores (9). Sua inoperância para uma historiografia jurídica nacional em termos modernos, é, entretanto, evidente: o que contará, num levantamento da evolução de nossa vida jurídica, será precisamente a visão integrada de fatores e formas, conteúdos de institutos, ambiências culturais e resultados efetivos (10).

3. *Épocas, periodização.* Na historiografia jurídica, a consideração da idéia de “sistema” serve de contraponto ao trabalho de dividir os processos em períodos: antes de seccionar os itinerários históricos, há que ter em vista a unidade objetiva do sistema representado (11). É verdade que isso se entende basicamente com referência aos direitos do velho mundo, a cuja riqueza histórica corresponde o fato de constituírem vários sistemas; mas importa também no nosso caso, como lembrete para não se prender demais aos períodos da história extra-jurídica. Nessa história, ou por outra em nossa história *tout-court*, a divisão assente é a que monta sobre as três sucessivas condições políticas vividas pelo país: colônia, império, república, e nela temos para refôrço de persuasão o relativo equilíbrio apresentado pelas respectivas extensões *cronológicas* dos períodos (12). É natural que a historiografia brasileira, desde pelo menos a época romântica, tenha tido conexão com as diversas tentativas de dar estrutura histórica aos ideais nacionais, o que lhe exigiu sucessivas revisões críticas.

Um problema sempre encontrado, na narração da história do direito, é o de saber até que ponto se integram, como “raízes autóctones”, as instituições dos indígenas: sua organização com específicos caracteres, seus costumes econômicos e penais, suas chefias religiosas, militares e políticas (13). Com semelhante problema se entronca a indagação sobre o surgi-

mento de um direito “realmente” brasileiro, de um ordenamento que fôsse algo mais que a mera presença das normas lusitanas em nossa terra em vias de colonização — indagação previsível mas por certo muito difícil de equacionar em termos de deslinde preciso (14).

A disponibilidade de fontes para o historiador não é a mesma para tôdas as épocas, evidentemente. Os primeiros tempos sempre são mal estudados, ou então, mesmo quando há muitos ensaios a seu respeito, o acesso direto a textos contemporâneos é difícil. As épocas recentes correspondem a um documentário mais acessível, ou a um feixe de opiniões mais manipuláveis.

4. *Referência aos “ramos”.* Por causa do apêgo que ao direito romano tiveram os historicistas da geração de Savigny, e por causa da visão *privatizante* do direito romano, a história do direito sempre apresentou um *penchant* pelo direito privado. A evolução do direito público ficou um tanto deixada à margem, inclusive por conta das laterais denominações “história constitucional” e “história política”. No Brasil, certas comemorações é que, todavia, ensejaram revisões históricas interessando ao direito público (15).

É explicável que uma certa tentação de fazer história política tenha dominado alguns autores, diante dos componentes e dos condicionantes de nossa formação constitucional e administrativa (16). E entretanto a vida das instituições, no Império mesmo, teve também um sentido visceralmente jurídico, numa medida que é dada pela própria produção e pela índole de obras jurídicas que as debateram, como se deu no caso do poder moderador e de certas disposições do Código Criminal. Talvez a figura de Ruy Barbosa é que tenha contribuído mais para que se presenciasse um tratamento jurídico-científico, em grande estilo, de matérias de direito público, ao lado das de direito privado. Talvez, também, se possa falar de uma perceptível diferença de estilo intelectual, mesmo de formação, entre nossos publicistas e nossos privatistas (17); se bem que em ambos um enfoque sociológico possa lobrigiar, o mais das vezes, um fundo comum ou fundos comuns: o conservadorismo

generalizado dos professôres do tempo de Pedro II, o liberalismo dos do tempo de Campos Salles.

5. *Para um balanço bibliográfico.* Sensivelmente heterogênea é a bibliografia de que se dispõe, referente ao direito brasileiro. Heterogênea e escassa, a parte tocante ao *saber* jurídico nacional. Ao iniciar sua monumental embora inacabada "História do Direito Brasileiro", o professor Waldemar Ferreira tratou do problema verificando os percalços da cadeira de história do direito em nossa organização universitária, e, correlativamente, a trajetória dos estudos jurídico-históricos entre nós (18). De seu levantamento, vemos que apesar de tudo não deixou de formar-se uma certa tradição, tanto em São Paulo como no Recife, nas respectivas Faculdades de Direito, de estudos históricos; vemos também que a sucessão de trabalhos produzidos dentro dessa tradição revela marcante influência inicial do evolucionismo, desde a geração de Sílvio Romero, passando por Bevilacqua e Martins Júnior, para depois ceder a ecletismos mais flexíveis ou a outras perspectivas filosóficas.

A mencionada heterogeneidade diz respeito quer à valia ou ao nível dos estudos, quer à sua índole e utilidade. Ela está, de resto, agravada por uma certa dispersão, proveniente da ausência de panoramas gerais suficientes, que os reunissem. Não têm faltado, é certo, visões "sintéticas", já sobre a evolução do direito mesmo, já sobre a da ciência (19); falta ainda, porém, um estudo de fundo que integre em plano maior os elementos.

O resumo de Sílvio Romero, por exemplo, áspero mas sugestivo como quase tudo o que fez, atribui ao *saber* jurídico brasileiro, de até seus dias, ou por outra, do século XIX, três "culminâncias": uma devida a Teixeira de Freitas, outra a Tobias Barreto e outra a Clovis Bevilacqua (20). Ele nos põe, além de tudo, diante da importância que inegavelmente teve a "Escola do Recife" como foco de estudos jurídicos e histórico-jurídicos (21).

Outros levantamentos parciais têm sido feitos, todos à es-

pera de uma revisão geral e interpretativa, que ligue a compreensão dos progressos intelectuais aos contextos culturais mais amplos (22).

6. *Um tópico sobre influências.* Ao rever as disponibilidades bibliográficas, teremos de registrar certas filiações e influências. A consideração dessas influências é muito importante pelo caráter mesmo do trabalho do historiador, no caso especialmente de cuidar da evolução do *saber* jurídico. Não podemos, ao fazer história, escapar inteiramente à presença de modelos e esquemas (v. acima), que nos vêm da historiografia ocidental em que apreendemos, com a intenção mesma de historiar, os modos básicos de fazê-lo. Mas também não podemos aspirar a uma história do direito brasileiro tão "exemplar" como a romana, ou montada sobre um quadro medieval à maneira da inglesa; nem tampouco a uma história do pensamento jurídico nacional onde se reconheçam os *equivalentes* de Glanvill ou de Tomasius. Algumas de nossas obras "clássicas", como o Tratado de Direito Natural de Gonzaga, são retardatárias, e até se discute sobre a localização histórica de nossa "ilustração".

Então teremos de fixar as *influências* e as "recepções", não só para obter os possíveis saldos de originalidade ou mesmo de antecipação, como para explicar vigências temáticas: porque tanto evolucionismo na linguagem dos pensadores do direito da geração de Tobias? Porque tanta referência a Stuart Mill nos debates parlamentares e políticos do tempo de Tavares Bastos?

Às vezes, é claro, certas influências pesam só como determinantes de adesões pessoais. Certos componentes da produção intelectual brasileira provêm de que alguns escritores se convertem a uma teoria e passam a divulgá-la pelo fato apenas de a ter assimilado, ou entendido. Outras vezes, contudo, as influências denotam uma transferência de padrões doutrinários: a adoção das categorias dos pandectistas germânicos pelos juristas brasileiros correspondeu concretamente à elaboração positiva de uma codificação civil fundada nos modelos alemães (23). Este problema das influências deve ser entendi-

do com cautelas pelo historiador. No tocante ao método expositivo, êle não deve prender-se demais ao tratamento dos modelos europeus em detrimento do das realizações nacionais; no tocante ao conteúdo, não deve cobrar demasiadas autenticidades em nossa legislação (embora esta, de fato se volte tantas vezes para longe das conveniências reais do povo) nem em nossa doutrina e em nossa jurisprudência. Pode entretanto, sem dúvida, depois de acautelado, medir o grau de afastamentos e alienações presentes em tôdas essas faixas, hoje como ontem.

7. *Tipologias e comparações.* Uma vez que a vida cultural, nos países hoje ditos subdesenvolvidos, se alimenta em grande parte de moldes estrangeiros, ou que, por outro lado, estamos envolvidos pela órbita cultural do chamado Ocidente, as ciências sociais entre nós, ontem como atualmente, apresentam categorias importadas da Europa, e mais recentemente, dos Estados Unidos. Em direito positivo a aceitação da terminologia é um fenômeno explicável porque a nomenclatura das instituições tendeu desde os séculos “modernos” à internacionalização. Na análise filosófica e histórica das instituições (e da ciência), é que entretanto seria mais discutível o emprêgo de perspectivas ou de conceitos europeus, como, por exemplo, os conceitos e as perspectivas correspondentes ao marxismo, ao existencialismo ou — mais recentemente — ao estruturalismo.

O mesmo problema se põe no tocante à aplicação de determinadas *tipologias*, de origem européia, a fim de situar ou analisar o pensamento jurídico brasileiro em sua relação com realidades. Estariam no caso a classificação de Carl Schmitt das “três espécies de pensamento jurídico” (o normativista, o decisionista e o ordenalista), ou as explicações de Garcia Pelayo sobre os tipos básicos de concepções de constituição (racional-normativo, histórico-tradicional, sociológico) (24).

De uma certa maneira, tôda *tipologização* provém (e aqui se pode incluir o caso egrégio de Max Weber) de um fundo de relativismo: os dogmatismos seccionam o certo e o errado independentemente de condicionamentos, o relativismo é que admite variações, concede validades diferentes e diferentes

“possibilidades”. Essas tipologias mencionadas provêm justamente da saturação histórica do saber social *européu*, em que os dados históricos se organizam em forma teòricamente, esquemáticamente opcional. Nêste caso, cabe advertir que seu aproveitamento, no estudo da realidade brasileira (incluindo-se nisto o saber brasileiro), requer que o historiador se haja colocado num suficiente nível de isenção, ou antes, de objetividade metódica. O mesmo poderia ser observado a propósito de outros conceitos, alguns dos quais já se vêm usando eficientemente na caracterização dos compassos e das posições da história de nossas instituições e de nossa mentalidade; assim os conceitos de conservadorismo e de reformismo ou progressismo, direita e esquerda, etc. Cumpre aqui anotar, por sinal, que às vezes é anacrônica a opinião, expendida por certos autores, sôbre a “conveniência” ou “inconveniência” de institutos jurídicos adotados em alguma época passada, opinião que nem sempre se monta sôbre uma adequada penetração nos motivos e nas circunstâncias da época.

Comparações: também o comparar está ligado à perspectiva relativista; e no caso da historiografia jurídica brasileira os moldes de qualquer confronto se situam sôbre uma visão das origens concretas, que, como se sabe, radicam no velho direito luso. A própria concepção da formação de um “sistema” brasileiro inclui uma demarcação referente à transmissão do direito português para o Brasil, processo aliás paralelo ao ocorrido nos países do continente. Diante do curso em que o direito lusitano “passa” ao Brasil, não se pode porém facilmente situar um ponto *mezzo a mezzo* de fronteira: há permanências que seguem até o império e há inovações locais (25). De resto a relação entre direito latinoamericano e direito ibérico não é historicamente a mesma que a entre o direito norteamericano e o inglês: não o é pelas condições e conteúdos, nem o é pelos estilos nem pelas proporções cronológicas; estas diferenças devem ser tidas em conta.

Poderia perguntar-se se, na formação do direito brasileiro, interveio alguma situação que se comparasse ao que foi, na gênese do europeu, o chamado “direito comum” (26). Teria sido talvez, no caso, o direito das ordenações um direito co-

mum para nós, ao menos até a “Lei da Boa Razão”. O fato, porém, é que o direito comum europeu, que durante a Idade Média vigorou como denominador de base por conta de peculiares identidades culturais entre os povos alcançados pela herança cultural latina, foi um fenômeno especial, ao qual se seguiram outros fenômenos especiais na história institucional e doutrinária do velho mundo: gênese do Estado moderno como Estado de Direito, recepção do Direito romano, teoria da soberania, etc. A *tentação de comparar*, legítima em toda ciência social e portanto em história também, deve ser temperada pela consideração dessas peculiaridades.

8. *Ainda sobre tipos.* A outra tentação, a de tipificar, pode também aplicar-se ao estudo dos *juristas*, e neste caso com oportunidade. Realmente, tem-se tentado distinguir tipos no caso dos juristas romanos, e noutros casos (27).

Para o Brasil, uma revisão da formação jurídica deveria, por certo, incluir esse prisma. Antes de tudo, convém rever a terminologia; possivelmente a palavra *jurista* deve guardar um sentido mais amplo, e dentro dela é que se entendem as variações (28). Teríamos então vários tipos de juristas, cujas respectivas mentalidades poderiam estudar-se sociologicamente em função de seus componentes e de suas raízes concretas: o advogado propriamente dito, “militante” do fôro e “patrono” representativo pelas especializações ou atitudes; o juiz, que aliás tem no nosso país excelente tradição; o professor de direito; o escritor, tratadista ou crítico. Como cada um atua. Como o povo tem julgado cada um desses tipos.

No caso, são tipos profissionais. A classificação pode contudo tomar outro critério, e então teremos: o jurista oficial e o independente; o teórico e o prático; o enciclopédico e o especializado; o político e o desvinculado de política; o filósofo e o burocrata. Registrar a forma de contribuição de cada tipo ao desenvolvimento da ciência e da técnica, bem como ao prestígio mesmo do “direito”. Testar, no caso brasileiro, a caracterização generalizante do jurista (como de seu saber) como sendo sempre conservador. Verificar em que tem consistido globalmente, em nossa história, o que se chama solenemen-

te de “cultura jurídica”, e suas relações com as outras faixas da cultura nacional.

## NOTAS

(1) — BENEDETTO CROCE, *Teoria e historia de la historiografia*, trad. E. Prieto, ed. Imán, B. Aires 1953, parte I cap. I.

(2) — Cf. NELSON SALDANHA, *Liberdade moderna e história da liberdade*, comunicação ao IV Congresso Nacional de Filosofia — Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza 1962.

(3) — No caso, JUAN BENEYTO PEREZ, “Ejemplos, imagenes y esquemas en la construcción política medieval” em *Estudios dedicados a Menendez Pidal*, tomo V, Madrid 1954, pp. 351 e ss. Mais alguma coisa em M. GARCIA-PELAYO, *El Reino de Dios, arquetipo político*, ed. Rev. de Occidente, Madrid 1959, complementado por seu estudo *Ideologia e iconologia*, ed. da Univ. Central de Venezuela, Caracas 1963.

(4) — Cf. FRANCISCO JAVIER CONDE, “Sobre los modos actuales de historiar el pensamiento político”, em *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Vol. XX, 1948. Mais alguma discussão em NELSON SALDANHA, *Histórias das Ideias Políticas no Brasil*, Imp. Universitária, Recife, 1968, Introdução.

(5) — “El historiador del derecho (...) deve tender a insertar el desarrollo del derecho en el marco de la dinamica histórica y a investigar las bases histórico-espirituales de la vida del derecho” (ALFONSO GARCIA GALLO, *La historiografía jurídica contemporánea*, Madrid 1954, p. 23).

(6) — Sobre história constitucional temos algumas obras tornadas clássicas, como a de AGENOR DE ROURE, *Formação constitucional do Brasil*, publicada no Rio em 1914, pela Tipografia do Jornal do Comércio. Aliás, nas páginas introdutórias, DE ROURE assumia posição causalista e psicologista, citando Guyot e Le Bon. Em 1916, publicou sua *Formação do Direito orçamentário brasileiro*, hoje também clássica. De história “das instituições políticas” temos a obra de HAMILTON LEAL, surgida em 1962, no Rio. Um apanhado oportuno, embora ainda incompleto, da bibliografia de história do direito português e brasileiro, e de história “constitucional”, política e administrativa, mais história da “legislação”, temo-lo em JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, *Teoria da história do Brasil*, Cia. Editora Nacional, 2ª edição, S. Paulo 1957, 1º volume, pp. 196 e ss., 205 e ss. Para um conceito de “história das instituições”, JACQUES ELLUL, *Histoire des Institutions*, tome I, Paris, PUF, 1955, Préface, p. V: “l'histoire des institutions est différente de l'histoire du droit, à deux points de vue: d'une part, elle a pour but de décrire l'évolution des règles et des structures juridiques par rapport au contexte économique et social, d'autre part, elle considère les phénomènes juridiques beaucoup plus dans leur essence et leur réalité profonde que dans leur manifestation technique”.

(7) — Exemplos, a história constitucional da república de FELISBELLO FREIRE, ou mais recentemente certos estudos de JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES. Toda essa literatura varia conforme motivações metodológicas e doutrinárias, que muitas vezes violam os purismos e produzem, por abrangência e interpenetração, sociologias com alcance político ou histórias constitucionais com intenção ideológica: exemplo, os trabalhos de GOFREDO TELLES JÚNIOR e JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUZA. Um assunto sempre emer-

gente é o da "relação" entre o direito e as peculiaridades nacionais. Nos anos 30, êle foi posto, por exemplo, por MENOTTI DEL PICCHIA, em *Soluções Nacionais* (ed. J. Olympio 1935, Rio, parte II, cap. VII): aí, mostra o Brasil como uma "população semi-barbarizada", sempre dirigida por uma cúpula de "elevada mentalidade jurídica", concluindo que "não é o brasileiro que não se adapta à lei, é a lei que não se adapta ao brasileiro".

(8) — Cf. NELSON SALDANHA, "Historiografia ocidental e cultura histórica brasileira", em *Estudos Universitários*, Recife, nº 1, julho — setembro 1962, pp. 59 e segs.

(9) — Para alguns autores a história "externa" vinha a ser a das fontes do direito: cf. FRANCESCO CALASSO, *Storicità del Diritto*, ed. Giuffrè, Milano 1966, p. 106. Cf. também RICARDO LEVENE, "Lá concepción de Eduardo de Hinojosa sobre la história de las ideas políticas y jurídicas en el derecho español y su proyección en el derecho indiano", em *Revista del Instituto de História del Derecho*, da Univ. de Buenos Aires (Fac. de Derecho), nº 4, 1952, p. 170. A história "interna" seria segundo uns a das instituições, segundo outros a dos princípios. Ver ainda nosso *O problema da história na ciência jurídica contemporânea*, Imp. Universitária, Recife 1964, p. 101, nota.

(10) — Consequentemente uma história do direito deve estar relacionada com a da cultura jurídica e do pensamento jurídico (ou da ciência jurídica) e vice versa. A respeito, *O problema da história*, § 8 "Historicidade do direito e historicidade da ciência jurídica".

(11) — Sobre o assunto GARCIA GALLO, op. cit., p. 19.

(12) — Sobre periodização da história do Brasil, JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, *Teoria*, cit., vol. I, cap. 5.

(13) — Conhecida fonte para a matéria é o livro de C. F. VON MARTIUS, *O Direito entre os indígenas do Brasil*, tradução Amaral Gurgel, São Paulo 1938. Utilizável, também, o sólido estudo de FLORESTAN FERNANDES, *A Organização Social dos Tupinambá*, IPE, S. Paulo, s. d. (recentemente reeditado). Para a perspectiva latinoamericana inteira, os trabalhos de LEWIS HANKE (*La lucha por la justicia en la conquista de América*, B. Aires 1949: *Aristóteles e os índios americanos*, São Paulo s. d.) Algo também em RICARDO SMITH, *Aporciones al estudio de la historia del derecho en Argentina* (ed. da Univ. de Cordoba, 1942), pp. 93 e segs., 107 e segs.

(14) — Consultar GUILHERME BRAGA DA CRUZ, "A Formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro", em *Revista da Faculdade de Direito* da Univ. de São Paulo, ano L, 1955, princ. pp. 50 e segs. Sobre o direito português, baseador do nosso, vide a clássica *História do Direito Nacional* de Martins Júnior (2ª ed., Pernambuco 1941), e o volume primeiro dos trabalhos e valiosos *Subsídios para a história do Direito Pátrio* de JOSÉ CÂMARA (Rio, 1954).

(15) — Por exemplo, o *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados* (1826-1926), Rio de Janeiro, 1926; *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos* (1827-1927), vol. I, Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, 1928.

(16) — "O sentido das instituições, tal como se foram desenvolvendo, em função das circunstâncias do meio ambiente e das influências ideológicas recebidas" — é o que visa estudar J. P. GALVÃO DE SOUZA em sua *Introdução à História do Direito Político Brasileiro* (ed. Reconquista, S. Paulo, p. 7).

(17) — Essa diferença é levada a "contraste", em termos discutíveis mas sugestivos, no artigo de J. P. GALVÃO DE SOUZA, "A crise brasileira e alguns contrastes da nossa formação jurídica" em *Digesto Econômico*, ano XX nº 176, 1964, pp. 91 e segs.

(18) — *História do Direito Brasileiro*, vol. I (As capitâneas coloniais de juros e herdade), Saraiva, 2ª ed., S. Paulo 1962, cap. I.

(19) — Exemplos, a conferência de CLOVIS BEVILAQUA, "Linhas gerais da evolução do direito brasileiro", incluída em *Estudos Jurídicos*, ed. Francisco Alves 1916, e outros estudos seus, dentre os que compõem as *Linhas e Perfis Jurídicos* (ed. Freitas Bastos, Rio 1930); o estudo de FERREIRA COELHO, ao fim de seu volume inicial do *Código Civil* (I — *Formação do Direito Escrito*, Rio 1920). Também EDUARDO ESPÍNOLA e EDUARDO ESPÍNOLA FILHO, no vol. II de seu *Tratado* (Freitas Bastos, 1939, nº 187 e segs. pp. 516 e segs.). Ainda o famoso relato de SILVIO ROMERO apresentado como *Parecer* da Comissão especial da Câmara dos Deputados sobre o projeto de Código Civil em 1902 (reproduzido como anexo em MARTINHO GARCEZ, *Da Theoria Geral do Direito, segundo o projeto de Código Civil Brasileiro*, ed. Jacinto, Rio 1914). Em 1917, a Biblioteca do Congresso de Washington publicou, dentro de uma série, o *Guide to the law and legal literature of Argentina, Brasil and Chile* por E. M. BORCHARD, onde a parte sobre nosso país (191 e segs.) incluía uma "Introdução" razoavelmente informada e algumas partes históricas ainda hoje úteis. Uma sinopse recente, em PAULO DOURADO DE GUSMÃO, *Introdução à Ciência do Direito*, 3ª edição, Forense, cap. LI. Ainda, o estudo de A. L. MACHADO NETO, "Quadro sociológico do direito público brasileiro" em *Sociologia do desenvolvimento* (TB, Rio, 1963 pp. 77 e segs.), e o de THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, "Aspectos da Cultura Jurídica no Brasil", em *Anais da Universidade do Brasil*, ano IX, nº 4 (Rio 1958).

(20) — SILVIO ROMERO, op. cit. à nota anterior.

(21) — TOBIAS BARRETO, juntando Haeckel a Ihering, falava da ciência do direito como uma "ciência de seres vivos" à qual se aplicava a duplicação metodológica da *ontogenia* e da *filogenia*, com o que ela assumia "feição histórica e evolutiva" (*Questões Vigentes*, em *Obras Completas*, Sergipe 1926, p. 151). Também ARTHUR ORLANDO, remanescente da escola, insistiu sobre a necessidade de embasar sobre a história o estudo do direito (por exemplo em sua *Propedêutica político-jurídica*, Recife, 1904, passim).

(22) — Para o caso, alguns dos estudos contidos no vol. terceiro (segundo semestre de 1927) das *PANDECTAS BRASILEIRAS*, publicadas sob a direção de Eduardo Espínola: "A Bahia na Formação do Direito Civil Brasileiro", de A. MARQUES DOS REIS, "São Paulo e a Ciência do Direito" por REYNALDO PORCHAT, e outros.

(23) — Ver a contribuição histórica de IRINEU STRENGER em *Da Dogmática Jurídica — contribuição do conselheiro Ribas à dogmática do direito civil brasileiro*, tese, S. Paulo 1964. Cf. ainda NELSON SALDANHA, "O jurista brasileiro e o pensamento jurídico europeu", em *Revista Acadêmica* da Faculdade de Direito, do Recife, Imp. Univ., ano LXIV, 1968. O problema, conjugado com o das "recepções" positivas, é amplo, e abrange toda a faixa de contactos e paralelos entre ciência metropolitana e ciência colonial desde o início. Para confronto com o caso argentino, V. RICARDO SMITH, op. cit., passim; com caso norteamericano, ANTON H. CHROUST, *The rise of legal profession in America*, 2 vols., Univ. of Oklahoma, Norman, 1965.

(24) — Cons. JOSÉ CAAMAÑO MARTINEZ, *El pensamiento jurídico-polí-*

tico de Carl Schmidt, Santiago de Compostela 1950, pp. 131 e segs.; M. GARCIA PELAYO, *Derecho Constitucional Comparado*, segunda ed., Madrid 1951 (Rev. de Occidente), parte I, cap. II.

(25) — Cf. BRAGA DA CRUZ, loc. cit.; PONTES DE MIRANDA, *Fontes e evolução do direito civil brasileiro*, ed. Pimenta de Melo, Rio 1928, parte I, cap. I e cap. II. Algumas notas úteis em JOSÉ DE MOURA ROCHA, *Da "exceção de excomunhão — premissas para seu estudo no processo civil brasileiro"* (Recife, 1965), § 8.

(26) — GIUSEPPE ERMINI, *Corso di diritto comune*, vol. I, seconda ed., Milano, 1946; FRANCESCO CALASSO, *Introduzione al diritto comune*, Milano 1951.

(27) — Assim SCHULZ, em sua modelar e celebrada história (*History of Roman legal science*, Oxford, reprinted with new addenda, 1953), trata, em cada período, dos juristas do direito sacro, dos do direito privado e dos do público, distinguindo ainda, a cada passo, as diversas condições e tipos de juristas. Para uma discussão sobre o conceito de "jurisconsulto" (tornado válido e corrente na linguagem acadêmica lusa e brasileira), ver JOSÉ PINTO LOUREIRO, no volume I da obra que dirigiu, *Jurisconsultos portugueses do século XIX*, ed. da ordem dos Advogados, Lisboa 1947, pp. 80 e segs.

(28) — Crítica pesada e até injuriosa contra os juristas brasileiras, escreveu-a SILVIO ROMERO na parte VIII de seu *A Filosofia no Brasil — ensaio crítico* (Porto Alegre, 1878), chamando-os igualmente de legistas e confundindo a crítica do seu saber com a do "bacharelato" (sic, p. 96) nacional: "os pátrios legistas, em sua quase generalidade, são a nossa classe mais perigosa, por infatuada e ignorante. Só podem correr parelhas com os seus irmãos de cultura, os membros do nosso clero". Chamava de "pôdre cultura" (p. 97) a proveniente das Academias.

## O Engenheiro: Sua Importância na Civilização Tecnológica

JAYME GUSMÃO

### 1. Visão histórica da Engenharia

A profissão da Engenharia é tão antiga quanto à própria civilização. Os povos da Antiguidade deixaram verdadeiras obras-primas de engenharia que ainda hoje admiramos. São, geralmente, obras públicas, tais como estruturas de alvenaria de pedra, monumentos, pontes, estradas, canais, túneis, sistemas de irrigação e drenagem, portos e barragens.

Há evidência de que os Assírios resolveram problemas de engenharia hidráulica, como barragens e canais. Eles entendiam de triângulos, do cálculo de área de terra e de volumes de escavação e construção, resolvendo inclusive equações algébricas simples. Usavam um sistema de numeração com base no número 60, ao invés do nosso sistema decimal, e que ainda é usado para medidas de ângulos e tempo.

Os Egípcios, cuja civilização remonta até 4.000 anos AC, usavam em suas construções o trabalho humano e os princípios e métodos mais simples da mecânica. Usavam ferramentas de bronze e deixaram obras monumentais com gigantescos blocos de pedra pesando até 1000 toneladas.

Os Egípcios eram, contudo, mais interessados nos métodos de construção, no "know-how", mostrando pouco interesse na teoria ou em técnicas de que pudesse resultar mais economia. Esse papel coube aos gregos. Assim é que, do 6º ao 3º

(\*) Aula inaugural proferida na Escola de Engenharia em 3 de março de 1970.

séculos AC, os gregos desenvolveram métodos teóricos para a solução de seus problemas de engenharia, abandonando os métodos empíricos até então vigentes. Aristóteles foi o maior cientista físico desse período e Euclides escreveu o clássico "Elementos de Geometria", cêrca de 300 anos AC.

Roma, a seguir, dominou o mundo durante 5 séculos. Surge, então, uma maior exigência de bem-estar social, de melhores condições de vida nas cidades. O desenvolvimento urbanístico, que então se processou, deu lugar a melhores edifícios, a implantação de obras públicas e vias de comunicação. Os engenheiros Romanos partem para o emprêgo de arco nas suas pontes e aquedutos, e na cobertura dos seus palácios e templos, mostrando conhecimento sôbre o equilíbrio de forças e de tensões e compressão nos materiais construtivos.

O mundo conheceu, então, um surto de progresso, marcado por obras-primas de engenharia, ainda hoje admiradas pelos povos modernos. A engenharia, assumia assim, e só então, o seu papel revelante como mola propulsora do desenvolvimento dos povos. Daí em diante, consciente das potencialidades de sua ciência, o homem sabe que precisa do engenheiro para a solução dos seus problemas de bem-estar social e desenvolvimento econômico.

Nos séculos 17 e 18, as disputas e guerras entre as várias nações européias exigiram da engenharia a sua contribuição para as obras de defesa militar. Nessa época, particularmente na França, os engenheiros se dedicaram ao estudo de métodos e técnicas construtivas para a execução de fortificações e trincheiras... Era esforço do engenheiro engajado na arte da guerra, e que, de certo modo, hoje mais do que nunca, ainda subsiste. É dessa época o gênio de Coulomb, engenheiro francês, que estudou o empuxo das terras, especificadamente para fins militares, e cuja teoria ainda hoje é usada diariamente nos escritórios de cálculo, para o dimensionamento de muros de arrimo, encontros de pontes, paredes de subsolo, etc.

Uma decorrência dessa prioridade de defesa sôbre obras de desenvolvimento social, foi a pequena demanda de obras

públicas na época, de que resultou a imagem, então vigente, de ser a engenharia uma técnica ou uma arte com objetivos puramente militares. Daí porque, em 1750, um inglês, John Smeaton, construtor famoso em Plymouth, na Inglaterra, designou a si próprio de engenheiro civil para distinguir o seu campo de ação daquele dos engenheiros militares do seu tempo.

O desaparecimento da ordem feudal e o surgimento do nacionalismo, com maior demanda por obras públicas de desenvolvimento social, veio consagrar, definitivamente, o nome de engenharia civil.

A revolução industrial do século passado e a revolução tecnológica que estamos vivendo, com sua exigência cada vez maior de conhecimentos especializados, deram lugar às diferentes especializações que atualmente se exerce a profissão de engenheiro.

Hoje em dia, na linha de frente desta outra luta em que o mundo atual está engajado — a batalha pelo desenvolvimento — o engenheiro é o construtor de toda a infraestrutura do bem-estar social dos povos.

Mas o papel da Engenharia não se esgota quando a nação se desenvolve. Ao contrário, apesar de já agora a especialização ser mais exigente, o que vemos é a corrida das nações desenvolvidas para formar, cada ano, maior número de engenheiros. Mesmo em problemas como exploração espacial, energia termo-nuclear e mísseis balísticos, o desenvolvimento de materiais e métodos é extremamente importante. Um exemplo: os Estados Unidos estão empenhados e estudam intensamente o problema da exploração lunar. E os seus engenheiros estão desenvolvendo uma mecânica dos solos na lua.

Por outro lado, nessas nações, a imensa densidade populacional dos centros urbanos, que se interligam e se integram numa comunidade única, transformou as antigas metrópoles nas modernas megalópolis, onde novos problemas desafiam o espírito criador do engenheiro.

## 2. *A formação do engenheiro Civil*

O campo da atividade, chamado de engenharia, deve ser encarado no seu contexto, como uma parte do aspecto do conhecimento tido com o nome de Tecnologia. Este aspecto varia continuamente de um extremo de *ciência pura* ao outro extremo de *técnica de execução*, ficando a *engenharia* situada entre ambos.

Temos, assim, o *cientista*, que interpreta as leis da natureza, o *engenheiro* que aplica essas interpretações científicas para fins úteis ao homem, e o *técnico* que aplica a sua habilidade na execução de obras ou serviços, sob a direção do engenheiro.

É dentro deste contexto que se pode avaliar os requisitos necessários à formação do engenheiro. Ficando na faixa intermediária da Tecnologia, ele deve ter uma base científica ou básica, para daí criar as soluções para o bem-estar do homem, e deve, também conhecer das habilidades técnicas e práticas para orientar a execução dos seus projetos. Isto requer imaginação e poder criador para transformar o conhecimento em soluções práticas e, então, transferir as soluções para projetos que possam ser construídos.

Há, ainda uma responsabilidade do engenheiro, que é única no espectro da Tecnologia, ou seja, a análise e interpretação das necessidades de bem-estar do homem, para avaliação das repercussões econômicas de uma obra, que deve atender à sua função social.

Resulta, assim, que o engenheiro deve ser bem preparado nas ciências básicas, sendo hoje essa uma preocupação fundamental do currículo das nações mais desenvolvidas. Ele precisa deste conhecimento para ser capaz de interpretar os novos conceitos dentro dos princípios dessas vivências básicas, constituindo um lastro indispensável para as matérias de ensino propriamente de engenharia.

As matérias de engenharia, que se seguem no currículo não devem, no entanto, esquecer o outro extremo do espectro

tecnológico, ou seja, a fase executiva e de aplicação prática. Uma parte indispensável deste treinamento é, certamente, o acesso do estudante ao equipamento de laboratório, as obras, às máquinas, e instrumental de medidas. Daí, a importância que assumem nessas cadeiras as aulas práticas e de oficina, as visitas às obras, os estágios em firmas conceituadas, e os projetos, visando despertar o poder criador do aluno e treiná-lo na aplicação dos conhecimentos teóricos.

No que diz respeito ao projeto, além da função que exerce de integração do conhecimento adquirido em um contexto de aplicação objetiva e real, visa também motivar *criatividade*, *inovação de soluções* e *bom senso*.

Uma necessidade profissional que a aplicação do currículo não deve descuidar, é o treinamento em *comunicação verbal*, *escrita* e *gráfica*. Na verdade, cartas e memorandos, supervisão, relatórios escritos e orais, estão entre as atividades mais frequentes do engenheiro que exerce a profissão. Claro que uma ênfase contínua e crescente nestas habilidades é altamente benéfica.

Por força da liderança a que o engenheiro está obrigado profissionalmente, há necessidade de prover uma educação equilibrada que prepare os estudantes de engenharia para trabalharem no complexo social, econômico e político da sua comunidade após a formatura. Deve haver, pois, uma cobertura para setores não rigorosamente técnicos ou específicos da engenharia, como administração, economia, planejamento, ética da profissão, por exemplo.

Por outro lado, o ensino pode ser melhorado auscultando firmas e instituições sobre o tipo de qualificação profissional que o engenheiro deve atender. Engenheiros experimentados e vividos na profissão podem participar deste esforço, expondo problemas correntes e reais, e opinando sobre falhas observadas na atual formação do engenheiro.

Sabe-se que os estudantes devem apresentar relatório sobre as suas atividades de treinamento ao retornarem de estágios fora da Escola. Mas as escolas não se interessam em sa-

ber a opinião da empresa sobre as qualidades demonstradas pelo estudante no estágio, se a sua formação profissional mostrou-se adequada ou deficiente, nem recebe sugestões dessas empresas no sentido de melhorá-la ou melhor dirigi-la. Perdem assim as Escolas uma informação do mais alto valor no sentido de avaliar o tipo de profissional que está formando.

Mas a formação profissional do engenheiro não se esgota ao sair da Escola. Ao contrário, a partir daí deve começar o seu crescimento e ascensão. O engenheiro deve continuar a sua educação toda a sua vida profissional. No campo da engenharia civil, hoje, a menos que o graduado de 10 anos atrás tenha devotado regularmente 10% do seu tempo a estender o seu conhecimento, ele não se equipara ao graduado de hoje. Se o engenheiro civil de hoje quer ir para a frente, ele deve exceder estes 10% para, pelo menos, mantê-lo atualizado.

É o chamado fator de obsolescência das cadeiras de aplicação isto é, a desatualização dos seus programas, com muitos conceitos atualmente aceitos como válidos, sendo superados por novas teorias, novos métodos de análise, novos resultados experimentais. Este fator de obsolescência é calculado em cerca de 50% em uma década, isto é, estima-se que os conhecimentos especializados ensinados numa cadeira têm a probabilidade de 1 para 2 de se tornarem obsoletos dentro de 10 anos, tendo em vista o atual estágio da tecnologia no mundo. Isto significa que juntamente quando o engenheiro civil adquire experiência profissional ao fim de 10 anos após a formatura, é muito provável que grande parte do que ele aprendeu esteja superado.

Este esforço de atualização é, pois, indispensável ao bom êxito e a uma melhor vivência profissional do engenheiro. Neste sentido, o engenheiro moderno não pode ignorar uma linguagem que o avanço tecnológico tende a tornar impositiva. É a linguagem dos computadores eletrônicos, que está libertando o engenheiro na solução de grandes e complexos problemas de Engenharia, e isto por várias razões.

Primeiro, pela rapidez com que realiza os processos de cálculo, o que representa uma enorme economia de tempo. Di-

gamos que se leva 10 segundos para somar dois números de 4 algarismos. Neste mesmo tempo, um computador de tamanho médio pode somar um milhão de números de 4 algarismos cada. Depois, pela precisão e segurança no resultado dos cálculos processados, pela sua lógica na escolha do ponto ótimo de projeto, pela possibilidade que o computador oferece de analisar e escolher entre soluções alternativas. Finalmente, pela versatilidade do computador que permite estender a sua aplicação à praticamente todas as áreas da profissão: levantamento topográfico, cálculo estrutural, abastecimento d'água, traçado de estradas, estudo de tráfego, custo na construção civil, exploração de petróleo e minas, projeto de túneis, distribuição de energia elétrica, projeto de mecanismos e máquinas, etc.

O aparecimento paralelo de dispositivos que permitem exibir os resultados processados no computador diretamente em forma gráfica e /ou visual mudará completamente o conceito atual de desenhos e plantas de engenharia.

É preciso que a Escola desperte para a realidade de que os computadores já estão invadindo os escritórios de firmas e repartições técnicas, aqui mesmo nesta cidade. É evidente que os nossos alunos já deviam estar sendo preparados para a utilização do computador como ferramenta natural na investigação e na resolução prática de problemas na Engenharia. Nós, professores e engenheiros, não temos porque nos acanhar e fugir das vantagens que a automação dos computadores oferecem. Na verdade, foi a própria Engenharia, pelo papel que exerce dentro do espectro da Tecnologia, que tornou tudo isso possível. O computador libertará o engenheiro para concentrá-lo na verdadeira função criativa de projeto, nos problemas técnicos associados com a escolha e desenvolvimento de novos materiais e na melhoria das técnicas construtivas. E sempre restará o reconhecimento de que o exercício da nossa profissão está intimamente ligado a outras considerações de ordem funcional e ambiental, pelos aspectos sociológicos e econômicos da integração da Engenharia com o próprio homem.

# O Chefe de Família Rural no Nordeste do Brasil

TARCÍZIO QUIRINO

## INTRODUÇÃO

Uma das tendências que a sociologia brasileira atual começa a manifestar, é a de voltar-se para o seu próprio corpo de experiência, para medí-lo e tomar conhecimento de sua forma e seu valor. O que, do ponto de vista psicológico, é característico da adolescência, na história da sociologia brasileira vem sendo a concomitância do seu crescimento interno, e de fatos externos, que, nem por isso, são menos significativos. Entre êsses estão a multiplicação de cursos de sociologia em nível de pós-graduação, ensejada pela Reforma Universitária, e a maior facilidade de contacto que se vem aos poucos criando no país. Os cursos de pós-graduação não só têm melhorado o nível do ensino da sociologia nas universidades brasileiras, como têm permitido que maior número de cérebros se preocupe com os problemas do ponto de vista sociológico, e que se multipliquem as pesquisas empíricas, com o conseqüente aumento do conhecimento <sup>(1)</sup>. A maior facilidade de contacto vem fazendo com que aos poucos nós adquiramos uma consciência nova do todo nacional, não só pela circulação mais rápida e precisa da informação em geral, como pela crescente preocupação, bem visível no campo dos estudos sociológicos, de “completar o quadro”. Essa preocupação faz com que cada vez mais os sociólogos indaguem sobre o que sabemos e comparem isso com o que necessitamos saber para termos uma visão razoavelmente conexa e completa do conjunto.

Essa tendência nos fez descobrir, entre outras coisas, que “não existe uma sociologia rural brasileira” <sup>(2)</sup>, apesar dos

inúmeros e, às vezes, excelentes estudos com que contamos. A falta de sistematização e a existência de áreas ainda não exploradas pelo material já corrente é que são as principais causas de não termos podido ainda “completar o quadro” de nosso mundo rural, apesar de ser nele em que, até bem pouco tempo, vivia mais da metade dos habitantes do país. Para que cheguemos a essa possibilidade, entre outras e muitas coisas que nos faltam, as quais aos poucos vamos identificando (3), temos as dificuldades, ainda presentes, de levantar dados para um país de área continental, que, além do mais, se apresenta com tão variada diferenciação interna em suas características rurais. Com efeito, são poucos os estudos empíricos efetuados em áreas rurais que tenham abrangido espaços trans-estaduais, e quase não existem — salvo os dados censitários — os de amplitude nacional.

O presente estudo visa contribuir para a complementação do quadro sociológico da vida rural brasileira, pelo oferecimento de dados coletados em pesquisa empírica referente a uma área que cobre praticamente toda a região do Nordeste. A pesquisa foi feita pelo que hoje é o Laboratório de Pesquisas Sócio-econômicas do Programa de Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, com recursos e por encomenda da SUDENE. Dela adveio um volumoso acervo de dados, cuja análise preliminar foi feita em um relatório intitulado “Aspectos sócio-econômicos do setor agrícola do Nordeste”, que contém, no volume referente aos aspectos sociológicos, a parte essencial deste estudo.

Os dados que usaremos se referem à caracterização do chefe de família da área rural nordestina e foram colhidos por aplicação de questionário, ali denominado de “Ficha Social”. O questionário, com perguntas tanto abertas como fechadas, foi aplicado no primeiro semestre de 1967 a proprietários, arrendatários, administradores, parceiros, rendeiros, foreiros e trabalhadores, em número proporcional às respectivas categorias. Eles foram procurados pelos entrevistadores em propriedades rurais determinadas por amostra aleatória estratificada proporcionalmente ao tamanho das mesmas e em 38 (trinta e oito) municípios escolhidos intencionalmente por serem os maiores

produtores de 19 variedades de produtos agro-pecuários (4) na área do Nordeste da SUDENE.

Selecionamos as informações que nos permitem traçar um perfil da caracterização do adulto de área rural como chefe de família. Embora não cheguemos a um nível explicativo, tentamos salientar nas observações descritivas as ligações explicativas que possam ser explicitadas e ligar os diferentes pontos abordados com a estruturação da sociedade global.

A própria característica da amostragem nos induz a considerar a pesquisa como um estudo-piloto, visto que não estamos certos de poder generalizar suas conclusões a toda a população rural do Nordeste. Seu caráter pioneiro, porém, faz dela um passo importante para o conhecimento empírico da área.

## RESULTADOS

### 1. *Tamanho da família*

Das 2.359 famílias pesquisadas, 2.343 declararam o número de pessoas existentes na família, as quais perfazem um total de 16.996 pessoas. Isso nos dá uma média de 7,3 membros por família. Segundo o censo de 1950, a média brasileira por família era de 5,1 pessoas, sendo a das áreas rurais de 5,3 pessoas por família (5).

Há porém uma diferença de critério no que se refere aos dados aqui apresentados. Enquanto o Censo se limita a estudar a família que vive sob o mesmo teto, nós estendemos o estudo aos membros vivos da família nuclear, mesmo que esses já tenham montado residência à parte.

A área portanto, em que foi feita a pesquisa, apresenta um tamanho da família bem acima da média, tanto do Brasil em geral, como da zona rural em particular. Essa família inclui, porém, os membros ausentes da família nuclear.

A moda apresentada foi um pouco mais baixa de que a média: 6 pessoas por família, sendo que a distribuição dos casos se aproxima bastante da curva de Gauss, com uma ligei-

ra tendência de entumescimento para a esquerda. A seguir, se encontram dados completos:

## QUADRO — 1

Número de pessoas por família, total de pessoas por família e distribuição percentual na amostra.

Pessoas na família (a)	Famílias		Total de pessoas (d)
	Número (b)	% (c)	
1	74	3,1	74
2	121	5,1	242
3	178	7,6	534
4	219	9,3	876
5	241	10,2	1.205
6	258	11,0	1.548
7	239	10,1	1.666
8	205	8,7	1.640
9	191	8,1	1.719
10	157	6,7	1.570
11	148	6,3	1.628
12	90	3,8	1.080
13	85	3,6	1.105
14	52	2,2	728
15	40	1,7	600
16 e mais	45	1,8	781
Não declarado	16	0,7	—
<b>TOTAL</b>	<b>2359</b>	<b>100,0</b>	<b>16.996</b>

É bom notar que, das 16.996 pessoas que fazem parte das famílias pesquisadas, somente 16,0% vivem em famílias pequenas, de 5 membros ou menos, embora 35,3% das famílias tenham este tamanho.

## 2. Caracterização do Chefe da Família

Os nossos respondentes foram os chefes da família (99,4%). Procuramos, a seguir, caracterizar esses chefes de famílias tão numerosas, que por sua posição na estrutura familiar são o estio econômico. Somente 7 deles declararam de-

pendem economicamente de outrem, enquanto 22 nada declararam. Assim, temos 98,8% dos chefes de família com independência econômica explícita.

## 2.1. Casamento

O chefe da família rural é o cônjuge de sexo masculino. Em 98,2%, é de sexo masculino. (2.316 respostas, contra 33 de sexo feminino e 10 sem especificação: respectivamente 1,4% e 0,4%). Em 65,2% dos casos, é casado ou amasiado. Apesar de o casamento religioso conservar ainda força como único laço entre os espôso, a forma de duplo casamento (civil e religioso) é a que é adotada pela maior parcela (36,2%). O casamento apenas no civil é relativamente pouco praticado (5,5%), sendo que as formas de união não sancionadas são sobremaneira raras, não chegando a mais de 1,4%. Como se pode observar do quadro II, o número de respostas não declaradas foi bastante elevado. Isso nos faz suspeitar que, entre os 25,1% dessa categoria, haja uma boa porção de uniões não sancionadas pela lei ou pela religião, o que mudaria a feição geral da distribuição.

## QUADRO — 2

Distribuição da amostra segundo o Estado civil e a forma de união matrimonial

Estado civil e forma de união	Número	%
Casado	1505	63,8
dos quais:		
no civil e religioso	885	36,2
apenas no civil	129	5,5
apenas no religioso	521	22,1
Amasiado	32	1,4
Solteiro	169	7,2
Viúvo	50	2,1
Desquitado	9	0,4
Não declarado	594	25,1
<b>TOTAL</b>	<b>2359</b>	<b>100,0</b>

2.2. *Idade*

A idade dos Chefes da Família está compreendida em uma faixa que se estende dos 16 anos até os 84. A moda, porém, é de 40 anos se tomarmos as idades uma a uma. Agrupando-as em intervalos, temos as seguintes freqüências:

QUADRO — 3

Idade dos Chefes de Família da amostra

<i>Idade em anos</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
15 — 19	11	0,4
20 — 24	78	3,3
25 — 29	158	6,4
30 — 34	214	9,1
35 — 39	302	12,9
40 — 44	309	13,2
45 — 49	326	13,8
50 — 54	298	12,6
55 — 59	238	10,2
60 — 64	152	6,4
65 — 69	114	5,0
70 — 74	64	2,8
75 — 79	25	1,1
80 — 84	12	0,4
Não sabe	3	0,1
Não declarado	55	2,3
<b>TOTAL</b>	<b>2359</b>	<b>100,0</b>

Assim classificadas as idades, a moda se localiza no grupo etário de 45 a 49 anos, sendo que 71,8% dos indivíduos chefes de família têm mais de 30 anos e menos de 60. Segundo dados do Censo de 1950, o último publicado na íntegra, naquele ano, para o Brasil como um todo, 66,4% dos Chefes de Família tinham mais de 30 anos e menos de 60, enquanto 21,1% tinham menos de 30 anos.

Isso nos faz concluir que, deixado à parte o período existente entre os dados, a família rural do Nordeste tem chefes mais

velhos que a família brasileira em geral, pois na nossa amostra só 10,1% dos Chefes de Família têm menos de 30 anos. Resumindo, temos o seguinte:

QUADRO — 4

Comparação das idades dos Chefes de Família no Brasil e no Nordeste agrário

<i>Idade em anos</i>	<i>Nordeste agrário</i> 1967 <i>%</i>	<i>Brasil</i> 1950 <i>%</i>
Até 29	10,1	21,1
30 — 59	71,8	66,4
60 e mais	18,1	12,5
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Êsses dados seriam de esperar em uma região de onde se originam muitos dos mais fortes e constantes fluxos migratórios. Essa relativa velhice dos chefes de famílias rurais nordestinas, certamente nos aponta uma correlação e uma indicação. A correlação é com o caráter pouco atrativo e pouco punjante da economia rural nordestina, se a compararmos com outros setores econômicos do país, sobretudo com aqueles que se desenvolvem em áreas urbanas. Essa correlação tem sido observada em diversas épocas e em diversos países (6). A indicação é estabelecida por pesquisas empíricas feitas em outras áreas (7). Sabe-se por elas que as pessoas mais velhas têm mais dificuldades de adotar inovações, de que as pessoas mais jovens. Isso aconselha que, ao serem estabelecidos programas de recuperação e revitalização econômicas de regiões rurais no Nordeste, o problema da difusão de inovações (mudanças de técnicas agrícolas ou pecuárias) seja atacado com base em um rejuvenescimento da população, através, entre outras coisas, da mudança de expectativa da população a respeito da área e conseqüente aumento da atratividade econômica.

2.3. *Ocupação*

Três quartos dos Chefes de Família só têm uma ocupa-

ção, sendo que 65,3% é agricultor (cultivo ou pecuária) proprietário, 23,3% é trabalhador rural e 1,0% é administrador, 0,9% é vaqueiro, o que perfaz um total de 90,5% de Chefes de Família com atividades diretamente ligadas à agricultura como principal ocupação. Os demais exercem atividades comerciais (4,0%), industriais (0,5%), profissionais liberais (0,3%), são funcionários públicos (1,1%) e outras (1,5%), estando ligadas às ocupações rurais pelas atividades secundárias. Só 0,2% declara não ter ocupação principal e 1,9% nada declara. No Quadro seguinte, estão as ocupações mais miudamente especificadas.

QUADRO — 5

Ocupação principal dos Chefes de Família no Nordeste Agrário

<i>Ordem</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
1	Agricultor (cultivo ou pecuária), proprietário	1.540	65,3
2	Trabalhador agrícola	549	23,3
3	Atividade comercial por conta própria como dono ou sócio	93	3,9
4	Funcionário Público	26	1,1
5	Administrador	24	1,0
6	Vaqueiro	19	0,9
7	Atividades industriais como dono ou sócio	11	0,4
8	Mecânico, motorista, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, barbeiro, alfaiate, costureiro	18	0,7
9	Doméstica	9	0,4
10	Profissões liberais	8	0,3
11	Outras	16	0,6
12	Não tem	4	0,2
13	Não declarado	42	1,9
TOTAL		2.359	100,0

Sòmente 21,7% dos Chefes de Família declararam a sua ocupação secundária. Além disso, 75,8% não tem outra ocupação além da principal. As ocupações secundárias mais comuns são exatamente a de agricultor (cultivo ou pecuária) proprietário, que é a de 7,0% da amostra e as atividades comerciais por conta própria, que englobam outros 7,0%. Nenhuma outra se eleva a mais de 2%. Usando das mesmas categorias do quadro anterior, assim estão elas distribuídas:

QUADRO — 6

Ocupação secundária dos Chefes de Família no Nordeste Agrário

<i>Ordem</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
1	Não tem	1.789	75,8
2	Agricultor (cultivo ou pecuária), proprietário	166	7,0
3	Atividade comercial por c/ própria, como dono ou sócio	166	7,0
4	Mecânico, motorista, pedreiro, ferreiro, carpinteiro, marceneiro, alfaiate, costureiro, barbeiro	69	3,0
5	Trabalhador agrícola	22	1,2
6	Vaqueiro	13	0,5
7	Funcionário Público	12	0,5
8	Profissões liberais	6	0,3
9	Administrador	6	0,3
10	Doméstica	6	0,3
11	Atividades industriais como dono ou sócio	5	0,2
12	Outras	34	1,4
13	Não declarado, não sabe	59	2,5
TOTAL		2.359	100,0

É oportuno registrar que, de todos os Chefes de Família que estão ligados ao comércio ou à indústria, tanto como ati-

vidade principal ou como atividade secundária, que somam um total de 275, somente (17,9% dêles) 41 se dedicam a atividades industriais ou comerciais com produtos agrícolas ou pecuários. Isso nos sugere uma extrema especialização dos indivíduos na produção agrícola, com um desligamento dos setores de comercialização e industrialização. Essa interpretação também fica patente no grande número de indivíduos que têm como atividade única a agricultura.

#### 2.4. Distribuição pelos estratos sociais

Em uma tentativa de discernir o perfil da estratificação social do grupo aqui estudado, damos a seguir uma classificação por camadas sociais, de acordo com a ocupação principal e seu caráter predominantemente urbano ou predominantemente rural.

#### QUADRO — 7

Distribuição da amostra segundo a estratificação por prestígio da ocupação principal e seu caráter urbano ou rural

<i>Atividade principal</i>	<i>Número</i>		<i>%</i>	
A — Urbanas	145		6,1	
Indústria como dono ou sócio	11		0,5	
Comércio por c/ própria	93		3,9	
Profissões liberais	8		0,3	
Profissões urbanas das classes médias	33		1,4	
B — Rurais	2.132		90,4	
Agricultores (cultivo ou pecuária) proprietários	1.540		65,3	
Administradores	24		1,0	
Vaqueiros	19		0,8	
Trabalhadores rurais	549		23,3	
C — Profissões não específicas e não declaradas	82	82	3,5	3,5
<b>TOTAL</b>	<b>2.359</b>	<b>2.359</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

A estratificação social aqui apresentada se refere unicamente à amostra, e não é generalizável, nem para a população urbana da área, nem para a rural. Isso é devido aos critérios de amostragem, que não visaram obter essa representatividade, como ficou explícito no capítulo sobre os problemas técnicos da pesquisa. Para que, porém, ela é útil?

Das 2.359 pessoas que exercem atividades rurais, sabemos que 1.789 não têm outra atividade além dessa. Das 570 que exercem duas atividades, temos 343 que declararam uma atividade rural como principal, 145 têm atividade tipicamente urbana como principal, sendo que os 82 restantes exercem atividades que não são específicas de qualquer uma das zonas, ou que não foram declaradas. Em estudo posterior destes mesmos dados, será interessante determinar quais as profissões rurais que são exercidas como ocupação principal, concomitantemente com uma profissão urbana como secundária. Pelo quadro 7 fica patente que as profissões urbanas exercidas como atividade principal se caracterizam por serem, pelo menos, de classe média. Nenhuma profissão urbana de classe baixa é exercida como atividade principal por pessoa que exerça ao mesmo tempo uma atividade rural. Embora não possamos afirmar definitivamente antes de um estudo mais detido, o quadro acima chega a sugerir que cerca de quase três quartos das pessoas de ocupação principal urbana pertencem à classe média superior, e alta.

Quanto aos que têm como atividade principal uma profissão tipicamente da zona rural, nossa análise é dificultada de dois modos: primeiramente pelas técnicas de amostragem, como ficou dito atrás; em segundo lugar, porque só uma apuração cruzada poderá nos dar indicações mais precisas sobre o sentido real dos dados. Assim sendo, fica registrada a sugestão de que se procedam estudos posteriores sobre este mesmo tema.

#### 2.5. Rendimentos

Somente menos da metade dos Chefes de Família declararam algo sobre seus salários ou rendas. 1.206 pessoas não

forneceram dados sobre o item, o que representa 51,1% do total. Entre as que declararam, 39,8% recebiam, na época, menos de NCr\$ 50,00 por mês, o que também representa a moda dos salários. Outras 27,7% recebiam entre NCr\$ 51,00 e NCr\$ 100,00. Esses dois grupos a que pertencem um total de 769 indivíduos, representam 67,5% dos Chefes de Família que declararam algo sobre seus salários, os quais têm receita mensal até, no máximo NCr\$ 100,00.

## QUADRO — 8

Distribuição da amostra segundo a Renda Mensal dos Chefes de Família

NCr\$	Número	%
até 50	459	19,5
51 até 100	310	13,1
101 até 500	277	10,7
501 até 1000	34	1,5
1001 até mais	50	2,1
Não tem, não trabalha	23	1,0
Não declarado	1.206	51,1
<b>TOTAL</b>	<b>2.359</b>	<b>100,0</b>

A grande quantidade de respostas em branco em perguntas relativas a renda, salários e ganhos em geral é comum em pesquisas aplicadas no Brasil, não sendo, pois, de admirar. O grande número de baixos rendimentos registrados nos deixa ver que não são somente os trabalhadores rurais e vaqueiros que percebem pouco, mas que também pessoas de outras profissões, inclusive proprietários, estão presentes entre os de rendimentos inferiores a NCr\$ 100,00. Se isso é verdade, temos de admitir que a marginalização do homem rural dos bens da sociedade moderna não se dá unicamente pela sua condição

de empregado mal pago, mas existe em forma de quase exclusão do mercado de consumo, mesmo quando aquele é proprietário de sua produção agrícola ou pecuária.

## 2.6. Instrução

Em 1950 havia 62,7% de brasileiros de 15 anos a mais que só frequentaram menos de um ano de escolaridade, havendo 9 países da América Latina em situação melhor que a nossa, quanto a esse particular. Chegava a 78,7% o total de pessoas que não haviam concluído curso primário. Naquele ano nós tínhamos 50,6% da população maior de 15 anos analfabeta, sendo que na zona rural essa percentagem era de 66,9% e na urbana, descia a 21,7%, havendo mais mulheres analfabetas que homens (8).

Na nossa amostra a taxa de analfabetismo atinge 55,1%, estando, pois, acima da média geral brasileira e abaixo da média rural. Se acrescentarmos a esse número os que não concluíram o curso primário, chegaremos a 79,6% o que coloca a amostra em situação um pouco inferior à do Brasil em 1950.

Se compararmos aos dados de 1960, vemos que a situação geral do Brasil melhorou grandemente, pois reduzimos o índice de analfabetismo das pessoas com 15 anos e mais de idade a 39,5% (dados da ONU), o que nos deixa ainda muito longe dos 8,6% da Argentina, mas reflete em porcentagem o esforço nacional dos últimos 20 anos no campo da educação.

A situação apresentada pela amostra para a zona rural do Nordeste se mostra, por outro lado, de aparências calamitosas dentro do Brasil. O que não é surpresa.

Em toda a amostra, apesar do grande número de analfabetos, só temos 17 pessoas que estão estudando atualmente. Dessas, somente 10 no nível primário. Outras 7 frequentam o nível médio e 2 o superior. De modo geral temos a seguinte pirâmide equacional:

## QUADRO — 9

Distribuição da amostra segundo o nível de instrução dos Chefes de Família

<i>Nível de instrução</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
Analfabetos, ou que assinam o nome	1.299	55,1
Primário incompleto	578	24,5
Primário completo	249	10,5
Médio completo	62	2,7
Superior completo	33	1,4
Sem informações	138	5,8
<b>TOTAL</b>	<b>2.359</b>	<b>100,0</b>

2.7. *Naturalidade*

O nomadismo do brasileiro dentro de seu país já alcançou notoriedade internacional <sup>(9)</sup>, enquanto o dos habitantes de alguns estados foi consagrado pelo anedotário popular e até explorado comercialmente pelos veículos de comunicação de massa, sobretudo o cinema, o rádio e a televisão. Essa migração se dá saindo dos estados menos industrializados para os mais industrializados, dos estados do Nordeste para os do Norte e do Centro-Sul e das zonas rurais para as urbanas. As migrações inter-estaduais atingiram 10,3% de brasileiros que, nascidos em um estado, residem em outro. Elas devem ter subido ainda mais nos últimos anos dos 50 e primeiros anos da atual década, como deixa entrever o crescimento acelerado dos grandes núcleos urbanos.

Pelos dados da nossa amostra, fica claro — aliás em coerência com outros estudos até agora efetuados, inclusive o citado acima — que ela corresponde a uma área de emigração. Além da velhice relativa dos Chefes da Família, a qual

já foi enfatizada atrás, encontramos taxas muito baixas de imigração inter-estadual. Somente 8,9% da população é originária de outro estado. Mesmo as migrações inter-municipais não são elevadas: 62,8% nasceu e reside no mesmo município. Somente 1 de nossos entrevistados nasceu fora do Nordeste.

De toda a população entrevistada, 76,7% nasceu em zona rural, o que demonstra que o campo continua a prender quase unicamente as pessoas que ali nasceram. Além disso, em cada origem geográfica, as pessoas da zona rural atingem sempre a totais superiores às pessoas da zona urbana. A situação geral é a seguinte:

## QUADRO — 10

Distribuição da amostra segundo o local de nascimento

<i>Local de nascimento</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
No mesmo município, em zona rural	1.258	53,3
No mesmo município, em zona urbana	225	9,5
Em outro município do mesmo Estado, em zona rural	389	16,5
Em outro município do mesmo Estado, em zona urbana	117	5,0
Em outro Estado do Nordeste, em zona rural	161	6,9
Em outro Estado do Nordeste, em zona urbana	48	2,0
Em Estado de outra região, em zona urbana	1	0,0
Sem resposta	160	6,8
<b>TOTAL</b>	<b>2.359</b>	<b>100,0</b>

*Caracterização Típica*

Concluindo, podemos caracterizar o Chefe de Família típico como sendo o cônjuge do sexo masculino (98,2%), que tem uma família de 6 pessoas (moda), economicamente independente (98,8%) casado no civil e no religioso (36,2%) com idade entre 40 a 49 anos (27,0%), agricultor (cultivo ou pecuária) proprietário como ocupação principal (65,3%) e sem outra ocupação além dessa (76,8%). Não se conhecem os seus rendimentos (51,1%), é analfabeto (55,1%) e nasceu na zona rural do mesmo município aonde ainda reside (53,3%).

As famílias da área rural do Nordeste são, em média, maiores que as do Brasil em geral e da área rural brasileira em particular. Elas se fundamentam na dupla forma de casamento (civil e religioso) com uma frequência maior de que anteriormente se acreditava.

Os chefes de família da área rural Nordestina são mais velhos de que os do Brasil, apesar de sabermos que a esperança de vida nessa área é bem mais baixa de que no total do país. Isso caracteriza bem a ausência de atrativo da vida rural sobre os chefes de família jovens. Os que não emigraram, exercem quase sempre atividades tipicamente rurais, a não ser que façam parte dos estratos mais altos da sociedade, quando às vezes apresentam a um tempo atividade urbana e rural.

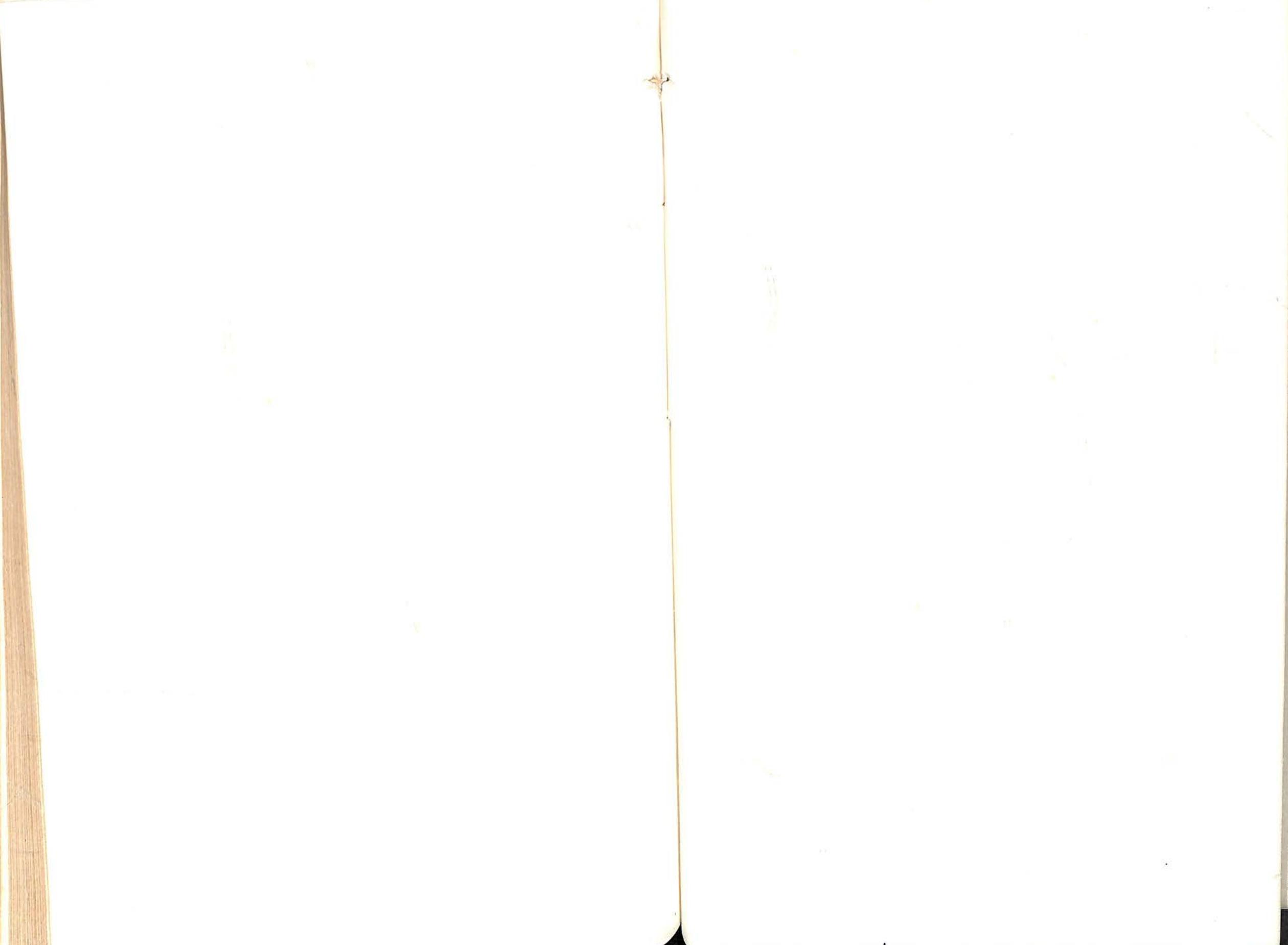
O nível educacional é mais baixo que o Brasil, parecendo mesmo haver um desinteresse dos que não estudaram em tempo, por uma segunda oportunidade de estudos, contrariamente ao que vem ocorrendo nos núcleos urbanos da região. A maioria dos habitantes rurais, que nasceu na área rural do mesmo município aonde vive, não teve oportunidade de entrar em contacto com os valores culturais consagrados na cidade, através de uma vivência que possa provocar mudança de atitude.

A extrema concentração do rurícola adulto em seu mundo — visível de diferentes maneiras — nos mostra que, as

mais das vezes, ainda temos de usar categorias de dualismo para interpretar nossa sociedade e o processo de implantação da sociedade industrial.

## NOTAS

- (1) — Achim Schrader: "Por que é que a sociologia não é profissão?" in Notícias Alemãs 11/69, p. 737.
- (2) — Heraldo Pessoa Souto Maior "Introdução" em "Aspectos Sociológicos no Setor Agrícola: Nordeste" Recife, 1969, mim., p. 3.
- (3) — Ver o artigo introdutório indicado acima, aonde se esboça uma visão do problema, sucinta porém fecunda.
- (4) — Foram os seguintes os produtos agropecuários: abacaxi, algodão, arroz, banana, batata, babaçu, pecuária, carnaúba, cana, cebola, côco da Bahia, feijão, fumo, laranja, mandioca, mamona, milho, sisal, cacau. A pesquisa foi feita nos municípios de Água Preta (Pe.), Alagoinha (Ba.), Aracati (Ce.), Arapiraca (Al.), Areia (Pb.), Branquinha ( ), Coroatá (Ma.), Codó (Ma.), Curaça (Ma.), Goiana (Pe.), Igreja Nova (Al.), Ilhéus (Ba.), Irará (Ba.), Irecê (Ba.), Itabaiana (Pb.), Itabuna (Ba.), Itapetinga (Ba.), Jacobina (Ba.), João Câmara (Rn.), Junqueiro (Al.), Limoeiro (Pe.), Maranguape (Ce.), Muriçica (Al.), Parázinho (Rn.), Capela (Al.), Passira (Ce.), Pedreiras (Ma.), Petrolina (Pe.), Piancó (Pb.), Quixadá (Ce.), Quixeramobim (Ce.), Sapé (Pb.), Trindade (Pe.), União dos Palmares (Al.), Batalha (Ce.), Campo Maior (Pi.), Pinheiro (Ma.), para maiores detalhes sobre a metodologia da pesquisa, ver o relatório original.
- (5) — "IV Recenseamento Geral do Brasil, 1950", Rio 1956, segundo L. Smith: "Brasil, Povo e Instituições" — Rio 1967, p. 522.
- (6) — Tarcízio Rêgo Quirino: "Os habitantes do Brasil no Fim do Século XVI" — Recife — 1966, especialmente pp. 49 a 65 aonde se mostra que a maior atratividade econômica de Pernambuco em relação a outras capitanias na época, está correlacionada com a idade mais baixa dos habitantes masculinos em geral e dos imigrantes em particular.
- (7) — Ver: Herbert F. Lionberger: "Adoption of New Ideas and Practices" Iowa, 1962 pp. 96-97.
- (8) — Oscar Vera: "Estado Atual da Educação Escolar" in Luiz Pereira (org). "Desenvolvimento, Trabalho e Educação", Rio, 1967, pp. 30-63.
- (9) — T. Lynn Smith, cit., pp. 173 e segs.



TEREZA TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

# PARÁBOLA

( P O E S I A )

Edição da Revista ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RECIFE — 1970

*A meus pais*

*O poeta, quando começa a criar, não é mais senhor de sua razão.*

PLATÃO ("Leis")

*"Chego a mim por mim sem medo e busco minha órbita cheia, o meu sêlo incorruptível, minha irredimível areia".*

CÉSAR LEAL

*“Terêza Tenório de Albuquerque é um dos valôres mais altos da novíssima poesia pernambucana. Ainda não completou 20 anos de idade, mas quanta fôrça expressiva se aglutina em sua linguagem efetivamente lírica, lírica não apenas em sentido meramente romântico mas lírica em sentido nôvo: — por exemplo, na capacidade de operar com a inteligência sôbre os planos da linguagem, construindo o real com a palavra e não copiando ou imitando a realidade circundante, que é geralmente evasiva e enganosa”.*

*(in Diário de Pernambuco, dia 30/11/69)*

*“... sua poesia se caracteriza por uma fuga ao lugar comum, aos velhos processos expressivos, sem, contudo, chegar ao extremismo das vanguardas mais sofisticadas .....  
.....  
revela uma consciência formal acentuada, que vem situá-la no âmbito da melhor poesia escrita presentemente em nossa literatura mais recente. Utilizando um verso curto, o qual encerra quase sempre uma mensagem do tipo geométrico, de linhas — como diria o crítico europeu Jean Arp — que sondam profundidades incomensuráveis, linhas sérias, linhas candentes, seus poemas se apresentam, formalmente perfeitos, embora Terêza Tenório seja uma jovem quase que adolescente”.*

CÉSAR LEAL

*(in Diário de Pernambuco, dia 07/06/70)*

## 1. RETÉM ETERNA A VIDA

*EU SOU O  
CAMINHO, A*

Lustral face o(r)val(h)ada  
de puro amor a(r)mada.

*VERDADE*

Labareda ancestral  
purificou-te o lábio  
no hálito inicial.

*E A VIDA*

Na longa pátria antiga  
incendiada ao Sol,  
entre oásis de palmas  
e azulados montes,  
te espera sem revolta  
o cálice da morte.

Teus passos de silêncio  
deixaram fortes marcas  
na superfície líquida  
sem vela, leme ou barco  
de uma a outra vida.

Da alumiosa Mão  
traspasada e cindida,  
vinho e pão sem fermento  
consustanciados  
na Mística Trindade  
dentre o vão do Sacrário.

FOI CRUCI-  
FICADO

(O primeiro holocausto  
foi isento de sangue!)

MORTO E  
SEPULTADO

Depois, o corpo exangue  
aéreo e mutilado;  
depois, símbolos vivos,  
dormidas trevas, gêlo  
e o mêdo de perdê-Lo:

— Meu Deus! Meu Deus! Quem é  
que clama no deserto?

Coágulos no peito  
teu pobre peito aberto,  
úmido peito: água  
na carne nua e amarga.

E RESSURGIU  
DOS MORTOS

Imóvel luz votiva  
de insensato amor te  
retém eterna a Vida.

## 2. ETERNO

*A César Leal*

Símbolo vivo  
vence demônios  
tira do sono  
temidos sonhos.

Acende lâmpadas  
com sal e água,  
sem fogo, vela,  
pavio e nada.

Reabre túmulos  
alvos, floridos,  
devolve à vida  
mortos queridos.

Cavalga pássaros  
em temporais  
subindo ao vento  
— Mais alto! Mais!

Sonha com a lua,  
sorri. Desperto,  
chora e o pranto  
rega o deserto.

Entre piratas  
em alto mar  
de espada em punho  
fá-los recuar.

Aos abissais  
no chão do mar  
vence-os sorrindo  
sempre a nadar.

Em Creta antiga  
ama Ariadne  
e ao Minotauro  
transforma em pagem.

Nu, nas montanhas  
bebe água pura,  
come silvestres  
pinhas maduras.

Exige ao vento  
novas roupagens  
e parte em busca  
de outras paragens.

Sobrevoa os Alpes,  
sobe o Everest,  
abençoa o Lama  
sôbre o Tibet.

Vai até o Cosmo  
só, e a aeronave  
desfaz-se em cinzas  
meio à viagem.

Pousa no Sol  
planta uma árvore  
que produz grãos  
de trigo e vagens.

Mata o Centauro  
tornado em símbolo,  
toma-lhe o arco,  
cabelos, signo.

De Escorpião  
tira o veneno.  
Cavalga Touro  
e dá-lhe feno.

A Aquário, vinho.  
A Áries, que o irrita  
tosá-lhe a lã  
com lazulita.

A Caranguejo  
amarra as patas  
e à linda Virgem  
que acha graça

Casa-a com Gêmeos.  
Como presente  
dá-lhes Leão  
por todo o sempre.

Pesa em Balança  
Peixes, em postas  
feitos no ácido  
sumo de rosas.

A Capricórnio  
que é signo anfíbio  
funde-o no Sol  
após um atrito.

Vôa a Saturno  
furta os anéis  
devolve-os depois  
faltando dez.

Abre as comportas  
do Universo  
treme de mêdo  
foge do verso,

Indo até Marte  
para os canais  
e cai nas mãos  
de canibais,

Que o matam. Sangue  
sulca o planêta  
tingindo-o todo  
com a côr vermelha.

O corpo inerte  
transmuda em rio;  
a voz invade  
o dia vazio.

As trevas velam  
o corpo líquido;  
soluçam monstros  
nos precipícios.

Os pesadêlos  
riem felizes;  
na Terra as árvores  
matam raízes

com tantas lágrimas  
tão derramadas.  
As aves partem  
em revoada

em busca dêle  
que habita em Marte  
perene, vivo,  
na outra margem.

### 3. ALFA-CENTAURO

A paisagem acrílica  
de Alta-Centauro  
evolui metálica  
ante nossos olhos.

Antiformas bélicas  
de aeronaves mudas  
(a mudez da pedra  
gritante de um Buda).

Antiformas líricas  
de aeronaves puras  
(a pureza fria  
de alvas estruturas).

Antiformas térmicas  
de aeronaves límpidas  
(contra um céu de chumbo  
destacam-se nítidas).

Na planície densa  
de gases acesos  
do completo caos  
surge um ser coeso.

É um ser sem alma  
de face mecânica  
(produto arrancado  
à energia atômica).

Manoplas de aço  
inoxidável;  
a cabeça e o tórax  
eletronizados;

Mil computadores  
de urânio e cobalto  
testam a resistência  
do ser automático.

E monstros em série  
(pois tal ser mecânico  
é, em verdade, um monstro)  
brotam do outono.

Outono sem árvores  
ou fôlhas caídas  
ao sôpro do vento  
pelas avenidas.

Outono sem chuvas,  
sem sol, sem ocaso,  
sem fruta madura  
com sabor de acaso.

Outono só fim  
túmulo do verde  
das côres da vida  
em todo planêta.

E das astronaves  
os seres sintéticos  
alçam vôo clássico  
com destino bélico.

Indo, céu a dentro,  
para a Terra — lívida,  
descarnada, trêmula,  
semi-apocalíptica.

#### 4. NAVE

Buscando o fim do Universo  
partiu a nau supersônica  
forte nave de metal  
movida à energia atômica.

Grande nave inconformada  
da época espacial  
em mil detalhes testada  
partiu, e nenhum sinal

deixou, nos confins do mundo  
da procura entre as estrêlas,  
na Via Láctea, planêtas,  
civilizações inteiras.

Nebulosas e asteróides  
com estranhas formas de vida,  
imensos desertos áridos,  
aves de asas partidas.

Frágeis seres vegetais  
côr da verde clorofila  
em perene fotossíntese  
silenciosos, tranquilos.

Nos planêtas submersos  
eternamente na água  
brotada além do arco-íris  
sem uma única vaga

Fluidos seres submarinos  
homens-peixes e sereias  
com a maldição da máquina  
e insuperável tristeza.

Mil mundos de fogo líquido  
e rubra lava fervente  
altíssimas atmosferas  
planêtas incandescentes.

A mais longínqua galáxia  
de anos-luz de distância  
que jamais serão contados  
não interrompeu a andança

da forte nau supersônica  
corpo esbelto e maciço  
sólidamente firmada  
em seu rumo ao infinito.

#### 5. HORÓSCOPO

Animais-signos  
encadeados,  
pelos demônios  
ao Sol atados.

Doze, ligados  
entre si, místicos,  
percorrem rápido  
todo o zodíaco.

Como os planêtas  
de massa cósmica  
os animais  
perfazem órbita

de forma elítica  
no infinito  
e marcam o tempo:  
são os doze signos.

## 6. CAPRICÓRNIO

*A Ariano Suassuna*

A grande cabra marinha  
das zodiacais regiões  
alimenta-se de estrêlas  
desfaz as constelações.

Em suas andanças noturnas  
percorre o Cosmo sem-fim,  
e sob o frio Saturno  
torna-se em gêlo-marfim.

E sob o calor de Apolo  
que fêz do Sol sua morada  
a cabra do mar degela  
e despe a pele prateada

Suspensa sôbre o Oceano  
com o lúcido corpo anfíbio  
a grande cabra mergulha  
no Universo marítimo.

Mas a terra firme vela  
pelo animal de Saturno:  
retira-o do meio do mar  
e guarda-o no seio escuro.

Com a cabeça caprina  
e corpo de aquonauta  
o animal se liberta  
galga as montanhas mais altas.

Depois, regressa ao zodíaco  
sob a seta do luar  
formando várias conjunções  
no inifinito solar.

E sua influência anfíbia  
se faz sentir poderosa  
sôbre os que nascem na hora  
das conjunções misteriosas.

## 7. MENSAGEM

Através das escotilhas  
abertas na noite acesa  
a inesquecível beleza  
da estranha maravilha:

Flôres-de-lótus azuis,  
um longo têrço de sóis,  
ave-marias ao sul,  
e ao norte, formando a cruz

As letras iniciais  
do nome não pronunciado  
com reflexos tomados  
à chama dos temporais,

que ampliam o infinito  
qual misteriosa mensagem  
de incentivo à viagem  
do espaçonauta místico.

## 8. PARÁBOLA

*A Maristela Alves de Oliveira*

Incandescentes nuvens  
de ferro em brasa acesas  
no céu sempre poente  
sem noite e sem manhã

protegem os caminhos  
da longa terra origem  
suspensa em frio sono  
de mística estação.

As flôres, tôdas mortas,  
sem côr e sem perfume,  
soluçam inútilmente  
no limbo vegetal.

Caminham enfileirados  
nas brancas avenidas  
tristonhos cajueiros  
de ouro desnudados.

Os rios silenciosos  
e as fontes sem murmúrio  
debruçam-se nas pedras  
e fluem ao vazio.

O vento, de inconsútil  
roupagem cinza envolto  
arrasta-se vencido  
no corredor do espaço.

E o céu, sempre poente  
sem noite e sem manhã  
não sabe mais o brilho  
nascente do luar.

## 9. TRAVESSIA

Muito além do planêta azul  
e seu satélite cinzento,  
além das vagas e dos sons,  
e da distância, e do tempo;

Além do espaço em que o Sol  
perfaz seus mil movimentos,  
onde está a cabra marinha  
com o lúcido corpo suspenso;

Muito além do verde planêta  
e sua acrílica paisagem,  
com os sêres mecânicos indo  
em bélica e longa viagem;

Além da ilha equilibrada  
na foz da vida, no horizonte,  
que, sob o signo dos contrastes  
é da água e do fogo equidistante;

E muito além do próprio Deus  
cuja voz transmudou em hinos  
as dôres da vida e do mundo  
contemplo o silêncio, sòzinho,

em minha nave destinada  
a um ponto qualquer do Universo  
onde um cisne interrompe seu canto  
e adormece ao som do meu verso.

## 10. CANÇÃO

I

Eu canto a superfície  
de transparência lunar  
das águas em que vivi  
antes de nascer mulher.

O mar em que imergi  
de face semi-fetal  
alva pele submarina  
frágeis ombros de cristal.

O raio que me selou  
forte como o vendaval  
arrepiando o verdor  
do solo-canavial.

## II

Eu canto a cósmica roda  
da humanidade — vida  
de mundos mortos fugindo  
e de redomas partidas.

O fogo que se recusa  
dar o seu núcleo sem vida  
a dor, em que se transmuda  
a viva alma sofrida.

A morte, que acolhe a dor  
no vago seio sombrio  
e constante como o amor  
prende-a no limbo frio.

## 11. TEOREMA

*A Marcus Accioly*

## I

Sem luz, em sombras,  
sem claro, escuro,  
deixei-me ao lado  
do alto muro

Do glauco mundo  
irradiante  
da água e do fogo  
equidistante

Mundo em contrastes  
alicerçado  
na foz da vida  
equilibrado

Na foz da vida,  
no horizonte,  
deixei-me calma  
expectante:

## II

Um incansável  
pêndulo marca  
em dança lenta  
que o tempo passa.

Metais retinem  
lançam fagulhas  
aos céus, de fogo  
finas agulhas.

Tôrres de Pisa  
florescem firmes  
na plúmbea lua  
criam raízes.

Anjos, demônios,  
dançam ciranda;  
o Taj Mahal  
decora Alhambra.

Velhas ruínas  
de antigos dias  
desfiam inúteis  
ave-marias.

Rochas revelam  
vozes de pássaro  
prêso à terra  
com o verde ásaro.

### III

Do mar à terra  
sobem sereias;  
constroem tendas  
sôbre as areias.

Sobem sereias  
do mar às ilhas  
cansam-se e geram  
filhos e filhas.

Sereias descem  
até o inferno  
em temporada  
por todo o inverno.

Sereias vestem  
saias de renda  
extenuadas  
de serem lenda.

### IV

Do fogo rubro  
ao anil pálido;  
do lápis-lázuli  
não-lapidado,

Ao duro ferro  
aço tornado,  
(gume de faca  
inquebrantado);

Da flôr brotada  
no frio orvalho  
à despertada  
no rude malho;

Do arco-íris  
descendo ao mar  
dêle nascido  
sem recordar,

Até Vulcano  
no lar fervente  
unido às forjas  
eternamente;

Do alto Cáucaso  
que Prometeu  
maldiz por ter  
nascido deus,

Ao canto puro  
do mar, que quebra  
suas carícias  
na dura pedra.

### V

Pintei o vento  
antes sem côr  
com verdes tintas  
(que eu sou pintor).

Vermelho e verde  
e azultramar  
pintei o canto  
do sabiá.

## VI

Mundo em contrastes  
alicerçado  
na foz da vida  
equilibrado.

Estranha terra  
desconhecida,  
hoje entrevista  
logo perdida;

Mundo sem-fim,  
ilimitado,  
com mares, rios,  
não-navegados;

Terra pagã,  
magra e pequena,  
(indemonstrável  
tal teorema).

### 12. RETRATO

Mulher pintada  
de pé, contra a brancura  
titânica do tempo.

De pele cromática  
e virgosensorial, qual  
enseada — onde desejos  
aportam e adormecem.

Formada em claro-escuro  
(regiões sombrias em que  
os tons se entrelaçam)  
e em rosa láteo  
mesclado à terra siena  
da penugem capilar.

Ossos pressentidos  
na côr indefinível  
da leve epiderme  
tridimensional.

Mulher sem lágrimas  
no olhar verdesmeralda  
(prodígio de vida nascida  
de mil e uma pinceladas)

A sorrir, parada,  
imersa na eternidade  
presente. Cromática  
e cósmica e virgosensorial.

### 13. PÁSCOA

É água limpa  
com sangue e neve  
do cosmo-veio  
imemorial,

Brotada branca,  
azul e verde,  
em tôda faixa  
da luz solar.

Água nascida  
do homem-dia  
deitado a fio  
na terra larga.

É água-seiva  
que mata a sêde  
da flôr-menina  
desabrochada.

Água polar  
que vai crescendo  
do céu à terra  
do rio ao mar.

#### 14. ÁRVORE

A árvore-mãe  
em seus colóquios  
fala de ventos  
marincorpóreos.

Cantos de chuva  
lavando o rio  
que sobe a rocha  
de Ser vazio.

Caule entranhado  
de rijo cerne  
prêso às raízes  
na gleba fértil.

De fortes ramos  
fruta madura  
vida brotando  
da terra escura.

Células ósseas  
fase em crescente  
magro esquelêto  
dentre a semente.

Da flôr nascida  
côr purpurina  
com frágil líber  
seiva e resina.

#### 15. MAR

A águazul  
canta nos búzios  
cresce nas praias  
do lagamar.

*A Irismar Iza de Lira*

Escamas rubras  
em conchas brancas  
de brancas pérolas  
de água e sal.

Algas, sargaços,  
estrêlas, polvos,  
flutuam fixos  
às ilhas vagas.

Atóis vazios  
circularformes  
(renda coral  
na verde onda).

A Janaína  
brinca e mergulha  
com o peixe-luz  
na preamar.

#### 16. PRAIA

*A José Rodrigues de Paiva*

A praia longa e macia  
tinha delírios ao sol  
quando as ondas lhe traziam  
corpos de aço e de sal.

Retorcidas estruturas,  
jovens sêres destroçados,  
situados no além tempo  
na mesma noite encontrados.

Olhos selados com o sôpro  
do vento sêco e igual  
quase lâmina formado  
de invisível metal.

## 17. ANTROPOFAGIA

Tua lúcida face marmolhada  
de lábio — rubra flôr salsa e suave  
à palidez lunar, luz fria e baça  
em noite solitária, morna e grave,

adquiriu fluorescência mágica  
com o cintilar dos mil cristais salgados  
(fosfórica face, rútila e fantástica)  
ao fundir-se em mim, naufrago atirado

pelas marolas à praia esquecida  
de vasta ilha, pétrea e perolada;  
teu belo rosto, ensombrecido, láctico,

já não sorri com os dentes prateados  
por entre os lábios — biflor mortamada  
salsa e irreal. Eu te exauri a vida.

## 18. ESPECTRO

Pálido e noturno corpo  
nas águas turvas do pôrto,  
de dentes de areia e cal  
lábios cerrados de sal,

Verdes cabelos de musgo,  
ossos descarnados, longos,  
cavas órbitas vazias,  
fronte alva, magra e fria.

Envolvido na mortalha  
dos sons líquidos de um búzio,  
flutuante à beira-rio

com mil presságios e vagos  
sinistros, fúnebres cantos  
úmidos de sangue e pranto.

## 19. ENTRE VISÕES PARTIDAS

À luz do meio-dia  
na acesa atmosfera  
a última quimera  
na minha mão ardia.

Um brando ardor suave  
que logo se apagou;  
um vago ardor de mágoa  
qual um soluço grave.

Com o tempo, alçou seu vôo  
ao neutro horizonte  
buscando um nôvo pouso

além de nossas vidas  
que se tocaram antes  
entre visões partidas.

## 20. TEM A LUCIDEZ DO QUE É VIVO

*A Luiz Maria Tenório de Albuquerque*

Dorme, meigo irmão, dentro da sombra,  
neutra, indivisível, silenciosa,  
e úmida do pranto que choramos  
quando, com a pálida senhora

seguiste em teu rumo irreversível,  
sem florestas, sóis, luzes ou enganos  
sòmente sombras. Tua espêssa alma  
ora experimenta sono e calma

o que a nós tristemente é negado  
assim como os sinos do teu riso  
límpido. Teu rosto, no passado

tem a lucidez do que é vivo  
e tua rigidez de morto exato  
eu a sinto ainda no meu tato.

## 21. RURAL

Nas asas curvas  
do catavento  
com voz de pássaro  
soluça o vento.

Aos céus erguidos  
como estandarte  
um cajueiro  
enfeita a tarde.

Nas águas límpidas  
— frio regato —  
quais caravelas  
navegam patos.

## 22. BONZO

A labareda  
te abrasa o rosto:  
ardente flôr  
rubra de fogo.

De tua pupila  
com imensa mágoa  
em vez de pranto  
goteja lava.

Lastra o incêndio  
que te devora  
dentro as entranhas;

No olhar o mêdo  
da última hora  
te é coisa estranha.

## 23. GATO

Verde-negra mata  
meio a fôlha e fruto  
sob alvor da lua  
dança gato em cio

de olhar aceso  
em azul e brasa  
quase gênio vivo  
dentre pêlo e sangue,

alviforme, leve,  
a bailar insone  
seu cantar se esvai  
em lamentos-mios.

## 24. GALOPADA

O galope vem de longe  
antes da curva da estrada  
(é um som harmonioso  
o das patas dos cavalos  
pisando a poeira dourada)

A cavalgada aparece  
quando o sol do dia claro  
chega a pino, e enlouquece  
sob seus raios de fogo.  
Cavalos brancos de sela

de arerios prateados  
cavalgados por donzelas  
com armaduras de aço.  
Seus destinos: fim-do-mundo,  
Seus caminhos: as ESTRÊLAS.

Cruza o dia de céu claro  
a luzente cavalgada  
que vai passando veloz  
o corpo lanhado em luz.

Vem a noite, o sol se foi  
só a lua está a pino  
que a cavalgada passou  
e tôda poeira do mundo  
em seu galope levou.

## 25. TRILOGIA

Do tempo à procura,  
em mundo invisível,  
a nave exaurida.

Em seu bôjo, a vida  
se estende suspensa,  
muda e inaudível.

Plácido o tormento  
na face escondida  
do nauta do tempo,

entre sóis disperso  
na cúpula gótica  
de bruma e de verso;

entre ardentes gôtas  
de lava incendida;

entre sal e mar  
e pranto e saliva.

## II

E os fusos horários?  
— Feridos de morte  
variam, na terra  
ao sabor da sorte.

A rosa-dos-ventos?  
— Redespetalada  
não aponta mais sul  
mais norte e mais nada.

A bússola aérea?  
— Ó ser imantado  
de perdidas eras!

O exato astrolábio  
marcador de astros?  
— Situa no polo  
o cruzeiro do sul.

E a cabra marinha?  
— Nos pastos da ilha  
devora o azul.

## III

A lágrima prêsa  
na incessante espera;  
a mão embebida  
de rendas e bilros,

bordados de espuma  
nas saias, e guizos  
de ouro e de prata  
ao vento, nas portas.

Sol a alumiar  
— dourada candeia —  
o corpo do mar  
e a extensão da areia.

Na líquida pele  
a luz penetrada.  
Os olhos: vitrine  
de sua alma alada

E a lágrima prêsa  
na incessante espera  
sôbre a pele, acesa.

## 26. FACE AMADA

Era a FACE AMADA. A amargura  
entretecera espinhos e arame  
em tórno da fronte assinalada  
e álamos cindiram-se em mil ramos.

Signos diluíram-se no éter  
em gôtas de lava. Longe, em Patmos  
era noite: o fogo de Sant'Elmo  
rompia a treva em intervalos raros.

Ciclones varreram as praias calvas,  
sismógrafos oscilaram lívidos,  
que o Eixo da Terra vacilava;

O ódio adormecera nas entranhas  
de Pandora, e o inquieto Espírito  
nos recessos do Éden se ocultara.

## 27. SONETO EM METRO DISSOLUTO

*A Jorge de Lima*

O cavalo-dragão, sonho tecido  
nas entranhas da Ilha — outro hemisfério  
de sumos maduros e sol nascido  
musical, sob o ritmo de saltérios;

O intencional pastor adolescente,  
da inocência perdida amortalhado  
boiando no Mar Morto, e o semblante  
em Sodoma e Gomorra aprisionado;

A doce mulher na treva obscura  
Eurídice, a musa mais espêssa  
que é do Amor objeto de procura;

E Orfeu o da lira suspensa, do canto-  
chão da vida interrompido e da prece  
que dissolveu a Sombra em tom de pranto.

## 28. ANTE-PRESENÇA

Da face de sombra  
a cinza dispersa  
sob álgido líquido  
em meio à penumbra.

Ausência entranhada  
nos muros, marcando  
no teto do tempo  
o eixo do nada.

O hábito flui e  
transcende a neblina  
que é pranto dos deuses,

e os ombros inertes  
suportam colinas  
cálidas, terrestres.

## 29. PAISAGEM DO NILO

Mil olhos cresceram como rios  
e encheram cidades; a enxurrada  
afogou papiros, peixes. Garças mortas  
são n'água.

Calcamos silêncios e matinas  
num longo desgaste. Hieróglifos  
brotaram das esfinges, onde retinas  
são lótus.

Hipocampos, monstros do dilúvio  
(a alucinação configurada).  
Teus cabelos são pontes sôbre os rios:  
és pátria.

### 30. TÉRMINUS

Átrios e colunatas,  
patamares de pedra,

— O Sacrário é vazio  
o orbe é pó e deserto.  
— Anjo de ácidas asas  
e vôo interrompido,  
o teu Rei está morto  
na Cruz: ei-LO vencido.

Três décadas de vida  
mais três anos. Da Chaga  
a rosa brotou líquida  
que o sangue se esgotara.

Trovões soaram vozes  
na treva radioativa  
(paisagem alucinada  
mórbida perspectiva).

Apologia da morte  
na Cruz, a mais absurda:  
— Anjo Hierático, leva-o  
ao repouso-sepulcro.